

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**ÉDER DAMIÃO GOES KUKIEL**

**REPERCUSSÕES DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA NO  
COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS CORUMBÁ E LADÁRIO -  
MATO GROSSO DO SUL**

Dourados-MS  
2022

**ÉDER DAMIÃO GOES KUKIEL**

**REPERCUSSÕES DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA NO  
COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS CORUMBÁ E LADÁRIO -  
MATO GROSSO DO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito final para a obtenção do título e Doutor em Geografia.

Orientadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lisandra Pereira Lamoso

Dourados-MS  
2022

Éder Damião Goes Kukiel

Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

---

Presidente / Orientadora  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lisandra Pereira Lamoso

---

1º Examinador  
Prof. Dr. José Lindomar Albuquerque

---

2º Examinador  
Prof. Dr. Edgar Aparecido da Costa

---

3º Examinador  
Prof. Dr. Giovane Silveira da Silveira

---

4º Examinador  
Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo

Dourados-MS, 05 de agosto de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

K96r Kukiel, Éder Damião Goes

REPERCUSSÕES DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA NO  
COMÉRCIO VAREJISTA DOS MUNICÍPIOS CORUMBÁ E LADÁRIO - MATO GROSSO DO  
SUL [recurso eletrônico] / Éder Damião Goes Kukiel. -- 2022.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Lisandra Pereira Lamoso.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Bolsa Família. 2. Fronteira. 3. Comércio. 4. Corumbá. 5. , Ladário. I. Lamoso, Lisandra  
Pereira. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Dedico este trabalho aos meus pais, que apesar de pouco terem frequentados a escola, sempre me incentivaram a continuar minha formação, pois sempre viram na educação a melhor forma de se transformar uma vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por suas bênçãos sem fim e pela alegria de viver em sua presença.

Em especial à minha orientadora, professora doutora Lisandra Pereira Lamoso, por acreditar em mim, pela paciência, amizade e por todo apoio concedido.

A todo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal da Grande Dourados. Aos professores da banca de qualificação: Prof<sup>o</sup>. Dr. Edgar Aparecido Costa, Prof<sup>o</sup>. Dr. Marcos Leandro Mondardo e Prof<sup>o</sup>. Dr. Giovane Silveira da Silveira que colaboraram na melhoria desse trabalho apresentado.

À Coordenadoria de Apoio a Pesquisa e Ensino Superior – CAPES – pela bolsa de estudos concedido que foi fundamental para a execução do projeto de pesquisa.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT – pela bolsa concedida no nível doutorado que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

A minha família: meus pais Aristeu Kukiel e Valmelinda de Goes Kukiel, meus irmãos Edivaldo e Eudes Kukiel que ajudaram nessa trajetória.

Aos amigos: Vitor Adriano Veiga Amaral, Cristiano Almeida da Conceição, Érica dos Santos Oliveira, Claudia Vera da Silveira pela amizade e apoio na produção acadêmica, na participação de eventos e nos desafios enfrentados.

À Érika, secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia/UFGD, por sua prontidão e disponibilidade em ajudar sempre.

Ao secretário da Assistência Social de Ladário Alexandre Ramos de Ohara pela ajuda na pesquisa e por ter disponibilizado toda a estrutura e pessoal necessário para a construção da pesquisa.

As equipes do CRAS tanto de Corumbá como de Ladário que permitiram a realização das entrevistas durante as reuniões do Bolsa Família.

Aos gestores e coordenadores do Programa Bolsa Família e do Vale Renda pela contribuição e pelas conversas que ajudaram a entender como funciona o programa.

Aos beneficiários que recebem o Bolsa Família que compartilharam um pouco da sua história.

Aos comerciantes brasileiros e bolivianos que contaram suas histórias e como começaram a trabalhar com a atividade comercial.

Agradeço a todos aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para a realização dessa pesquisa.

O Brasil jamais teve cidadãos, nós, a classe média, não queremos direitos, nós queremos privilégios, e os pobres não têm direitos, não há, pois, cidadania neste país, nunca houve! SANTOS, M. In: Encontro com Milton Santos. O mundo global visto pelo lado de cá. Direção Silvio Tedler. 2001.



## RESUMO

Essa pesquisa tem como tema analisar as implicações dos gastos dos benefícios do Programa Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejistas de alimentos e bebidas e vestuários dos municípios de Corumbá e Ladário localizados no estado do Mato Grosso do Sul. Neste trabalho buscamos compreender como o uso do benefício recebido pelos beneficiários pode dinamizar o comércio local. Levamos em consideração a localização geográfica dos dois municípios, onde Miranda, a cidade mais próxima fica a de duzentos e vinte quilômetros de distância, com isso o que é recebido pelos beneficiários do Bolsa Família e Vale Renda é usado localmente. Como metodologia foi usado a teoria dos dois circuitos urbanos dos países subdesenvolvidos proposto por Milton Santos em 1979 no livro o Espaço Dividido, onde buscamos analisar como ocorre a comercialização e o consumo entre os sujeitos que fazem parte do circuito inferior e como essa dinâmica repercute em ambos os circuitos. Como procedimento metodológico foram realizadas entrevistas com o uso de questionário semiestruturado com beneficiários do Programa Bolsa Família e Vale Renda, além dos gestores e coordenadores do Bolsa Família, secretário da Assistência Social, e no setor do comércio foram entrevistados os proprietários de estabelecimentos de alimentos e bebidas e vestuários tanto brasileiros como bolivianos, com o intuito de saber qual a repercussão do uso do benefício recebido nesses estabelecimentos. Com base nesses métodos constatamos como o local onde esses beneficiários residem impactam na sua forma de consumo. A pouca renda que possuem com trabalhos temporários ou com os benefícios recebidos, preferem usar no comércio próximo ao local onde residem para economizar com valores que seriam pagos ao transporte público, com isso dão preferências aos mercadinhos, mercearias, feiras livres, lojas de roupas e brechós próximos onde moram, dinamizando o comércio local.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, Fronteira, Comércio, Corumbá, Ladário.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como tema analizar las implicaciones del gasto de los beneficios del Programa Bolsa Familia y Vale Renda en el comercio minorista de alimentos, bebidas y vestuario de los municipios de Corumbá y Ladário, localizados en el estado de Mato Grosso do Sul. En este estudio se trata de comprender cómo la utilización de los recursos percibidos por los beneficiarios puede dinamizar el comercio local. Tomando en cuenta la ubicación geográfica de estos dos municipios y considerando la distancia de la ciudad más cercana, Miranda, que dista aproximadamente doscientos veinte kilómetros, se tiene que los recursos percibidos por los beneficiarios del programa Bolsa Familia y Vale Renda son utilizados localmente. Como metodología se utilizó la Teoría de los dos circuitos urbanos de los países subdesarrollados propuesta por Milton Santos en 1979 en el libro *Espacio Dividido*, en el que se buscó analizar cómo ocurre la comercialización y el consumo entre los sujetos que forman parte del circuito inferior y cómo esta dinámica afecta a ambos circuitos. Como procedimiento metodológico se realizó entrevistas por medio de cuestionario semiestructurado a beneficiarios de los Programas Bolsa Familia y Vale Renda, gerentes y coordinadores del Programa Bolsa Familia, a la secretaria de Asistencia Social y en el sector de comercio minorista se entrevistó a los propietarios de establecimientos de alimentos, bebidas y vestuario, tanto brasileños como bolivianos, a fin de conocer el efecto de la utilización del beneficio en estos establecimientos. Con base en estos métodos pudimos verificar cómo el lugar donde viven estos beneficiarios impacta su modo de consumo. Con los escasos ingresos que poseen provenientes de trabajo temporales o de los beneficios percibidos, estos sujetos prefieren usar los recursos en comercios y tiendas cercanas a su residencia de modo a ahorrar el pasaje del transporte público, dando así preferencia a los almacenes, pulperías, ferias, mercados, tiendas de ropas nuevas y usadas, dinamizando el comercio local.

**Palabras clave:** Bolsa Família, Frontera, Comercio, Corumbá, Ladário.

## ABSTRACT

This research has as its theme to analyze the implications of spending the benefits of the Bolsa Família and Vale Renda Program in the retail trade of food and beverages and clothing in the municipalities of Corumbá and Ladário located in the state of Mato Grosso do Sul. In this work we seek to understand how the use of the benefit received by the beneficiaries can boost local commerce. We took into account the geographic location of the two municipalities, where Miranda, the nearest city is two hundred and twenty kilometers away, so what is received by Bolsa Família and Vale Renda beneficiaries is used locally. As a methodology, the theory of the two urban circuits of underdeveloped countries proposed by Milton Santos in 1979 in the book *o Espaço Dividido* was used, where we seek to analyze how commercialization and consumption occurs among the subjects that are part of the lower circuit and how this dynamic affects both circuits. As a methodological procedure, interviews were carried out using a semi-structured questionnaire with beneficiaries of the Bolsa Família and Vale Renda Programs, in addition to the managers and coordinators of Bolsa Família, secretary of Social Assistance, and in the commerce sector, the owners of food establishments and beverages and clothing, both Brazilian and Bolivian, in order to find out the repercussion of the use of the benefit received in these establishments. Based on these methods, we can see how the place where these beneficiaries live impacts their way of consumption. The little income they have from temporary jobs or from the benefits received, they prefer to use the stores close to where they live to save on amounts that would be paid to public transport, thus giving preference to markets, grocery stores, fairs, clothing stores and thrift stores near where they live, boosting local commerce.

**Keywords:** Bolsa Família, Border, Commerce, Corumbá, Ladário.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - População vivendo na faixa de fronteira.....	31
Figura 2 - Faixa de fronteira índices de renda e educação em 2010 .....	31
Figura 3 - Ocorrências de cidades gêmeas pelo Brasil .....	34
Figura 4 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF de 2010 até 2019 .....	38
Figura 5 - Efeitos multiplicadores das transferências sociais sobre o produto interno bruto (PIB) em (%) .....	40
Figura 6 - Gasto da União com o Programa Bolsa Família em (%).....	41
Figura 7 - Relação de beneficiários do Bolsa Família que fazem MEI.....	45
Figura 8 - Número de MEIs por estado da federação.....	47
Figura 9 - Comparativo da distribuição por gênero – MEIs-PBF versus total de MEIs (2011) em (%).....	46
Figura 10 - Linha Internacional na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã .....	53
Figura 11 - Espaços de fronteira. Diferentes formas de ocupação .....	55
Figura 12 - Presença de territórios tampões .....	55
Figura 13 - Vista geral de El Carmen de la Frontera.....	56
Figura 14 - Fechamento de vias de acesso a Bolívia em assentamento rural .....	57
Figura 15 - Área de estudo, Corumbá e Ladário-MS .....	60
Figura 16 - Evolução do IDHM - Corumbá – MS.....	62
Figura 17 - Modalidade social dos domicílios do município .....	62
Figura 18 - CORUMBÁ – Composição da população economicamente ativa e inativa em 2010 .....	63
Figura 19 - Pirâmide etária do município de Ladário-MS.....	65
Figura 20 - Distribuição dos domicílios por rendimento per capita 2010.....	66
Figura 21 - Famílias beneficiárias do Bolsa Família em Corumbá no período de 2011 a 2019 .....	68
Figura 22 - Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro único em Corumbá-MS .....	69
Figura 23 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF no ano de 2019 no município de Corumbá-MS .....	70
Figura 24 - CORUMBÁ- Valores repassado pelo Bolsa Família no ano de 2019.....	71

Figura 25 - CORUMBÁ - Benefícios concedidos no ano de 2019 .....	72
Figura 26 - Valor total repassado mensalmente as famílias no ano de 2019.....	73
Figura 27 - CORUMBÁ - Benefícios bloqueados e cancelados ano de 2019.....	75
Figura 28 - CORUMBÁ - Acompanhamento das condicionalidades de educação - público de 6 a 17 anos (%) .....	76
Figura 29 - CORUMBÁ - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - gestantes e crianças de 0 a 7 anos (%) .....	77
Figura 30 - LADÁRIO - Evolução do benefício das famílias que recebem o Bolsa Família 2010-2019.....	83
Figura 31 - Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro único em Ladário-MS.....	83
Figura 32 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF em Ladário-MS em 2019 ....	85
Figura 33 - Acompanhamento das condicionalidades da educação de 6 – 17 anos .....	86
Figura 34 - Acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos pela saúde.....	87
Figura 35 - Quantidade de gestantes acompanhadas pela saúde .....	88
Figura 36 - LADÁRIO - Atendimento feito pelo Programa Povos das Águas na região do Baixo Pantanal-MS.....	94
Figura 37 - LADÁRIO - Café da manhã com idosos oferecidos pelo CRAS de Ladário Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculo (SCFV), 2019.....	95
Figura 38 - Palestra e orientação sobre a inserção no mundo do trabalho no bairro Jardim dos Estados .....	97
Figura 39 - Palestra de finalização de curso profissionalizante no CRAS de Ladário... ..	97
Figura 40 - Visita à maternidade de Corumbá juntos as gestantes que fazem parte do Programa Criança Feliz .....	99
Figura 41 - Palestra com gestantes ladarenses que fazem parte do PBF sobrea a importância do pré-natal.....	99
Figura 42 - localização da Comunidade Quilombola Família Osório .....	108
Figura 43 - Barraca da localizada próximo a um supermercado em Corumbá-MS .....	111
Figura 44 - Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões .....	112
Figura 45 - Mosaico apresentando as edificações das extensões escolares das Escolas das Águas .....	113
Figura 46 - Escolas das Águas localizadas no bioma pantanal .....	114
Figura 47 - Barco usado para o transporte escolar no pantanal.....	114

Figura 48 - Programa Ilumina Pantanal.....	116
Figura 49 - Destacamento militar de Porto Índio .....	118
Figura 50 - Reunião no do Bolsa Família no CRAS Ladário-MS.....	121
Figura 51 - CORUMBÁ - Pães caseiros feitos por uma beneficiária do Bolsa Família como forma de complementar a renda familiar.....	123
Figura 52 - Feira livre e brechó como locais mais citados pelos entrevistados.....	124
Figura 53 - Número de estabelecimentos comerciais de Alimentação em Corumbá e Ladário de 2009 até 2019 .....	132
Figura 54 - LADÁRIO - Mercados de comerciantes bolivianos localizados em Ladário .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 55 - Receita Federal localizada próximo ao limite entre Brasil e Bolívia .....	139
Figura 56 - Mercado brasileiro (foto lado esquerdo) e em sua frente cinco mercadinhos bolivianos (foto lado direito) .....	139
Figura 57 - Supermercado localizado na parte central de Corumbá-MS .....	142
Figura 58 - Compra de fardos de arroz feitas por um comerciante de Puerto Quijarro	143
Figura 59 - Propaganda de um supermercado de Corumbá próximo ao limite internacional com a Bolívia em idioma espanhol.....	143
Figura 60 - Atacado onde comerciante brasileiro compram seus produtos.....	147
Figura 61 - Evolução do número de estabelecimentos comerciais de vestuários em Corumbá e Ladário no ano de 2009 a 2019.....	150
Figura 62 - Lojas de departamento de vestuário localizados na área central de Corumbá-MS .....	151
Figura 63 - Loja de vestuário localizado no bairro Nova Corumbá .....	152
Figura 64 - Brechó localizado no bairro Centro de Corumbá que vende por atacado .	156
Figura 65 - Exposição de roupas em brechós .....	156
Figura 66 - Brechó na área central e outro no bairro Padre Ernesto Sassida .....	157
Figura 67 - Distribuição das feiras livres nos municípios de Corumbá e Ladário .....	159
Figura 68 - Produtos comercializados pelos feirantes dos assentamentos locais .....	160
Figura 69 - Distância de Corumbá e Ladário dos centros de abastecimento, Santa Cruz de La Sierra (BO) e Campo Grande (BR) .....	160
Figura 70 - Barraca de verduras e legumes de um feirante boliviano .....	161
Figura 71 - Feirante brasileira e boliviana vendendo seus produtos na feira de domingo em Corumbá-MS .....	162

Figura 72 - Diferença de preço do tomate no supermercado (esquerda) e na feira livre (direita) .....	163
Figura 73 - Preços de produtos de origem boliviana (feiras livres) e brasileira (supermercados).....	164
Figura 74 - Barraca de eletrônicos, cobertores e guarda-chuvas .....	164
Figura 75 - Venda de roupas usadas na feira livre de domingo em Corumbá-MS.....	165
Figura 76 - Estabelecimento comercial localizado em Ladário e Corumbá.....	168
Figura 77 - Estabelecimentos comerciais de bolivianos de vestuário e alimentos e bebidas .....	169
Figura 78 - Óleo de cozinha produzido na Argentina vendido em Corumbá e Ladário	170
Figura 79 - Atacados bolivianos localizados em Corumbá .....	171
Figura 80 - Óleo de cozinha sendo oferecido em um atacado brasileiro e em um boliviano em Corumbá .....	172
Figura 81 - As feiras livres e as novas formas de pagamento .....	174

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Distribuição espacial dos beneficiários do Bolsa Família em Corumbá e Ladário .....	100
Mapa 2 - Distribuição dos beneficiários do Bolsa Família nos Assentamentos Rurais de Corumbá e Ladário .....	101
Mapa 3 - Distribuição dos beneficiários do Bolsa Família nas comunidades .....	102
Mapa 4 - Distribuição dos estabelecimentos de alimentos e bebidas e vestuário nos bairros periféricos de Corumbá .....	178



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - BRASIL - Municípios situados na Faixa de Fronteira com investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional até fevereiro de 2020.....	34
Tabela 2 - Número de concluintes do ensino fundamental regular na rede pública de ensino, por idade – Brasil e regiões (2012) .....	43
Tabela 3 - Comparação das taxas de aprovação escolar entre os alunos do PBF e demais alunos no ensino fundamental da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). Em (%) .....	44
Tabela 4 - Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). Em (%)..	45
Tabela 5 - CORUMBÁ - Renda, Pobreza e Desigualdade (1991-2010).....	62
Tabela 6 - CORUMBÁ - Indicadores de habitação.....	64
Tabela 7 - CORUMBÁ - Dados de Vulnerabilidade Social em Corumbá.....	64
Tabela 8 - Dados da formação familiar .....	65
Tabela 9 - CORUMBÁ - Dados de renda no município de Corumbá.....	66
Tabela 10 - CORUMBÁ - Dados de saneamento básico .....	66
Tabela 11 - LADÁRIO - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - CORUMBÁ-MS - Valores repassados aos beneficiários do PBF no ano de 2019.....	74
Quadro 2 - Benefícios concedidos no ano de 2019.....	77
Quadro 3 - Valor total repassado mensalmente as famílias no ano de 2019.....	78
Quadro 4 - Benefícios bloqueados e cancelados ano de 2019.....	79
Quadro 5 - Valores repassados aos beneficiários do PBF de outubro de 2018 a setembro de 2019.....	88
Quadro 6- Taxa de mortalidade infantil em Ladário.....	94
Quadro 7 - Canais de pagamento para o Bolsa família no município de Corumbá.....	126

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACIC** – Associação Comercial e Industrial de Corumbá-MS

**BRAS -BOL** – Brasil - Bolívia

**BO** – Bolívia

**BR** – Brasil

**CadÚnico** – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal

**CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

**CAPES** – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CPF** – Cadastro de Pessoa Física

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INPE** – Instituto de Pesquisas Espaciais

**INSS** – Instituto Nacional de Seguridade Social

**IPEA** – Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada

**LOAS** – Lei Orgânica de Assistência Social

**IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano

**MEI** – Microempreendedor Individual

**MDS** Ministério do Desenvolvimento Social

**MEC** – Ministério da Educação

**MI** – Ministério da Integração Nacional

**MS** – Mato Grosso do Sul

**MT** – Mato Grosso

**OMS** – Organização mundial de Saúde

**PBF** – Programa Bolsa Família

**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais

**RNE** – Registro Nacional de Estrangeiro

**RG** – Registro Geral

**SIS Fronteiras** – Projeto Integrado de Saúde das Fronteiras

**SISMIGRA** – Sistema de Registro Nacional Migratório

**SP** – São Paulo

**SUAS** – Serviço Único de Assistência Social

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**UBS** – Unidade Básica de Saúde

**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados

**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UTI** – Unidade de Terapia Intensiva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 CORUMBÁ E LADÁRIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS</b> .....	29
1.1 A importância de políticas públicas.....	29
1.2 O Programa Bolsa Família.....	39
1.3 O Programa Vale Renda.....	55
1.4 Fronteiras como espaços de complementaridades: a fronteira Corumbá-Puerto Suarez.....	56
<b>2 AS CARACTERÍSTICAS DOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL</b> .....	60
2.1 Caracterização socioeconômica de Corumbá e Ladário.....	61
2.1.1 Desigualdade Social.....	61
2.1.2 Trabalho .....	63
2.1.3 Estrutura Populacional .....	64
2.1.4 Habitação .....	64
2.2 Ladário.....	69
2.3 Programa Bolsa Família em Corumbá.....	72
2.3.1 Condicionalidade Educação.....	76
2.3.2 Condicionalidade Saúde.....	78
2.4 Programa Bolsa Família em Ladário.....	85
2.4.1 Condicionalidade Educação.....	85
2.4.2 Condicionalidade Saúde.....	86
2.4.3 O caso das gestantes.....	88
2.5 Políticas públicas de combate à pobreza existentes em Corumbá e Ladário....	95
2.5.1 Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho).....	95
2.5.2 Programa Criança Feliz.....	98
2.6 A distribuição espacial dos beneficiários .....	102
2.7 Características do consumo das famílias no meio urbano e rural.....	105
2.8 O perfil dos beneficiários.....	124

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA E SEUS EFEITOS NO COMÉRCIO VAREJISTA NOS MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO .....	126
3.1 Os comércios dos Dois Circuitos da Economia Urbana.....	127
3.2 Os efeitos dos programas sociais nos estabelecimentos de alimentos e bebidas. ....	134
3.3 Os efeitos dos programas sociais nos estabelecimentos de vestuário.....	151
3.4 Lojas de vestuário nos bairros.....	155
3.5 Brechós.....	157
3.6 Feiras Livres.....	160
3.7 Os “puxadinhos bolivianos” ou “mercadinhos bolivianos” em Corumbá e Ladário.....	169
CONCLUSÃO.....	176
REFERÊNCIAS .....	180
ANEXOS .....	189

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a relação entre os recursos dos programas Bolsa Família e Vale Renda e como isso afetou o comércio varejista nos municípios fronteiriços de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com a Bolívia. Apresentamos características do espaço geográfico na fronteira Brasil-Bolívia, informações sobre o perfil dos beneficiários e como o comércio tem se constituído no sentido de atender à demanda. Um comércio que é rico e complexo, permeado de todas as contradições presentes na fronteira. Dada a localização geográfica de Corumbá e Ladário, distantes de outras cidades e seus estabelecimentos comerciais, foi possível constatar como as atividades comerciais reagiram com a injeção de recursos por meio de programas sociais perpassados pelas condições presentes na fronteira.

As políticas públicas de transferência de renda são importantes ferramentas de proteção a famílias que estão em situação de vulnerabilidade. Em municípios de fronteira, sua relevância está em assegurar acesso a bens e serviços a uma população historicamente esquecida pelo poder central. Essas políticas surgiram com base na proposta do senador Eduardo Suplicy<sup>1</sup> no ano de 1991. Essa proposta acabou por ser adotada por vários municípios, introduzindo Programas de Renda Mínima (ZIMMERMANN, 2003).

O período de 2003 a 2004 representa os primeiros passos do programa, com incrementos de cobertura baseados na migração das famílias já beneficiárias e nas primeiras concessões de benefícios para famílias que ainda não recebiam transferência de renda (BRUERA, 2004). O início dessas políticas de segurança alimentar<sup>2</sup> surge com a mobilização social promovida por agentes de transformação como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dentre outros.

Durante o segundo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1999-2002), as políticas de segurança alimentar começam a ganhar importância. Dentre essas políticas, destaca-se a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que tinha como finalidade um conjunto de medidas para proteger os direitos humanos à saúde e à educação. Outros programas foram criados para distribuição de renda de forma direta

---

<sup>1</sup> Eduardo Suplicy foi senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1991 a 2014.

<sup>2</sup> Política que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada a todas e todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

às famílias pobres, como instrumento de acesso a políticas universais como saúde e educação (ZIMMERMANN, 2003).

Os programas de transferência condicionada de renda surgem primeiramente em nível local, em seguida em nível nacional, sendo consolidados no Bolsa Família. Seu início se dá em 1997 com o Programa de Garantia de Renda Mínima, entrando em ação em 1999. No ano de 2001, foi renomeado para Bolsa Escola e passou a ser vinculado ao Ministério da Educação (ZIMMERMANN, 2003).

No final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, os programas eram implementados por diferentes ministérios e acabavam, por vezes, perdendo eficácia na sua execução. No primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MEDA) com o objetivo de elaborar e estruturar uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Posteriormente, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de coordenar as políticas nacionais de assistência social e de renda da cidadania.

No dia 20 de outubro de 2003, foi criado o Bolsa Família, com o intuito de unir inúmeros programas de distribuição de renda. Em termos operacionais, o cadastramento e a escolha dos beneficiários que receberiam o Bolsa Família cabem às Prefeituras Municipais. De forma geral, para participar, a família deve se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Esse cadastramento pode ser feito nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O Bolsa Família impõe um determinado perfil socioeconômico para que se receba o benefício, além de um acompanhamento em relação à saúde e à nutrição das famílias, bem como à assiduidade escolar e ao acesso à proteção alimentar.

Os objetivos são os de combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; levar as famílias pobres a terem acesso a serviços públicos de saúde e educação; combater a extrema pobreza e a desigualdade e construir uma rede de serviços públicos para criar condições para as famílias pobres saírem dessa condição.

Além do Programa Bolsa Família, existem outras políticas públicas de redução da desigualdade social de abrangência estadual. No caso do Mato Grosso do Sul, trata-se do programa Vale Renda. Essa política pública foi desenvolvida pela Superintendência de Benefícios Sociais da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e



Trabalho (SEDHAST), que teve como objetivo desenvolver ações para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como critério para receber o benefício do Vale Renda<sup>3</sup>, a família deve ter um rendimento mensal inferior ou igual a meio salário-mínimo, ter residência no estado do Mato Grosso do Sul há, pelo menos, dois anos, e não estar vinculada a outro programa de transferência de renda que faça com que seu ganho seja superior a meio salário-mínimo.

Essas políticas públicas de transferência de renda, PBF e Vale Renda, são ações que visam diminuir as desigualdades sociais. No Brasil, as políticas públicas são feitas como forma de induzir o desenvolvimento e para a redução da desigualdade social, em lugares considerados prioritários como as faixas de fronteira e seus municípios que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (GADELHA; COSTA, 2005).

De forma geral, o IDH de municípios fronteiriços costuma estar abaixo das médias regionais e estaduais brasileiras. Por não possuírem uma infraestrutura social adequada, são locais com economia “deprimida” e de baixo investimento por parte do Estado, com crescimentos populacionais por fluxos migratórios intrarregionais, além do crescimento vegetativo (BRASIL, 2004).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que varia de 0 a 1 e considera indicadores de longevidade, renda e educação, ambos os municípios fronteiriços analisados possuem índices considerados altos, iguais ou superiores a 0,700, sendo Corumbá 0,700 e Ladário 0,704, ficando abaixo da média do Estado do Mato Grosso do Sul, que foi de 0,729, verificada no ano de 2010.

Corumbá é o maior município do Estado de Mato Grosso do Sul em extensão territorial e o segundo maior do Brasil, perdendo apenas para Altamira-AM, com 64.964,90 km<sup>2</sup>. Ocupa 60% da área do Pantanal sul-mato-grossense (SEBRAE, 2010). A cidade está situada à margem direita do rio Paraguai. A margem oposta constitui-se de uma extensão de terras baixas cujas águas, nas cheias regulares do rio, atingem níveis de até cinco metros, dificultando a expansão urbana nessa direção (SOUZA, 2006).

Corumbá fica próximo dos municípios de Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Miranda, Porto Murtinho e Ladário, no Mato Grosso do Sul; Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé, no Estado de Mato Grosso e com a República da Bolívia. O município conta, além da sede, com os distritos de Albuquerque, Amolar, Forte Coimbra,

---

<sup>3</sup> Valor *per capita* por família para receber o Vale Renda em 2020 é de 519.50 reais.

Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança. Essas extensas áreas de terras são pouco ocupadas (SEBRAE, 2010).

O município de Ladário é cercado pelo município de Corumbá, como se fosse uma ilha, e situa-se na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia. Sua sede está a 348 km da capital Campo Grande e a 6 km do centro da sede do município de Corumbá, existindo, dessa forma, uma conurbação entre as duas cidades (SEBRAE, 2010).

Entre Corumbá e a área urbana de Arroyo Concepción (Distrito de Puerto Quijarro - Bolívia), além de não ser um território fronteiriço conurbado por completo (BENEDETTI, 2011), apresenta uma estrutura espacial que os diferencia, como a presença de territórios tampões<sup>4</sup>, uma ponte, elementos que ajudam e facilitam o controle por parte do Estado. Entre Corumbá e Arroyo Concepción existe uma passagem de fronteira que se faz percorrendo dois quilômetros da rodovia Ramón Gomes e atravessando-se o posto aduaneiro brasileiro e uma ponte.

Pelo fato de representar uma descontinuidade espacial com assimetrias em termos de desenvolvimento econômico, taxas de câmbio e fatores tributários podem provocar fluxos desiguais e mobilidades na zona fronteiriça em busca de oportunidades entre um lado e outro.

Considerando a localização geográfica dos municípios selecionados, torna-se necessária uma breve discussão sobre os elementos espaciais que estão presentes nesta localização, entre os quais selecionamos: o “efeito barreira”, a condição de território fronteiriço e as interações espaciais.

Nessa fronteira, existe um “efeito barreira” que, por razões de sua espacialidade própria, possibilita ao Estado manter um controle sobre os fluxos comerciais e de pessoas que passam por essa passagem fronteiriça. O “efeito barreira” tem seu estudo iniciado na Europa, por causa da construção do Muro de Berlim em 13 de agosto de 1961 e da dissolução da União Soviética em 26 de dezembro de 1991, além da formação de novos estados nacionais. O processo de formação da União Europeia veio a diluir o “efeito barreira”, contribuindo para uma colaboração transfronteiriça (CASTRO, 2013).

Para Benedetti (2011), a fronteira representa um importante elemento de organização territorial, onde o Estado estabelece suas leis, sua política e a sua estratégia

---

<sup>4</sup> Território estrategicamente inserido como forma de se estabelecer controle pelo Estado.

de gestão. Para Machado (2006), ela pode ser entendida como lugar de interação e de conflitos, lugar de possibilidades que engloba realidades diversas.

Todavia, o espaço fronteiriço não deve ser entendido como um limite para o outro, e sim como um espaço passível de interação entre a população que nele se situa e aqueles/as que estão apenas de passagem. Há contato cotidiano por meio das trocas de serviços que nele se estabelecem (NOGUEIRA, 2007).

Essas políticas públicas materializam-se no território, sendo resultado da ação do Estado. Para Gottmann (1973), o território é organizado de forma a atender às necessidades dos agentes humanos, existindo uma relação de domínio e de controle, sempre enraizados por questões de caráter político, ideológico e econômico.

O território é uma construção social que implica no estabelecimento de relações de poder. Pode ser identificado, de acordo com seu processo de formação, em quatro categorias do território: do cotidiano, das trocas, de referência e do sagrado (RAFFESTIN, 1993).

Interações espaciais são responsáveis por relacionar territórios “separados” pelos limites e fronteiras. Essas relações se apresentam sob vários aspectos, inclusive em suas formas relacional e multidimensional. O poder é exercido e pode ser historicamente construído na vida cotidiana (SAQUET, 2003). O território é produzido espaço-temporalmente, efetivando-se em diferentes escalas, de forma permanente ou temporária (CANDIOTTO, 2004).

Neste trabalho, buscamos compreender como as políticas públicas de transferência de renda (Programa Bolsa Família e Vale Renda) afetam as atividades comerciais destacando o comércio varejista de bens alimentícios e vestuário desses municípios e considerando a distância das cidades de Corumbá e Ladário das demais, bem como o arranjo espacial ao qual os dois municípios fazem parte, na fronteira Brasil-Bolívia. O PBF, no período de 2009 a 2019, e o Vale Renda, de 2012 a 2019, aportaram nos dois municípios um montante superior a R\$ 178.944.400,00 de reais, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e o Portal da Transparência do Governo de Mato Grosso do Sul.

O estudo é relevante porque os programas Bolsa Família e Vale Renda são gastos no comércio local, produzindo interações espaciais. A cidade mais próxima, Miranda, se localiza a 222 km de distância. De forma empírica, é possível considerar que os beneficiários não percorreriam essa distância para se fazer compras no comércio varejista

e de bens alimentícios da cidade de Miranda, realizando essa aquisição nos municípios de Corumbá e Ladário, onde residem. Assim, este estudo representa uma oportunidade de mensurar efeitos de programas de distribuição de renda na economia local, o que não seria possível se a localização geográfica permitisse maior interação espacial com municípios vizinhos. Outras possibilidades de consumo desses beneficiários se dariam nos municípios bolivianos de Puerto Suares, Puerto Quijarro e área urbana de Arroyo Concepcion. Esses se localizam num raio de 8 a 10 km da cidade de Corumbá e não oferecem a opção de compras parceladas a crédito, o que dificulta o consumo no comércio varejista e de bens alimentícios.

As fronteiras se apresentam como um espaço de ação de vários sujeitos (políticos, sociais, econômicos etc.), como lugar de encontro de pessoas e de circulação de mercadorias e capitais. As barreiras são expressões das relações de poder dos Estados Nacionais, que são usadas como instrumento de controle e intervenção nessas zonas de fronteira, como territorialidades dos Estados. As assimetrias econômicas da fronteira Brasil/Bolívia é uma referência para compreender a relação de controle que o Estado impõe nesse espaço fronteiro, principalmente por meio das barreiras impostas por órgãos como: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), dentre outras. Esse arranjo espacial característico dessa fronteira, que possui como principal meio de ligação a Avenida Ramão Gomes, facilita para o Estado o estabelecimento de seu controle nesse espaço fronteiro.

Esse estudo também se justifica porque interpreta os programas em seus desdobramentos oferecendo um contraponto ao preconceito, como o que os considera como “bolsa esmola” e estímulo ao não trabalho, interpretação essa superada pelos dados apresentados nesta tese.

Os objetivos específicos desta tese são: compreender a dinâmica dos estabelecimentos comerciais que vendem bebidas e alimentos em função do consumo dos usuários do Programa Bolsa Família e Vale Renda e caracterizar a distribuição geográfica dos beneficiários do Programa Bolsa Família e Vale Renda pela zona urbana (bairros) e zona rural (assentamentos) nos municípios de Corumbá e Ladário.

Para a elaboração do trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica. Para Fonseca (2002), *metodos* significa organização e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem

percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Ainda de acordo com Fonseca, a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar como um processo permanentemente inacabado.

Este trabalho se configura, quanto a sua natureza, numa pesquisa aplicada, onde se produzirá conhecimentos para aplicação prática na avaliação e elaboração de políticas públicas. Em relação à problemática, a proposta é explicativa, qualitativa, quantitativa por saturação e descritiva. De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa explicativa identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos analisados. A pesquisa qualitativa, para Minayo (2001), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Essa modalidade de pesquisa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (DOXSEY; DE RIZ, 2002). Na pesquisa quantitativa por saturação, considera-se que tudo pode ser quantificável, objetivando-se, por meio de dados estatísticos, traduzir opiniões e informações com o fim de classificá-las e analisá-las para que, com a recorrência das informações, a pesquisa seja conduzida ao seu encerramento (DOXSEY; DE RIZ, 2002). A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno estabelecendo relações entre variáveis. Essa pesquisa envolve uso padronizado de coleta de dados por meio de observação e realização de entrevistas. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador conhecer o que outros pesquisadores e autores disseram a respeito do fenômeno que se pretende estudar. Dessa forma, é possível otimizar o tempo, ao ler um livro, um documento ou qualquer outro material, levantando-se as informações que poderão ser úteis (DOXSEY; DE RIZ, 2002).

Empregamos na pesquisa a teoria dos dois circuitos urbanos, de Milton Santos (2008 [1979]), apresentada na obra “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”. Como procedimento metodológico, foi utilizada a pesquisa de campo, que se caracteriza por investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, faz-se uso de dados coletados junto às pessoas direta ou indiretamente envolvidas (FONSECA, 2002). Foram feitos levantamento de dados com fontes primárias, fazendo-se uso de questionários semiestruturados com instituições do Estado ligadas diretamente com a pesquisa em questão. Foram entrevistados cinco

gestores e dois coordenadores do Programa Bolsa Família que trabalham na Secretária de Assistência Social, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tanto em Corumbá como em Ladário, além do secretário de Assistência Social de Ladário.

No ano de 2019, foram realizadas 233 entrevistas mediante a utilização de questionários semiestruturados, com beneficiários do Bolsa família, durante as reuniões que ocorreram no CRAS tanto em Corumbá como em Ladário. Além dessas, foram realizadas mais 57 entrevistas com pessoas que recebem Vale Renda em Ladário.

No período do trabalho de campo, o mundo foi acometido pela pandemia de Covid-19, no ano de 2019. Por razões sanitárias, a partir de abril de 2020 passou-se a fazer uso do distanciamento social, uma das medidas mais importantes e eficazes para reduzir o avanço da pandemia. Com isso, o trabalho de campo foi interrompido, retornando no mês de setembro de 2021, após o surgimento da vacina e só após cumprir todo o ciclo vacinal retornamos à pesquisa de campo, fazendo uso de todos os protocolos sanitários como forma de inibir a possibilidade de contágio e proliferação da doença.

Assim, o trabalho de campo foi interrompido em março de 2020 e retornou em setembro de 2021 com o ciclo vacinal completo. No período da pandemia, as reuniões do Programa Bolsa Família deixaram de ser realizadas e, no dia 31 de outubro de 2021, o programa foi descontinuado. A pesquisa pode, portanto, ser dividida em antes e depois da pandemia, pois toda a dinâmica comercial, estrutural e mesmo as relações fronteiriças foram alteradas após esse evento.

No retorno ao trabalho de campo, foram utilizados questionários e conversas dirigidas com três representantes do comércio varejista de bens alimentícios desses municípios fronteiriços, além de conversas dirigidas com funcionários de supermercados e mercados localizados nos bairros. Foram feitas entrevistas após serem combinados dias e horários para sua realização, utilizando-se do protocolo de biossegurança para proteção contra a Covid-19, junto ao representante da Associação Comercial de Corumbá, secretário do Setor de Tributos de Corumbá e Ladário. Do setor do comércio, realizamos entrevistas com três proprietários de lojas de roupas que se localizam tanto na parte central como nos bairros, além de duas proprietárias de brechós. Além disso, houve uma conversa dirigida com um gerente de abertura de contas de um banco privado em Corumbá. Utilizamos a técnica da amostragem por saturação, com encerramento da pesquisa na medida em que as informações começaram a se repetir.

Também mapeamos os beneficiários nas cidades e assentamentos rurais dos dois municípios. Para localizarmos esses beneficiários, foi utilizado o site do CadÚnico e o mapa de calor. Essa opção visou preservar os usuários, pois o mapa apresenta uma mancha, com intensidade, sem definir o endereço com precisão.

Foram realizadas visitas para se conhecer as localizações das instituições pesquisadas, quais sejam, o comércio varejista e de bens alimentícios local e as feiras livres locais. Com a marcação de localizações auxiliada pelo GPS, confeccionamos os mapas, além de realizarmos registros fotográficos. Realizamos, também, levantamento de dados na Junta e Associação Comercial de Corumbá e, em Ladário, na SEFDE (Secretária Especial de Fomento e Desenvolvimento Econômico) para conhecermos a evolução do número de estabelecimentos do comércio varejista dos setores alimentícios e de vestuário e realizarmos entrevistas nos estabelecimentos de comércio varejista em funcionamento tanto na cidade de Corumbá como em Ladário.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta a importância das políticas públicas em municípios de fronteira, os quais são espaços de abandono. Os municípios apresentam índices de desenvolvimento humano baixos quando comparados com os demais municípios do interior do estado. Existe uma visão por parte do Governo Federal que define a fronteira como lugar de proteção sem entender as especificidades e necessidades que esse lugar possui. No segundo capítulo, são apresentados dados econômicos e do Programa Bolsa Família, bem como dados sobre como é a forma de consumo na área urbana, nos assentamentos rurais e nas sub-regiões do Pantanal. No terceiro capítulo, apresentamos, com o auxílio da teoria dos dois circuitos urbanos de Santos (2008 [1979]), a interpretação dos dados dos estabelecimentos comerciais de alimentos e bebidas e vestuário, com destaque para os “puxadinhos bolivianos”, comércio típico existente em Corumbá e Ladário.

# 1 CORUMBÁ E LADÁRIO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

## 1.1 A importância de políticas públicas

As políticas públicas de transferência de renda representam uma garantia dos direitos humanos de acesso a alimentação e saúde. Sua importância se torna maior ainda quando analisamos municípios de fronteira que possuem população com vulnerabilidades.

As políticas públicas podem ser definidas, de acordo com Mead (1995), como um campo do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Já para Peters (1986), a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos com suas ações. Para Souza (2006), as políticas públicas são usadas para a solução de problemas, além da cooperação que pode ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais.

Com isso, o processo de definição das políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses políticos, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como ela se apresenta. Cabe ao Estado traçar estratégias de desenvolvimento econômico, social, cultural, jurídico, político e de segurança pública.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Milton Santos considerava o Estado não como mero receptáculo das ações humanas, mas como uma entidade histórico-social que, ao ser produzido/modificado, transforma-se num ‘território usado’, isto é, abriga ‘a materialidade mais a vida que a alma’. Para Santos (1998), os territórios são formas, mas o território usado são objeto e ações semelhantes ao espaço humano, espaço habitado.

De acordo com Höfling (2001), as ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, mas têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. As políticas públicas são de responsabilidade do Estado.

Falar em políticas públicas em áreas de fronteira remete, primeiramente, ao entendimento de seu sentido e da especificidade emanada dessas áreas geográficas.

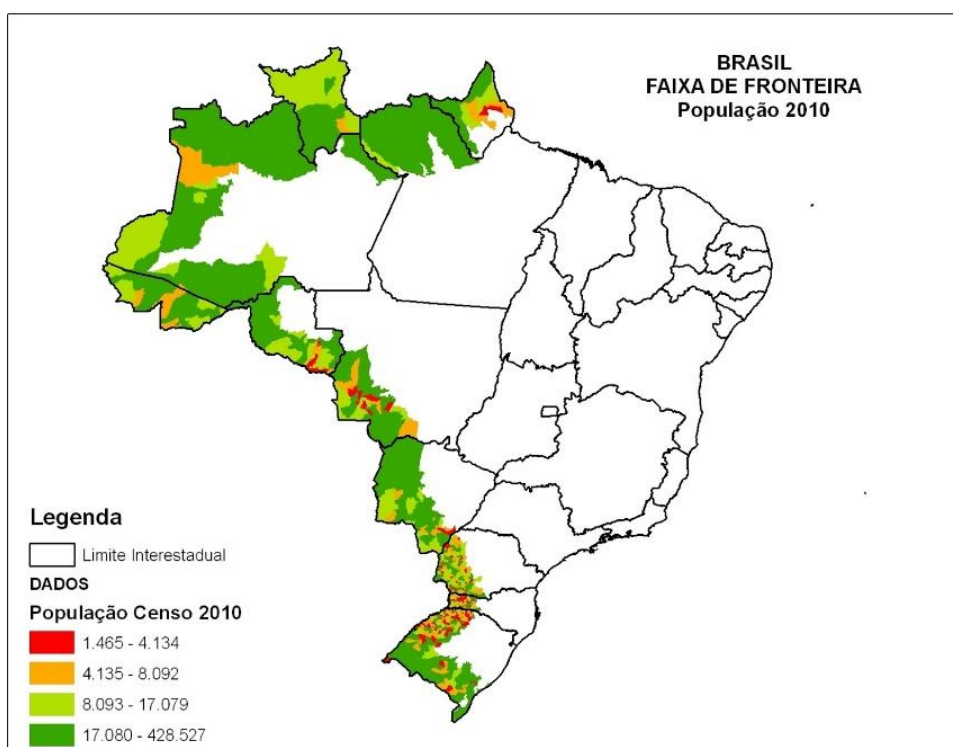


Implica, ainda, pensar um ordenamento territorial coerente como expressão das aspirações coletivas e que contenha as diretrizes de cada setor socioeconômico, político, cultural, ambiental, constituindo-se como uma verdadeira política de Estado e não apenas de governo. Para Machado *et al.* (2005), os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites e propósitos.

Áreas de fronteira são locais que requerem um olhar especial por parte dos gestores de políticas públicas. Novas abordagens para esses locais passaram a ser feitas como forma de mitigar essa disparidade, entre elas se destacando as voltadas para as faixas de fronteira. Segundo Gadelha e Costa (2005, p.24), faixa de fronteira é composta por dez países. No lado brasileiro, essa faixa corresponde a 27% do território nacional, composta por 11 estados e 588 municípios, e reúne, aproximadamente, 10 milhões de habitantes, apresentando-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente com pouca atenção por parte das políticas públicas; e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças.

A faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura (Lei nº. 6.634, de 2/05/1979), paralela à linha divisória terrestre do território nacional, como observado na Figura 1.

Figura 1 - População vivendo na faixa de fronteira



Fonte: Secretarias MDR (2010).

Essa faixa de Fronteira de 150 km foi criada como uma zona de proteção de segurança nacional e tinha como objetivo a imposição de barreiras às ameaças externas e o estabelecimento de limites nas relações com os países vizinhos. Para Gadelha e Costa (2005), nesse contexto de criação, a faixa de fronteira tornou-se um local de isolamento com as demais regiões, com ocupação limitada, pouca eficiência e alto custo para a provisão de bens e serviços públicos, além de dificuldades diversas no planejamento e de se incluir em políticas regionais.

Segundo Gadelha e Costa (2005), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), cuja gerência é do Ministério da Integração Nacional desde 1999, apresentou projetos de integração de forma desarticulada e fragmentada, não acarretando impactos significativos no emprego e na renda, na organização da sociedade civil e na estruturação das atividades produtivas. Eram políticas hierarquizadas do Governo Federal que não atendiam às necessidades dos municípios que se localizam nessa faixa de fronteira.

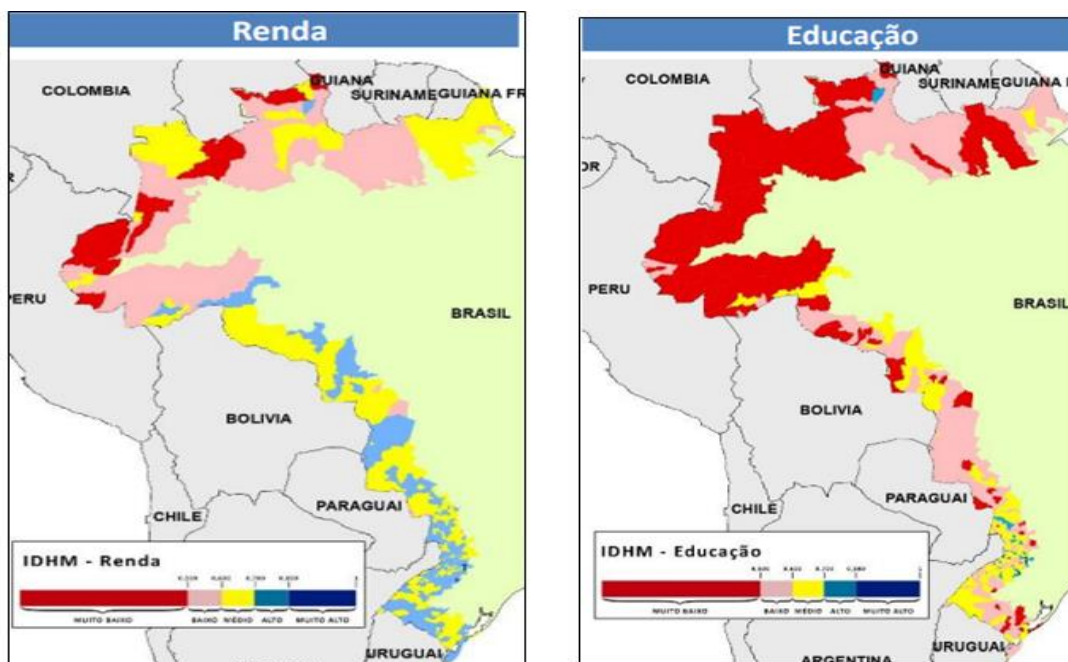
Essa realidade é apresentada por um estudo realizado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no ano de 2019, que reconheceu a disparidade econômica existente entre

os municípios do estado do Mato Grosso que fazem fronteira com a Bolívia em relação aos demais município do estado.

A divisa entre Brasil e Bolívia tem uma extensão de 3.423 km, sendo 751 km de fronteira seca. A zona de fronteira engloba faixas fronteiriças pertencentes a quatro estados brasileiros (Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e três departamentos bolivianos (Pando, Beni e Santa Cruz de la Sierra).

Historicamente, os municípios de região de fronteira são carentes de infraestrutura e redes de comunicação. Para Machado *et al.* (2005), esse isolamento é resultado de uma política de Estado que não permitiu um maior protagonismo econômico e político quando comparado com outras regiões do Brasil. Estudos apresentados por Carneiro Filho e Camara (2019) apontam que municípios da faixa de fronteira apresentam piores índices de renda e educação quando comparados com seus respectivos estados, como apresentado na Figura 2. Para exemplificar essa situação, Carneiro Filho e Camara (2019) apontam as cidades gêmeas de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), nas quais as taxas de analfabetismo são respectivamente 9,54% e 13,47%. Outro dado importante é a taxa de pobreza. Ponta Porã registra 34% de sua população abaixo da linha da pobreza, enquanto Pedro Juan Caballero possui 37,87% de seus habitantes nessa condição (SEBRAE/MS, 2010).

Figura 2 - Faixa de fronteira índices de renda e educação em 2010



Fonte: IPEA (2016). Organizado por Carneiro e Camara (2019).

Paul Ganster (1997) discute a necessidade de um novo tipo de atuação do Estado que facilite a criação de mecanismos legais e administrativos, transformando regiões fronteiriças em zonas de cooperação e sinergia. Seguindo essa premissa, o Ministério do Desenvolvimento Regional, no ano de 2020, lançou um programa para reduzir a desigualdade em cidades localizadas na faixa de fronteira. A Portaria nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020, estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019, resolve:

Art. 1º Estabelecer o Programa Fronteira Integrada, doravante denominado simplesmente PFI, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019.

Art. 2º O Programa Fronteira Integrada tem a finalidade de reduzir as desigualdades econômicas e sociais no território da faixa de fronteira por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda, melhoria da infraestrutura urbana e qualidade de vida da população.

Essas normas visam estruturar as cidades da faixa de fronteira quanto a seu desenvolvimento produtivo, melhorar a infraestrutura urbana e econômica, além de melhorias de serviços públicos essenciais e adequação quanto à capacidade de gestão. Porém, para Machado *et al.* (2005), existe uma verticalização na forma de se tomar decisões quando se trata da faixa de fronteira. O Governo Federal, portanto, centraliza a gestão desse território, não reconhecendo as especificidades territoriais dos municípios.

Para Machado *et al.* (2005), a vida nas cidades da faixa de fronteira, por exemplo, não importa se situada ou não na divisória internacional, com frequência depende mais de interações com espaços não-contíguos do que com o espaço adjacente. De acordo com Scherma (2016), a partir de 2003, com políticas de integração do governo Lula, melhorias nos índices sociais e econômicos começaram a se efetivar sem perder-se a visão de território de proteção. Contudo, a partir de 2016 e 2017, houve uma drástica diminuição no investimento na faixa de fronteira, tanto na promoção da infraestrutura como em projetos de segurança. Segundo Rolli (2018), o orçamento passou de R\$ 118 milhões previstos para R\$ 85 milhões, com diminuição de pessoal para cerca de 2.600 pessoas no

controle aduaneiro e nas atividades de fiscalização em aeroportos, portos e rodovias na fronteira brasileira. Isso acabou por dificultar esse controle que o Estado quer estabelecer quanto aos fluxos que passam pelas fronteiras.

Mesmo quando existem políticas públicas destinadas a essas regiões menos desenvolvidas, observa-se uma diferença na forma como esses recursos são distribuídos pelos municípios da faixa de fronteira. Nota-se uma maior destinação de recursos para os municípios da faixa de fronteira dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, como observado na Tabela 1.

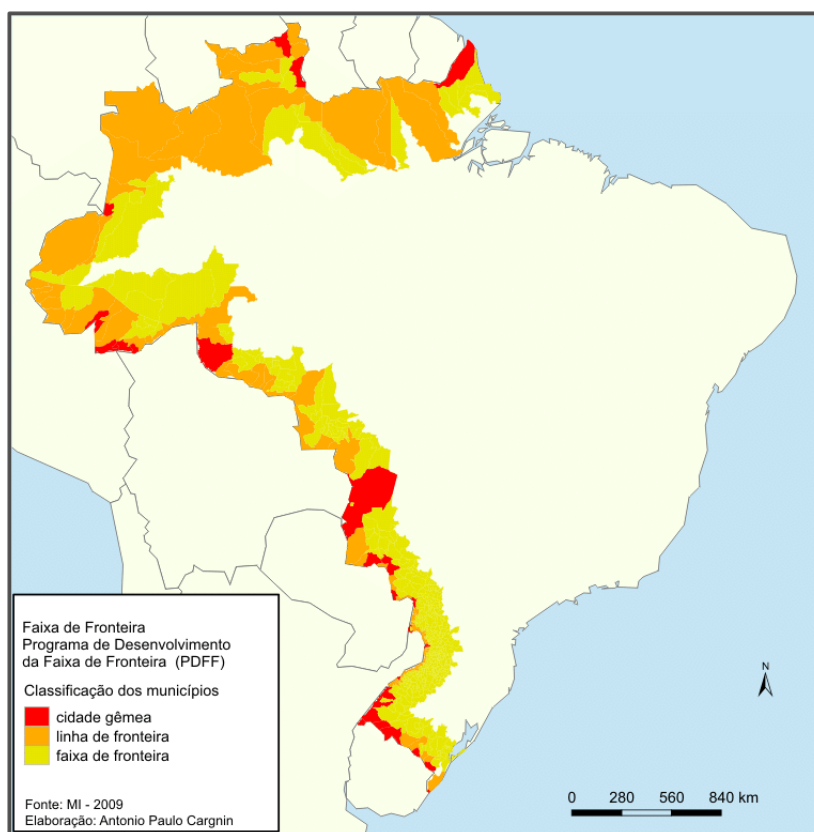
Tabela 1 - BRASIL - Municípios situados na Faixa de Fronteira com investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional até fevereiro de 2020

UF	Número de municípios atendidos	Valor (R\$)
AC	21	1.268.278.958,22
AM	9	115.346.123,74
AM	3	39.940.018,27
MS	44	2.011.414.085,97
MT	22	555.755.849,20
PA	5	173.171.468,96
PR	138	2.413.141.318,08
RO	26	1.862.179.414,02
RR	14	1.071.285.328,10
RS	195	4.397.846.474,47
SC	83	1.642.747.125,47
TOTAL	560	15.551.106.164,48

Fonte: Secretarias MDR (2020).

Essa verticalização nas tomadas de decisões em relação à faixa de fronteira acaba por provocar uma disparidade mais significativa entre esses municípios fronteiriços. A oferta e a utilização de serviços públicos ocorrem nos municípios que se apresentam mais estruturados. Esse aumento de demanda sobrecarrega as localidades e essas situações tendem a ocorrer de forma mais aguda em cidades gêmeas. De acordo com Brasil (2020), existem 33 municípios classificados como cidades gêmeas. O Ministério da Integração Regional (2018) vincula esse termo aos municípios situados na linha de fronteira, seja seca ou fluvial, integrada ou não por obras de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural (Ver Figura 3).

Figura 3 - Ocorrências de cidades gêmeas pelo Brasil



Fonte: Secretarias MDR (2020).

Uma outra tentativa de se promover integração está voltada ao sistema público de saúde, com a criação do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras). De acordo com Gadelha e Costa (2007), o foco desse sistema seria a promoção de uma melhor gestão por meio de repasse a municípios que fazem parte dessas zonas de fronteira. Essa atenção se torna necessária para o estabelecimento de marcos legais para a integração, otimização e qualificação da atenção prestada nas fronteiras (GADELHA e COSTA 2007).

Apesar de se apresentar como uma alternativa para a melhoria da gestão desses municípios fronteiriços que atendem um público que vai além de seus municípios, o que se viu na prática foi a não implementação de uma política efetiva. Bauermann e Curry (2017) observaram a não evolução desse sistema em 2015, uma vez que os investimentos realizados não atenderam à demanda de estrangeiros não residentes e que fazem uso desses serviços de saúde. Os recursos foram usados para ampliação da rede de serviços e para manter o banco de dados atualizado.

Cabe ressaltar que, para ser atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é necessária a apresentação do cartão do SUS, tanto para brasileiros como para estrangeiros residentes no Brasil. Os estrangeiros não residentes são atendidos em casos de urgência e emergência.

De acordo com Flávia (2019), para a concretização de um acesso dos estrangeiros à saúde efetiva nas regiões de fronteira será necessário superar muitos obstáculos, com planejamento e realização de políticas públicas, para uma integração e divisão de responsabilidades mais homogêneas. A ideia de uma gestão que ocorra de forma horizontal se torna necessária para manter o equilíbrio entre atendimento de estrangeiros e capacidade de manter esses equipamentos funcionando.

Portanto, é difícil a existência de políticas públicas de um mesmo Estado para a totalidade fronteiriça, já que ela contém uma banda sob outra jurisdição. Essa é a maior dificuldade para os territórios localizados nessas zonas, cujas especificidades não são contempladas nas características dos demais componentes da nação. Dessa forma, a efetividade de políticas públicas para essas regiões depende do entendimento de suas especificidades e da capacidade de articulação com o território vizinho.

## **1.2 O Programa Bolsa Família**

As políticas públicas de proteção social de transferência de renda surgem com base na proposta do senador Eduardo Suplicy, no ano de 1991. Essa proposta acabou por ser adotada por vários municípios que introduziram Programas de Renda Mínima (ZIMMERMANN, 2003).

O Programa Bolsa Família é uma política de transferência de renda produto de um histórico de programas de proteção social, iniciada no âmbito federal a partir da década de 1990. Para Bruera (2004), o início de políticas de segurança alimentar surge com a mobilização social promovida por agentes de transformação como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dentre outros.

Durante o segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso - PSDB (1999-2002), as políticas de segurança alimentar começam a ganhar importância. Dentre elas, destaca-se a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que tinha como finalidade um conjunto de políticas para prover e proteger os direitos humanos à saúde e à educação. Outros programas foram criados para distribuição de renda de forma direta

às famílias pobres, como instrumento de acesso a políticas universais como saúde e educação (ZIMMERMANN, 2003).

Ainda durante o segundo mandato de FHC, foram criadas outras políticas de transferência de renda. Em 1997, foi criado o Programa de Garantia de Renda Mínima, que entrou em ação em 1999. Tal programa foi reformulado e no ano de 2001 foi renomeado para Bolsa Escola e passou a ser vinculado ao Ministério da Educação. No mesmo ano foram criados o Programa Agente Jovem e o Bolsa Alimentação, vinculados ao Ministério da Saúde (ZIMMERMANN, 2003).

No final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, como já observado, esses programas eram implementados por diferentes ministérios e acabavam, por vezes, perdendo eficácia na sua execução. Já no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MEDA), com o objetivo de elaborar e estruturar uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Apesar da inovação apresentada com a criação desse ministério, de acordo com Zimmermann (2003) um ano após sua criação acabou por ser extinto, dando lugar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de coordenar as políticas nacionais de assistência social e de renda da cidadania.

No dia 20 de outubro de 2003, foi criado o Bolsa Família, com o intuito de unir inúmeros programas de distribuição de renda. O Bolsa Família é produto histórico da unificação dos programas de transferência de renda por parte do Governo Federal, como Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Cartão Alimentação. A finalidade da unificação desses programas foi reduzir gastos com a gestão e melhorar a integração e abrangência dessas políticas de transferência de renda.

Em termos operacionais, o cadastramento e a escolha dos beneficiários que receberão Bolsa Família cabem às Prefeituras Municipais. De forma geral, para participar, a família deve se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Esse cadastro pode ser feito no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O Bolsa Família impõe um determinado perfil socioeconômico para que se receba o benefício, além de um acompanhamento em relação à saúde, à nutrição das famílias, bem como à assiduidade escolar e ao acesso a proteção alimentar.

Os objetivos do Programa Bolsa Família são os de combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional; levar as famílias pobres a terem acesso a serviços



públicos de saúde e educação; combater a extrema pobreza e a desigualdade e construir uma rede de serviços públicos para criar condições para as famílias pobres saírem dessa condição.

Os critérios para se receber o benefício do Bolsa Família estavam relacionados à situação socioeconômica da família, à renda *per capita*. A renda domiciliar *per capita* é a soma de todos os rendimentos dos moradores de um domicílio dividida pelo número de moradores. O segundo critério é a composição familiar, além do cumprimento de condicionalidades relacionadas à saúde e à educação das crianças.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2018), as condicionalidades do programa são:

- a) Frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, e de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos;
- b) Acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos;
- c) Pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes;
- d) Acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil.

Esse acompanhamento deve ser feito pelos gestores do Bolsa Família, sendo que o programa exige um gestor ligado à secretária de saúde, outro à secretária de educação e um responsável pelo Cadastro Único. Cada gestor é responsável por inserir no sistema federal dados do seu respectivo setor responsável, tais como assiduidade dos alunos que pegam o Bolsa Família, pesagem das crianças e verificação do cartão de vacinação, além da situação cadastral de cada família. O não cumprimento dessas condicionalidades poderia levar, em um primeiro momento, a uma notificação para a família para verificar o que aconteceu para a criança não estar indo para a escola, ou a razão da não vacinação. Em um segundo momento, em um prazo de dois meses, caso essas condicionalidades não sejam cumpridas, o benefício é bloqueado. Persistindo a não implementação dessas condicionalidades, o Bolsa Família é cancelado.

De acordo com o Ministério da Cidadania (2015), 75% das pessoas que recebem o benefício do Bolsa Família realizam alguma atividade remunerada, podendo ser formal ou informal.

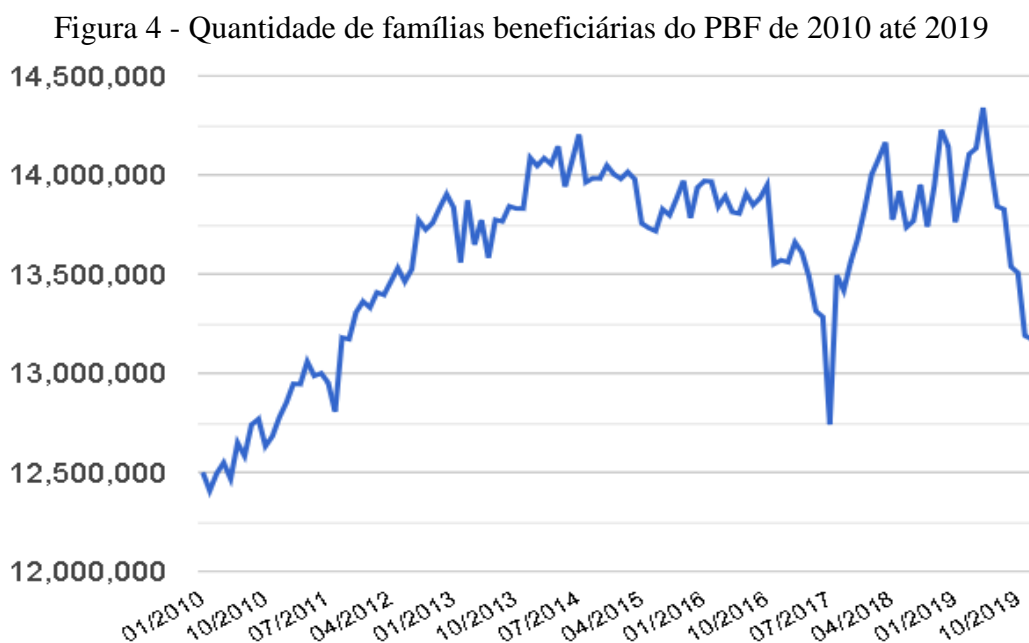
Dados do IPEA (2019) apontam que o Bolsa Família (BF) promoveu uma redução de 15% da pobreza e de 25% da extrema pobreza entre os beneficiados do programa. Com um custo de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o BF conseguiu, em seus 18 anos, reduzir a pobreza e a pobreza extrema, diminuir a mortalidade infantil, aumentar a participação escolar, melhorar o acesso à rede de saúde infantil e acompanhamento do pré-natal, reduzir a desigualdade regional do País e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais necessitados.

Para ter acesso ao Programa Bolsa Família e aos demais programas oferecidos pela Assistência Social, torna-se necessário fazer parte do Cadastro Único e, com isso, a família que esteja em algum grau de vulnerabilidade pode ter acesso aos demais programas e serviços oferecidos.

Com base nos dados fornecidos pela família ao fazer o cadastro, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) realiza um cruzamento de dados com as demais instituições, para verificar se a família se enquadra nos requisitos exigidos pelo programa e, em caso positivo, passe a receber o benefício mensalmente.

Quanto ao valor recebido por unidade familiar, depende da condição de vulnerabilidade em que ela se encontre. Outros quesitos como quantidade de adultos, jovens, crianças e mulheres gestantes; fatores sociais e demográficos são elementos analisados e que influenciam o estabelecimento do valor a ser pago. Entre os anos de 2010 e 2019, existiam mais de 14 milhões de famílias que recebiam esse benefício no Brasil, como observado na Figura 4.

De acordo com o MDS (2020), a gestão desse programa ocorre de forma descentralizada entre União, estados e municípios. Cabe ressaltar que a formação da equipe que irá gerir esse programa é de responsabilidade dos municípios. Cabe a essa equipe de técnicos e gestores coordenar ações de ampliação, fiscalização e execução do programa.



Fonte: SENARC, 2020.

De modo geral, segundo a MDS (2019), os beneficiários do PBF têm em média um núcleo familiar formado por 3,09 pessoas. Ao se cadastrar, 70,3% se declaram pretos ou pardos e 88,5 % dos núcleos familiares têm mulheres como chefe de família. Vale ressaltar que esses dados se dão por autodeclaração, fornecidos em razão da entrevista realizada por um gestor do Bolsa Família responsável por fazer essas questões e preencher o cadastro que posteriormente colocará esses dados no site do cadastro único.

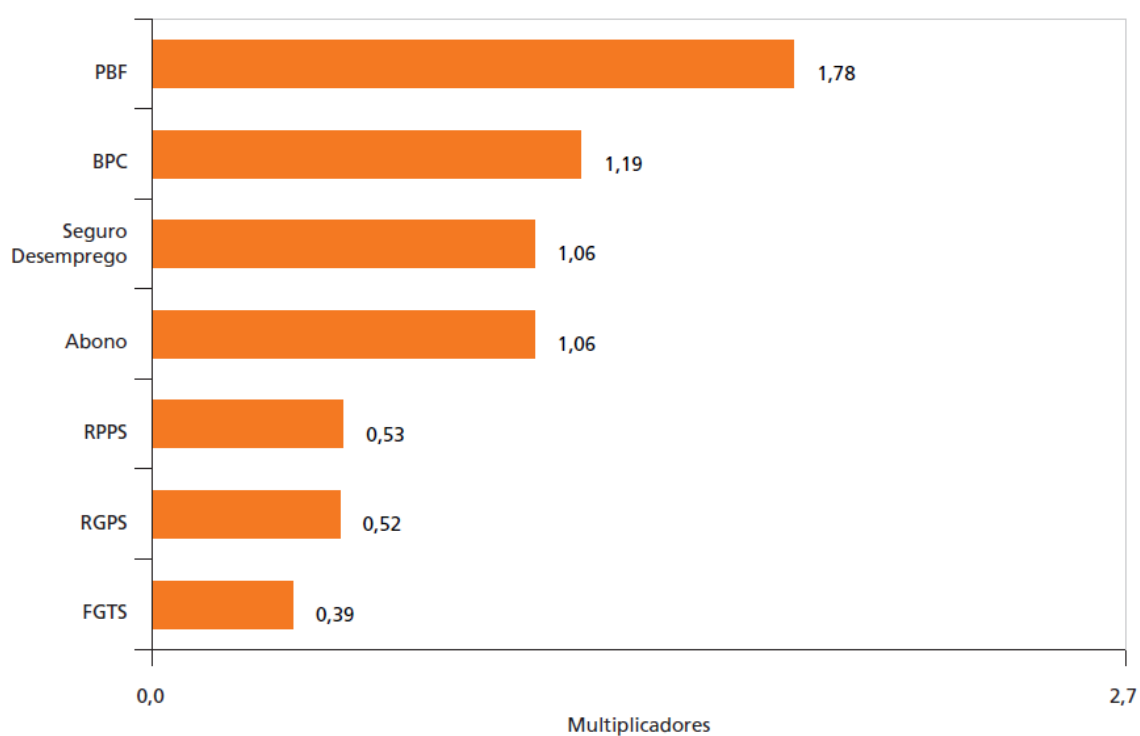
Para Chauí (2019), o Bolsa Família traz consigo um elemento de transformação antropológica, que é a participação da mulher na forma de pensar a economia domiciliar. O Bolsa Família trouxe uma reestruturação da vida familiar, em que a mulher passa a ter um papel de criar formas de se conseguir uma renda extra com a autonomia que esse benefício proporciona. De acordo com Rêgo e Pinzani (2014, p. 364), essa “modalidade de dominação” é percebida em regiões com alto índice de pobreza. O PBF permitiu uma autonomia subjetiva à mulher, permitindo também uma liberdade individual além da econômica. Com isso, essas mulheres passaram a produzir artesanatos, trabalhar com panificação, produção de bolos, plantação de hortas, evidenciando-se, assim, novas atividades econômicas, mudando o panorama da região onde vivem.

Para a economia local, o BF apresenta um impulso ao consumo. De acordo com Neri *et al.* (2013), o PBF pode ser utilizado na aquisição de bens e serviços, no pagamento de impostos e contribuições. Essas transferências acabam por impulsionar uma demanda

local, onde esse consumo familiar estimula a produção dos setores de atividades que, por sua vez, incrementam o lucro das empresas e a remuneração do trabalho, retornando para as famílias e reiniciando o ciclo econômico.

Segundo Neri *et al.* (2013), existe um efeito multiplicador no PBF em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), pois a cada 1 real destinado ao Bolsa Família, é gerado um impacto positivo de 1,78 no PIB. Esse impacto se mostra superior quando comparamos com outros pagamentos sociais efetuados pelo governo, como demonstrado na Figura 5.

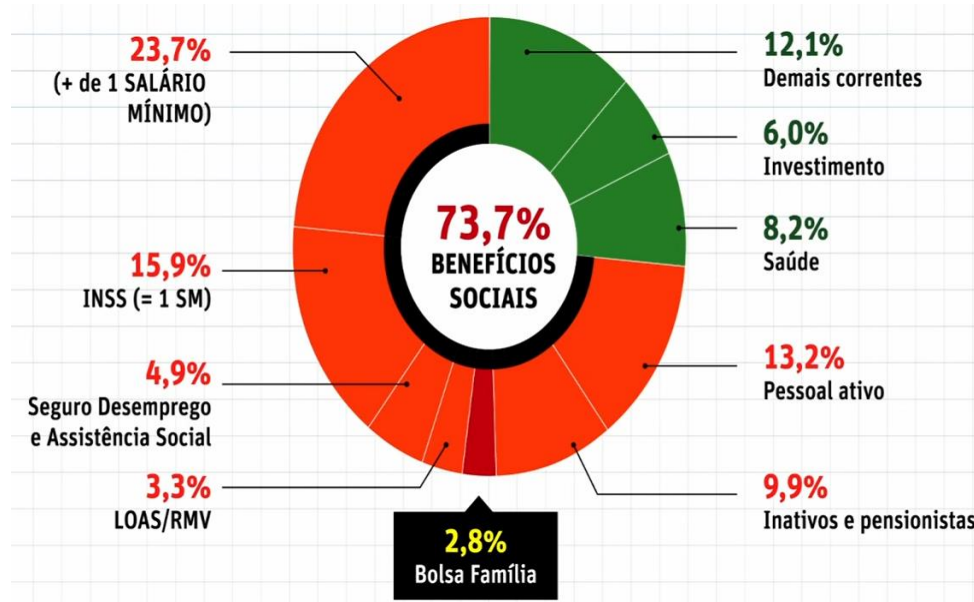
Figura 5 - Efeitos multiplicadores das transferências sociais sobre o produto interno bruto (PIB) em (%)



Fonte: Neri, Vaz, Souza elaborado a partir da MCS de 2009.

Esse benefício, além de seu efeito multiplicador, apresenta baixo uso de recursos do orçamento quando o comparamos com os demais (Ver Figura 6, que apresenta o gasto da União com o programa).

Figura 6 - Gasto da União com o Programa Bolsa Família em (%)



Fonte: Orçamento da União de 2012, elaboração Raul Veloso.

Observa-se que o uso desse recurso na consolidação do PBF acabou por permitir uma diminuição do número de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. Dados do IPEA (2017) apontam que mais de 3,4 milhões de pessoas haviam deixado a pobreza extrema por causa do Bolsa Família e 3,2 milhões passaram a figurar acima da linha de pobreza graças ao programa.

Segundo Souza *et al.* (2019), por ter um perfil de exercerem atividades econômicas remuneradas voláteis, ou seja, não possuem uma remuneração estável, esses dados podem sofrer alterações quando essas famílias passem por momentos de desemprego ou que seu trabalho, mesmo que temporário, não consiga gerar renda suficiente para manter essa família acima da linha de pobreza.

Além desses impactos econômicos, o cumprimento das condicionalidades, como manter a carteira de vacinação em dia, pesagem e acompanhamento do pré-natal, possibilitaram uma redução da mortalidade infantil. Em um estudo feito por Ramos *et al.* (2021), fazendo um acompanhamento com mais de seis milhões de crianças abaixo de cinco anos, quando se comparou crianças que fazem parte do Programa Bolsa Família com as que não fazem, constatou-se uma redução de 16% na mortalidade de crianças de 1 a 4 anos.

Para Ramos *et al.* (2021), os efeitos da execução das condicionalidades relacionadas a saúde mostram seus efeitos mais agudos nas regiões mais carentes, com

uma redução de 26% até 28% na redução da mortalidade infantil. Isso ocorre de forma principal pelo acompanhamento periódico que as famílias realizam junto ao sistema de saúde municipal. Para Campelo (2013), o Bolsa Família apresentou resultados relevantes na diminuição da desnutrição infantil, como resultado do aumento dos gastos com alimentação que o benefício pode proporcionar. Outro elemento relevante para Campelo (2013) foi o aumento da porcentagem de crianças de até 6 meses alimentadas exclusivamente por amamentação. Além do aumento de crianças completando o ciclo vacinal quando comparadas com as que não fazem parte desse programa.

A execução das condicionalidades permitiu a diminuição da evasão escolar e o aumento da participação feminina. Pelas regras, a frequência escolar deveria ser de pelo menos 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. O cumprimento das condicionantes dava aos participantes do programa um valor adicional no benefício. As condicionalidades contribuíram para a redução das taxas de crianças fora da escola, tanto para meninos quanto para meninas, em todas as faixas entre os 6 e os 16 anos. Observa-se que a taxa de abandono escolar é menor com os alunos que fazem parte do Programa Bolsa Família quando comparados com os que não fazem parte, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Número de concluintes do ensino fundamental regular na rede pública de ensino, por idade – Brasil e regiões (2012)

Regiões geográficas	Alunos do Programa Bolsa Família					Demais alunos				
	Total	Até 15 anos	%	16 anos ou mais	%	Total	Até 15 anos	%	16 anos ou mais	%
Brasil	<b>798.187</b>	603.118	75,6	195.069	24,4	<b>1.351.166</b>	1.073.319	79,4	277.847	20,6
Norte	<b>91.552</b>	61.859	67,6	29.693	32,4	<b>108.352</b>	70.863	65,4	37.489	34,6
Nordeste	<b>329.007</b>	234.646	71,3	94.361	28,7	<b>247.785</b>	158.542	64,0	89.243	36,0
Sudeste	<b>250.020</b>	205.972	82,4	44.048	17,6	<b>632.275</b>	544.065	86,0	88.210	14,0
Sul	<b>74.397</b>	58.666	78,9	15.731	21,1	<b>254.255</b>	214.631	84,4	39.624	15,6
Centro-Oeste	<b>53.211</b>	41.975	78,9	11.236	21,1	<b>108.499</b>	85.218	78,5	23.281	21,5

Fonte: Censo Escolar 2012 (INEP, 2012) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Organizadores: Craveiro e Ximenez (2013).

Para Craveiro e Ximenes (2013), o Programa Bolsa Família constitui uma relevante estratégia de combate à desigualdade. Famílias que se encontram em situação

de extrema pobreza apresentam dificuldades em manter adolescentes e jovens frequentando a escola. A razão disso é o início de trabalho ainda na fase da adolescência, quando não se dá a importância devida à educação escolar. Segundo Craveiro e Ximenes (2013), a educação exerce o papel de rompimento com esse ciclo de vulnerabilidade através de um pacto entre sistemas, famílias, sociedade, comunidade escolar, instituições de ensino e pesquisa usando a educação como forma de acesso a direitos (Ver Tabela 3).

Tabela 3 - Comparação das taxas de aprovação escolar entre os alunos do PBF e demais alunos no ensino fundamental da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). Em (%)

	Taxa de aprovação			
	Ensino fundamental – anos iniciais		Ensino fundamental – anos finais	
	Alunos do PBF	Demais alunos	Alunos do PBF	Demais alunos
<b>Brasil</b>	<b>88,7</b>	<b>95,8</b>	<b>80,8</b>	<b>83,8</b>
Norte	86,3	92,0	81,1	79,2
Nordeste	86,4	91,4	77,7	74,5
Sudeste	92,6	97,8	85,3	88,6
Sul	90,5	98,4	76,9	84,3
Centro-Oeste	90,8	95,7	84,3	85,2

Fonte: Censo escolar 2012 (INEP, 2012) e MDS. Organizadores: Craveiro e Ximenez (2013).

A condicionalidade ligada à frequência escolar contribuiu para a diminuição das taxas de abandono. De acordo com Craveiro e Ximenez (2013), o PBF tem contribuído para que as famílias em situação de pobreza não abandonem a escola. Dados apresentados na Tabela 4 demonstram que, nos anos iniciais, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, os resultados são melhores para os estudantes que fazem parte do PBF quando comparados aos que não fazem parte em relação ao abandono escolar.

Tabela 4 - Comparação das taxas de abandono escolar entre os alunos do PBF e demais alunos do ensino médio da rede pública de ensino – Brasil e regiões (2012). Em (%)

	Ensino médio			
	Taxa de abandono		Taxa de aprovação	
	Alunos do PBF	Demais alunos	Alunos do PBF	Demais alunos
<b>Brasil</b>	<b>7,4</b>	<b>11,3</b>	<b>79,7</b>	<b>75,5</b>
Norte	8,7	17,1	79,8	71,1
Nordeste	7,7	17,5	82,6	72,0
Sudeste	6,3	7,5	78,4	78,5
Sul	8,4	9,0	73,2	76,9
Centro-Oeste	7,9	11,4	75,0	72,8

Fonte: Censo escolar 2012 (INEP, 2012) e MDS. Organizadores: Craveiro e Ximenez (2013).

A permanência na escola é um passo importante como forma de se aumentar o tempo do aluno em sala de aula e melhorar a aprendizagem, pois o abandono, de forma geral, ligado ao trabalho infantil, ocorre e o PBF, por meio de sua condicionalidade da educação, veio para mitigar esse problema.

Outro elemento que demonstra a relevância do PBF, de acordo com Brauw *et al* (2015), é sua implicação no acesso, permanência e progressão das meninas nas séries escolares. Isso seria resultado da não necessidade do trabalho doméstico por parte dessas meninas, o que resulta em melhor frequência e progressão escolar.

Outro impacto dessa política de transferência de renda foi relacionado ao índice de fecundidade. De acordo com Alves e Cavenaghi (2013), o programa Bolsa Família não tem provocado o aumento da fecundidade em relação à população que recebe esse benefício. Com isso, um dos preconceitos ligados ao pagamento do Bolsa Família, segundo o qual ele incentivaria as mães que o recebem a terem mais filhos, não se sustenta. Essa falácia não se respalda nos dados apresentados por Alves e Cavenaghi (2013), que demonstram que a fecundidade das mulheres de baixa renda diminuiu de 5,5 filhos, em 1991, para 4,6 filhos, em 2000; e 3,3 filhos, em 2010. O estudo apresentado pelos pesquisadores aponta uma diminuição nessa taxa de fecundidade, acompanhando a taxa dos demais que não recebem o BF.

Para Alves e Cavenaghi (2013), a taxa de fecundidade da população de baixa renda vem caindo desde a década de sessenta e o fato de receberem o benefício do Bolsa Família não implicou o aumento dessa taxa de fecundidade. Manteve-se a tendência de queda e, dessa forma, não se sustenta o argumento de que famílias de baixa renda

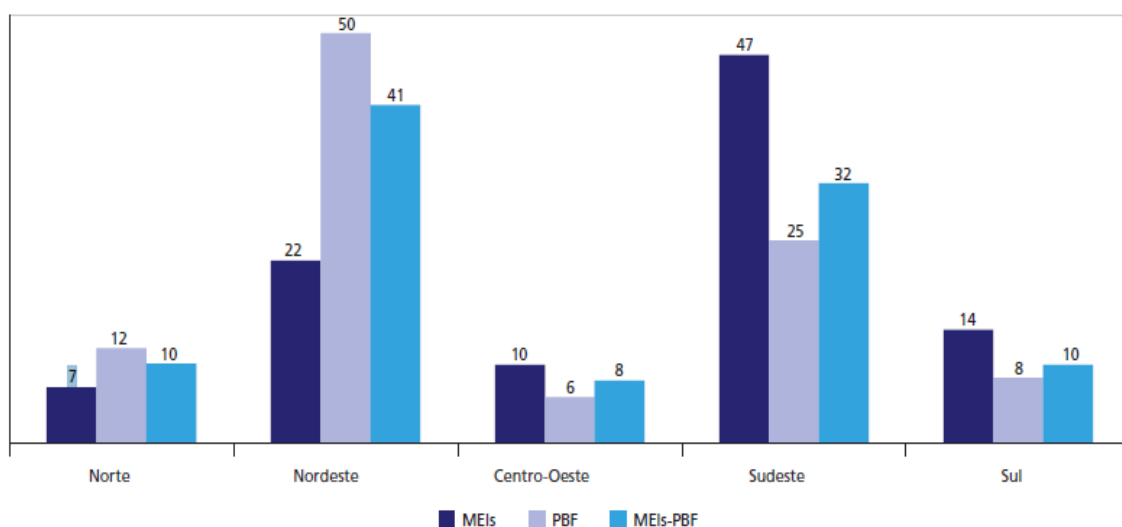


concebem mais filhos para receber o Bolsa Família, como falas preconceituosas insinuam.

Além de o Programa Bolsa Família não contribuir para o aumento da fecundidade entre as pessoas que recebem o benefício, observa-se que famílias que foram contempladas no primeiro ano do programa conseguiram deixá-lo. Segundo dados obtidos pelo jornal O Estado de S. Paulo, dos 1,15 milhão de contemplados na primeira leva do Bolsa Família, em outubro de 2003, 795 mil - ou 69% do total - conseguiram deixar o programa e apenas 3%, cerca de 355 mil, permaneceram ou retornaram ao programa nesse período. Isso demonstra que esse benefício pode ter caráter transitório, proporcionando uma possibilidade de melhoria no rendimento e uma possível saída do programa.

Outro dado, de acordo com Moreira (2015), aponta que o PBF tem se mostrado como porta de entrada para seus beneficiados se tornarem Microempreendedores Individuais (MEI). Dados demonstrados pelo pesquisador apontam que cerca de 7,3% das pessoas que recebem o BF em 2011 também faziam parte do MEI. Isso, em número absoluto, representa um total de 102.627 beneficiários, que criaram micro negócios regulares, existindo uma relação entre quem recebe o BF e faz parte do MEI, como demonstrado na Figura 7.

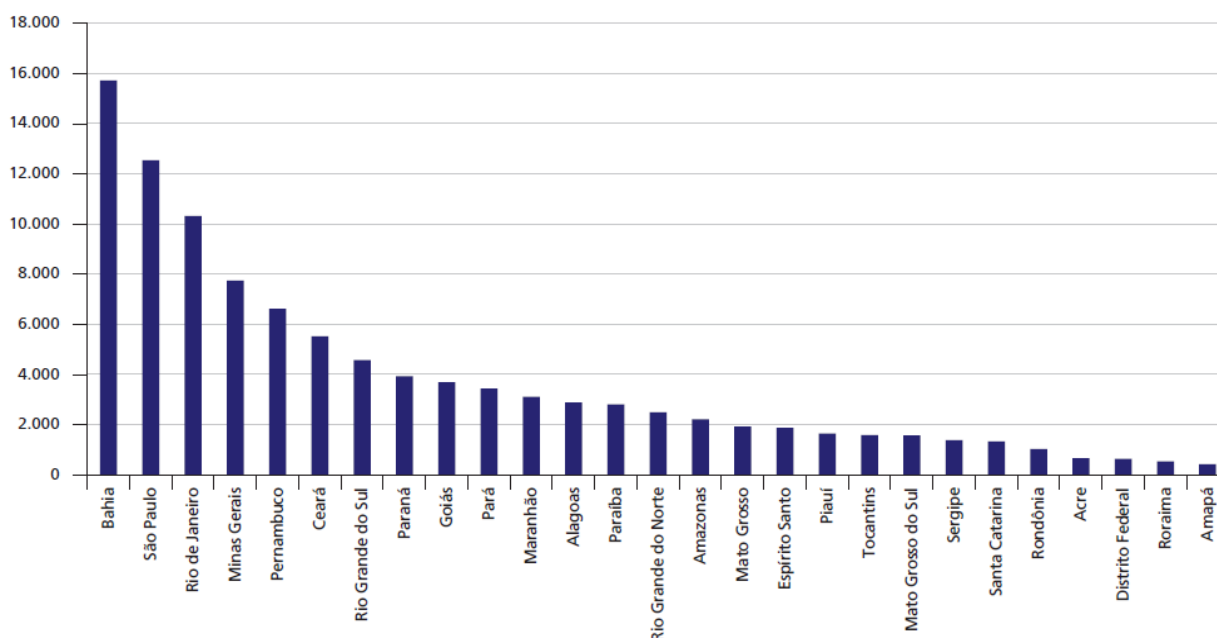
Figura 7 - Relação de beneficiários do Bolsa Família que fazem MEI



Fonte: Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual do Sebrae, Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e relatórios estatísticos do MEI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Organizado por: Moreira, Rafael (2015).

Essa relação se apresenta como uma forma de se conseguir uma renda a mais para as famílias, além de se tornar uma porta de saída do PBF. De acordo com Moreira (2015), as pessoas que estão presentes nos MEIs-PBF estão presentes em maior quantidade no estado da Bahia, o que surpreende pois, em termos de população, é menor que a do estado de São Paulo, mesmo assim possuindo uma relação de MEIs-PBF maior proporcionalmente, como demonstrado na Figura 8.

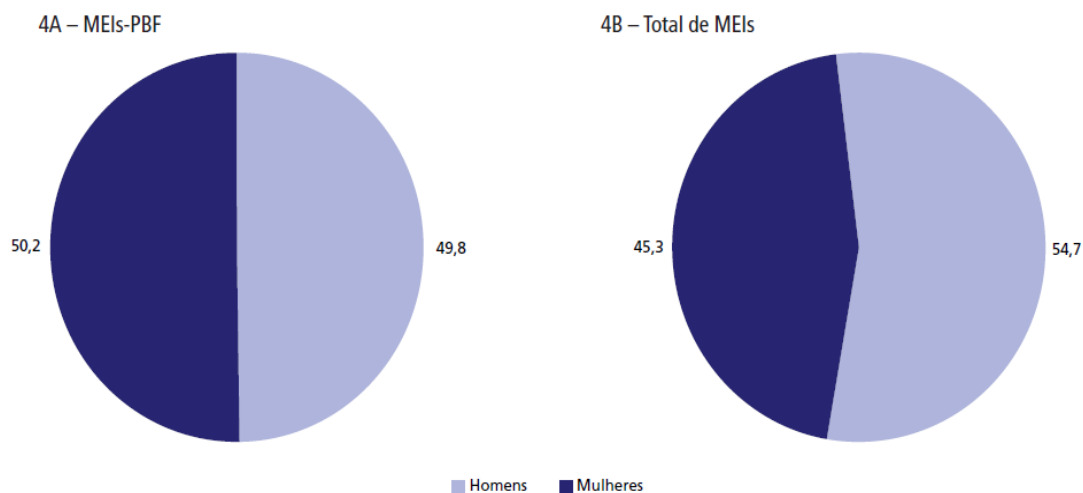
Figura 8 - Número de MEIs por estado da federação



Fonte: SEBRAE, MDS e MDIC. Organizador: Moreira, F, (2015).

Observa-se na Figura 8 que entre os estados se destacam as participações de Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais entre os beneficiários do Bolsa Família que também fazem parte do MEI. A região sudeste se destaca quando comparada com as demais regiões do País na relação dos que fazem parte do PBF e estão no MEI. Quanto ao gênero, de acordo com Moreira (2015), nota-se um equilíbrio em relação aos que recebem o BF e fazem parte do MEI. Do total, 50,2 % são do gênero masculino enquanto 49,8 são do gênero feminino. Quando se faz essa relação com as pessoas que fazem parte apenas do MEI, essa relação fica em 45,3% (mulheres) e 54,7% (homens), como demonstrado na Figura 9.

Figura 9 - Comparativo da distribuição por gênero – MEIs-PBF versus total de MEIs (2011) em (%)



Fonte: Sebrae, MDS e MDIC, Organizador: Moreira, F, (2015).

Essa possibilidade de entrada de parte dos beneficiários do PBF para o MEI, como apontado por Moreira (2015), está presente em estudos de Rego e Pianzani (2014) e Chauí (2014), que apontam o surgimento de uma atividade comercial a partir de sobras do benefício. Com isso, os beneficiários conseguem produzir artesanato, costura ou mesmo formar pequenas associações para vender seus produtos. São criadas, dessa forma, alternativas de formação de renda para serem usadas pela família.

Outro aspecto importante do PBF foi seu impacto nas melhorias nos indicadores de insegurança alimentar. O programa apresenta resultados relevantes no combate à desnutrição infantil. Dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), publicados em 2007, apresentou que 79% das famílias que estavam vivendo em situação de insegurança alimentar tiveram aumento na compra de alimentos. Essa informação está corroborada por resultados apresentados pela pesquisa da PNAD de 2004, que demonstrou um aumento de 52% na segurança alimentar em relação às famílias que recebiam do BF o valor de 67,00 reais na época.

Para Santos *et al.* (2013), em acompanhamento com grupos de mulheres jovens muito pobres que recebiam o benefício do BF, observou-se a mais baixa prevalência de

baixo peso ao nascer, o que implica na importância do PBF ao prevenir esse baixo peso aos recém-nascidos. Porém, a maior prevalência de baixo peso ao nascer foi constatada nas famílias muito pobres que não recebiam o benefício. Com isso, de acordo com os dados publicados por Santos *et al.* (2013), o baixo peso ao nascer pode estar associado à baixa renda, ao não acesso ao benefício e à maior proporção de mulheres mais jovens e solteiras. O acompanhamento pelo sistema de saúde público local mais o benefício do BF permitiu a essas mães jovens terem condições de comprar alimentos e, com isso, diminuir consideravelmente o baixo peso da criança ao nascer.

Em estudos apresentados pelo Ibase (2007), com 5 mil beneficiários, em 229 municípios, 87% dos entrevistados relatam fazer uso do benefício que recebem na compra de alimentos. Quanto à alimentação, com o recebimento do BF, mais de 70% responderam que aumentou a quantidade e a variedade de alimentos consumidos e 63% disseram que passaram a comprar mais alimentos para as crianças. Para Cotta e Machado (2013), o PBF promoveu aumento no acesso aos alimentos em quantidade e variedade e uma melhora no estado nutricional das crianças.

Esse consumo ocorre de maneira diferente, variando de acordo com o estado ou região. Alguns estudos feitos por Sperandio *et al* (2016) com um total de 4.260 indivíduos, sendo 17,30% beneficiários do programa, e na região Sudeste. Esses dados apontam que houve um aumento no consumo das famílias da região nordeste com mais de 69% tendo o seu consumo diário provido por alimentos naturais, ou seja, priorizam alimentos não processados dando preferência para alimentos comprados em feiras ou hortifrutis.

As famílias que recebem o BF apresentaram menor consumo de alimentos processados e ultra processados, porém os autores apontam a necessidade de políticas transversais que sejam capazes de oferecer essas formas de consumo de alimentos menos processados e com isso mais saudáveis. De acordo com Sperandio *et al* (2016), questões relativas ao contexto social e econômico a que pertencem as famílias do BF acabam por produzir situações de múltiplas vulnerabilidades, que resultam na forma de consumo e nutrição dos seus membros.

Quanto à região sudeste, de acordo com Sperandio *et al* (2016), observou-se um consumo menor de alimentos *in natura* quando comparado com as famílias que recebem o BF que residem na região nordeste. Para os pesquisadores, esse fato pode estar relacionado a pesquisas anteriores que já apontavam que regiões economicamente mais

desenvolvidas tendem a consumir alimentos mais processados que regiões menos desenvolvidas. Portanto, segundo Sperandio *et al* (2016), as famílias que fazem parte do PBF apresentam um consumo menor de alimentos processados ou ultra processados quando comparados com famílias que não fazem parte desse programa e moram na mesma região.

O local onde essa família mora acaba por interferir na forma como ocorre seu consumo. Em regiões com densidade demográfica menor, como a região amazônica, a forma de consumo se altera. Santos *et al* (2016) realizou pesquisa em uma comunidade ribeirinha chamada ilha Cambú, que fica em Belém, no estado do Pará. Por ser uma comunidade ribeirinha, a sazonalidade da renda faz parte do dia a dia dessa comunidade. A renda dessas famílias vem da pesca e da coleta e venda do açaí. A importância do BF está em ser uma renda fixa com que eles podem contar até mesmo para comprar um eletrodoméstico, pois é uma renda com a qual contam todo mês. O dinheiro conseguido com a venda do açaí ou pescado é usado na compra de alimentos para a família. Geralmente essa compra é feita na volta para casa, assim que se recebe o dinheiro da venda.

De acordo com Santos *et al* (2016), antes de fazerem parte do BF, as famílias passavam por períodos de escassez de alimentos, havendo tentativas de pegar “fiado” ou se “apegar” à fé. Com isso é possível afirmar que, antes da inserção das famílias no PBF, havia maior insegurança alimentar, já que, na ausência do açaí, a família não possuía recursos financeiros que suprissem suas mínimas necessidades. Com a entrada no programa, essas famílias ribeirinhas passaram a contar com uma renda e uma estabilidade econômica, apesar de passarem por momentos de não terem dinheiro para nada. Com o benefício do BF, passou a existir uma renda previsível e, portanto, passível de se planejar, o que proporcionou uma maior sensação de segurança alimentar (SANTOS *et al* 2016).

Essa possibilidade de se ter uma renda que ajude em momentos de dificuldades se apresenta em famílias analisadas em Manguinhos, que é um bairro no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Segundo Pinto (2010), nesse local as mulheres são as titulares que recebem esse benefício, com isso sendo responsáveis pelo gasto do recurso, além de cumprirem as contrapartidas que esse programa estabelece. Dessa maneira, percebe-se uma autonomia por parte das mulheres ao terem esse papel na tomada das decisões de como gastar o valor recebido.

De acordo com Pinto (2010), existiu uma emancipação da família como um todo, ao terem acesso a serviços públicos que até então não faziam parte do seu cotidiano. Uma implicação foi o aumento da frequência no ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos. Outro aspecto analisado foi se algum titular da família deixou de procurar trabalho por causa do benefício e a constatação foi que não. Isso responde ao imaginário que acha que o PBF leva a pessoa a não procurar emprego.

Quanto ao uso do benefício, segundo Pinto (2010), as mulheres que fazem uso para compra de alimento são 45,3%; outros 15,1% usam para pagamento do gás; 13,2%, material escolar; 13,2%, roupas ou calçados; 3,8%, pagamento da luz; 3,8%, com compras de fraldas; 3,8%, outras coisas; e 1,9%, compra de remédios.

A importância do benefício para os moradores do bairro Manguinhos que recebem o BF está na segurança que ele possibilita em momentos em que não existe renda por falta de trabalho. O benefício permite a compra de alimentos. Além da autonomia que proporciona às mulheres titulares do programa.

Em relação à implicação do PBF em regiões de fronteira, destaca-se o trabalho feito por Silveira (2019) na fronteira entre Brasil e Paraguai, entre as cidades de Ponta Porã, lado brasileiro da fronteira e Pedro Juan Caballero, lado paraguaio da fronteira. De acordo com Silveira (2019), é possível constatar como o espaço fronteiriço tem sua influência na forma de consumo das famílias que fazem parte do programa. Os beneficiários que residem em Ponta Porã, lado brasileiro da fronteira, fazem uso do comércio em Pedro Juan Caballero, em que, dependendo da relação cambial, um produto pode estar com menor preço em um dos lados do limite de fronteira.

Segundo Silveira (2019, p.184), muitos beneficiários realizam compras de roupas e fraldas no comércio de “Linha”. Além da compra de roupas, também ocorrem compras em mercados, padarias e outras formas de comércio. Essas compras dependem de qual lado desse limite fronteiriço tem o produto com menor preço a oferecer.

Além da compra de mercadorias por essas famílias que fazem parte do PBF, para Silveira (2019), os serviços também são, de certa forma, compartilhados por essas cidades fronteiriças. Para além dessas exigências, a travessia é feita para o uso do sistema de saúde, escolas etc. É comum que parte dessas pessoas possuam dupla cidadania, com documentação tanto brasileira como paraguaia. Com isso, o espaço onde esse programa se realiza tem um impacto na forma de consumo e acesso a bens e serviços, como demonstrado por algumas pesquisas realizadas em alguns locais do Brasil. Cada cidade,

bairro, comunidade apresenta formas diferentes do uso do benefício recebido, além do fato de o cumprimento das condicionalidades terem diminuído a evasão escolar e aumentado o uso do sistema público de saúde tanto por parte das crianças como pelas mães, bem como ter aumentado a segurança alimentar, com a possibilidade da compra de alimentos pelas famílias que recebem o benefício do Bolsa Família, o que também tem impacto no dinamismo do comércio local.

### **1.3 O Programa Vale Renda**

Além do Programa Bolsa Família, existem outras políticas públicas de redução da desigualdade social cuja abrangência é estadual. No caso do Mato Grosso do Sul, trata-se do programa Vale Renda. Essa política pública foi desenvolvida pela Superintendência de Benefícios Sociais da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), que teve como objetivo desenvolver ações para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Como critério para receber o benefício do Vale Renda, a família deve ter um rendimento mensal inferior ou igual a meio salário-mínimo, ter residência no estado do Mato Grosso do Sul há pelo menos dois anos, além de não estar vinculado a outro programa de transferência de renda fazendo que seu ganho seja superior a meio salário-mínimo.

Essas políticas públicas de transferência de renda, PBF e Vale Renda, são ações que visam diminuir as desigualdades sociais. No Brasil, as políticas públicas são feitas como forma de induzir o desenvolvimento e reduzir desigualdade social em lugares considerados prioritários como as faixas de fronteira e seus municípios que possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (GADELHA; COSTA, 2005).

O programa Vale Renda foi instituído em novembro de 2009, na vigência do governo de André Puccinelli, por meio da Lei n. 3.782. O objetivo desse programa, de acordo com Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), era assistir às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de aporte financeiro, objetivando fortalecer os vínculos familiares e oportunizar qualificação profissional e geração de emprego e renda.

O Programa Vale Renda (PVR) foi gerenciado pela SEDHAST e atende famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica repassando a esses núcleos familiares o

valor de 180 reais no ano de 2019. Da mesma forma que o Bolsa Família promove encontros socioeducativos de forma periódica cuja datas eram determinadas pelo coordenador do programa, onde o gestor desse programa explica a necessidade de se manter o cadastro atualizado junto ao cadastro único (CadÚnico).

A partir do mês de abril do ano de 2019, foi publicada a resolução nº 200 da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast), à página 3 do Diário Oficial do Estado (DOE/MS), que passou a estabelecer novos requisitos e critérios específicos para inscrição no Programa Vale Renda (PVR), bem como os casos de suspensão, exclusão e perda do benefício e demais normas do PVR.

Dentre os novos requisitos, passou a ser exigido o cadastro do CPF de todos os membros do núcleo familiar que recebem o benefício. A família beneficiária também deverá frequentar curso de alfabetização de jovens e adultos, bem como participar de cursos profissionalizantes promovidos pelos órgãos públicos ou parceiros indicados. Caso exista a ocorrência de algum tipo de fraude visando à obtenção, concessão ou manutenção do benefício, a família beneficiada será automaticamente desligada do Programa Vale Renda.

Outros critérios permaneceram, como o de se manter o cadastro junto ao CadÚnico atualizado e de não fazer parte de outro programa de transferência de renda em escala federal, estadual ou municipal. Ademais, o beneficiário é solicitado a participar das reuniões para que seja fortalecido o vínculo com o programa e sejam conhecidos os direitos sociais que os núcleos familiares possuem.

Após apresentar as características desses dois programas, discutiremos alguns elementos da fronteira Corumbá-Puerto Suarez, por conta da sua importância para os beneficiários dos programas.

#### **1.4 Fronteiras como espaços de complementaridades: a fronteira Corumbá-Puerto Suarez**

Pensar fronteira nos remete a um espaço de fluidez e porosidade, a zonas de contato entre povos, que por sua vez provocam uma multiplicidade de movimentos que se inserem na dinâmica da vida local. A fronteira entre Brasil e Bolívia, nesse caso, com foco entre as de Corumbá e Puerto Suarez, apresenta uma configuração que possibilita maior controle do ir e vir por parte do Estado.



Essa fronteira apresenta elementos que facilitariam essa tentativa de controle, quais sejam, os “territórios tampões”. Esses territórios apresentam características que nos remetem à função dos “Estado-Tampão”<sup>5</sup>, que é o nome dado a um território situado entre dois ou mais países com regimes políticos antagônicos, tornando-se assim um espaço de proteção.

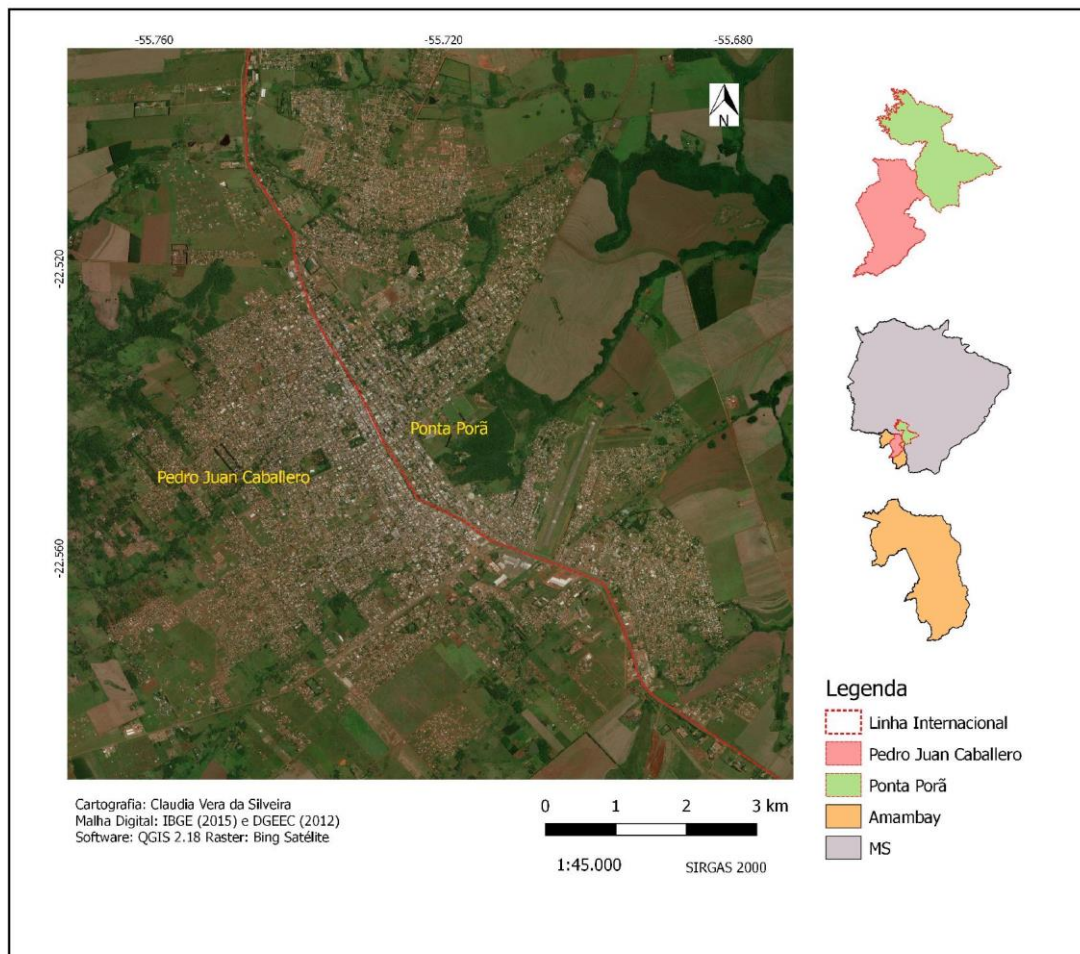
Quando tratamos da perspectiva da fronteira, para Steiman (2008) esse território tampão pode se apresentar na forma de uma unidade de conservação (UCs), terras indígenas ou mesmo Áreas de Preservação Permanente (APPs). Em se tratando de fronteira, a função desse “território tampão” é a de impedir a possível formação de uma conurbação fronteiriça. Conurbação aqui entendida como a junção de duas ou mais cidades que fiquem em lados opostos de um limite de fronteira internacional.

Um caso diferente, de maior integração e porosidade, está na fronteira Brasil e Paraguai, entre as cidades de Ponta Porã, lado brasileiro, e Pedro Juan Caballero, lado paraguaio, onde apenas uma avenida divide esse espaço fronteiriço, o que limita a ação das instituições de controle existentes por parte do Estado, como demonstrado na Figura 10.

---

<sup>5</sup> Dentre os Estados-Tampões o que tem sua história talvez mais conhecida é o Afeganistão, pois sua história é marcada por inúmeras ocupações estrangeiras em uma disputa pelo controle dessa região entre as superpotências da época Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) o que levou esse país a uma instabilidade política que dura até os dias atuais (GOMES, 2008). Com isso a função de um território tampão tem como objetivo a proteção através da tentativa de controle dos fluxos, pois essa ação permitiria um poder maior sobre o território.

Figura 10 - Linha Internacional na fronteira de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã

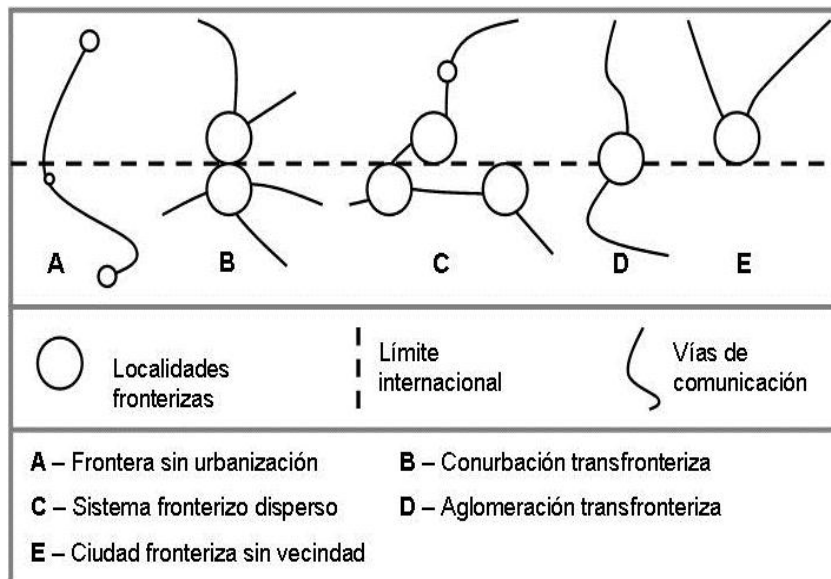


Fonte: Elaborado com base nos dados do IBGE (2015) e DGEEC (2012).

Para Benedetti (2011), a fronteira representa um importante elemento de organização territorial, onde o Estado estabelece suas leis, sua política e a sua capacidade de gestão. Com isso, Benedetti utiliza um modelo que demonstra essa mobilidade fronteiriça. Ele usou como método de análise a forma como essa mobilidade ocorre nessas cidades. No modelo (A), apresenta cidades em processo de conurbação podendo estar separadas por elementos físicos como um rio; no modelo (B), existe uma maior mobilidade onde esse espaço fronteiriço pode ser percorrido a pé, criando-se, assim, uma fluidez mais espontânea; no modelo (C), as localidades não se encontram contínuas, porém apresentam grande interação entre esses espaços; no modelo (D), existe uma única localidade sobre o limite fronteiriço permitindo passagem para ambos os lados da

fronteira; no modelo (E), existe uma localidade próxima ao limite, com a fluidez ficando em apenas um dos lados dessa fronteira (Ver Figura 11).

Figura 11 - Espaços de fronteira. Diferentes formas de ocupação



Fonte: Benedetti, 2014.

Para Benedetti (2008), a fronteira formada por Puerto Suarez, Puerto Quijarro, Corumbá e Ladário é caracterizada pelo modelo (C), formando uma urbanização descontínua a um e outro lado do limite boliviano-brasileiro. Descontínua em razão do arranjo espacial que essa fronteira possui, não permitindo a união dessas localidades, como apontado na Figura 12.

Figura 12 - Presença de territórios tampões



Fonte: Elaborado pelo autor 2019.

Esse caminho pela avenida Ramão Gomes se apresenta como um dos principais caminhos utilizados para se realizar compras em ambos os lados dessa fronteira. Dependendo da relação cambial, comerciantes do lado brasileiro da fronteira vão até Puerto Quijarro para realizar suas compras e posteriormente venderem no Brasil. Esse caminho é utilizado pelos feirantes bolivianos que residem na Bolívia e nos dias de feiras livres em Corumbá ou Ladário fazem a travessia para venderem seus produtos.

Além da avenida Ramão Gomes, outros caminhos são usados para a travessia desses produtos. Uma delas é o uso das vias conhecidas como “cabriteiras”, que Sabatel (2013, p. 63) define como estradas de livre acesso entre Brasil e Bolívia, localizadas em Assentamentos Rurais, cujo nome se deve às péssimas condições apresentadas. Na fala dos assentados: “só cabrito consegue passar”. Essa dificuldade não é mais a mesma, porém o nome permanece até hoje. Esses caminhos presentes nos assentamentos são usados para a passagem de produtos em maior quantidade. De forma geral, são usados caminhonetes ou caminhões, que levam produtos aos mercadinhos em Corumbá e Ladário, como observamos na Figura 13.

Figura 13 - Vista geral de El Carmen de la Frontera



Fonte: Ribeiro, A.F.N, Organizador: Éder Kukiel

Os assentamentos rurais são repletos de estradas vicinais por onde as pessoas e mercadorias circulam. Essas estradas representam um elo de integração fronteiriça. As estratégias utilizadas dependem muito do volume de produto que será passado de um lado para outro. Quando a quantidade necessita de um caminhão, como é caso da necessidade de se abastecer os mercadinhos de bolivianos e brasileiros, torna-se necessário o uso de caminhões e, com isso, utiliza-se das estradas vicinais que passam pelos assentamentos rurais de Corumbá. De forma geral, contrata-se uma pessoa para verificar se está havendo ou não barreiras policiais na entrada do assentamento. Caso não, o motorista do caminhão é avisado, realizando a passagem e vindo para deixar as mercadorias nos estabelecimentos que farão a revenda desses produtos.

Essas passagens por vezes são fechadas como forma de se coibir o fluxo desses produtos. Para essas instituições de controle, essas atividades são denominadas como “crimes transfronteiriços” e, por vezes, esses caminhos são destruídos ou são criados obstáculos para a diminuição desse fluxo, como observado na Figura 14.

Figura 14 - Fechamento de vias de acesso à Bolívia em assentamento rural em Corumbá



Fonte: Diário Corumbaense, março de 2020.

Essas tentativas de controle não se mostram eficientes, pois existe uma grande extensão do limite internacional que passa pelos assentamentos rurais de Corumbá-MS. O que facilita a construção de novas vias quando essas demonstradas na reportagem são destruídas, pois existe uma limitação na ação desses órgãos de controle, que é o próprio limite internacional. Como isso envolve a jurisdição de ação do Estado, essas instituições não podem ultrapassar esses limites estabelecidos. Para Mondardo (2010), o Estado valida seu poder por meio de leis e normas dentro do seu território de atuação.

Essa fluidez que existe na fronteira permite que a população de Corumbá e de Ladário tenham acesso a produtos que em determinados períodos estão com maiores preços sendo cobrados no Brasil. Assim, esses produtos são trazidos da Bolívia e oferecidos nas feiras livres ou mesmo nos mercadinhos bolivianos que existem nas duas cidades. Com isso, permite-se que a população de baixa renda, entre elas os que recebem o Bolsa Família e o Vale Renda, tenham acesso a produtos com menores preços, pois os comerciantes conseguem usar a fronteira como forma de adquirir produtos mais baratos.

A fluidez é um elemento presente nessa fronteira por questões econômicas, sociais e culturais. Assim como definido por Oliveira (2005, p.379), a “fronteira é bipolar e multiforme, é um lugar onde o limite se estabelece como (quase) necessidade de ser transposto”.

## **2 AS CARACTERÍSTICAS DOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS E SUA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL**

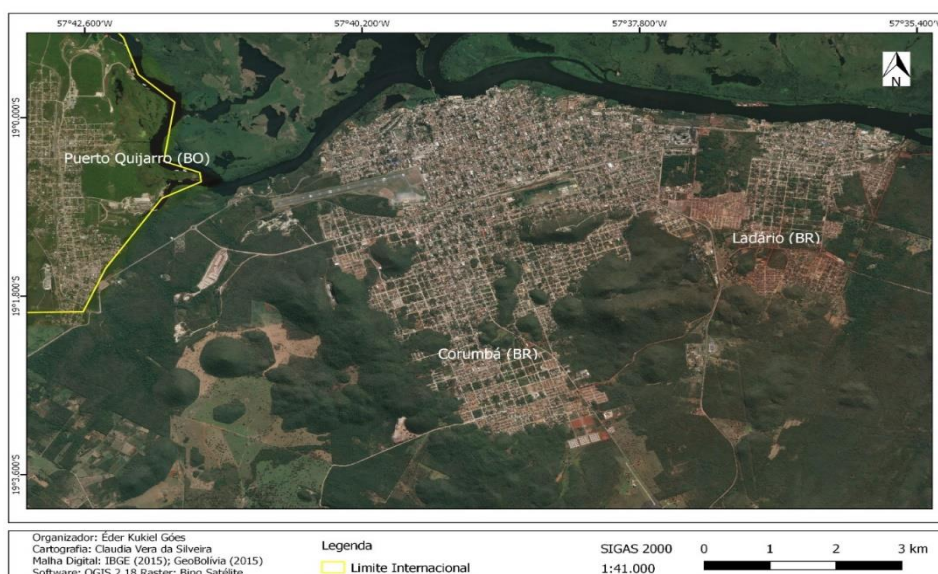
### **2.1 Caracterização socioeconômica de Corumbá e Ladário**

A seguir, apresentaremos um conjunto de dados para a caracterização socioeconômica dos municípios, começando pelos dados de IDH. Também foram selecionados dados sobre população economicamente ativa, desigualdade social e trabalho. Iniciaremos pela descrição do município de Corumbá.

Corumbá é um município localizado na região do Pantanal, no estado do Mato Grosso do Sul, com sua sede localizada a 353 quilômetros da capital Campo Grande. Tem o seu nome de origem guarani, com seu significado de “lugar distante”, e é também conhecida como “cidade branca”, nome este relacionado com a cor do seu solo, rico em calcário (IBGE, 2010).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Corumbá-MS teve sua fundação em 1778, com o intuito de impedir os avanços dos espanhóis pela fronteira brasileira em busca do mineral precioso. O município serviu, por alguns períodos, como entreposto comercial, até a chegada da Estrada de Ferro Noroeste, quando o eixo comercial se deslocou para Campo Grande. Na década de 1940, a cidade iniciou atividades industriais com a exploração das reservas de calcário – excelente para a indústria do cimento – e de outros minérios. No fim dos anos 1970, teve início a exploração do turismo, revelando nova infraestrutura e viabilizando a restauração das construções históricas. Com o Pantanal ocupando 60% de seu território, Corumbá passou a ser chamada de capital desse bioma, passando a ter o turismo como uma de suas atividades principais junto com a mineração (Ver Figura 15).

Figura 15 - Área de estudo, Corumbá e Ladário-MS



Fonte: Silveira, C. V. Organizador: Éder Kukiél

### 2.1.1 Desigualdade Social

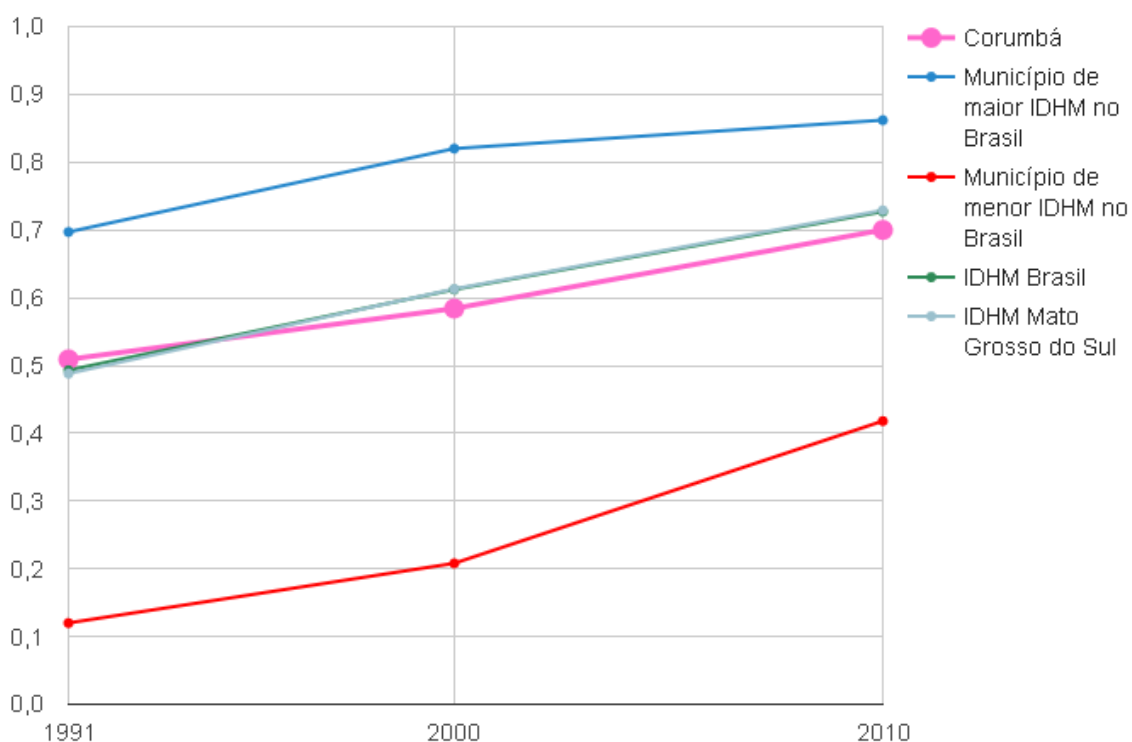
A desigualdade social no Brasil pode ser calculada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>6</sup>, que considera a renda *per capita* e o nível de escolaridade. Corumbá, no ano de 2010, possuía o IDH de 0,70, inferior à média do estado do Mato Grosso do Sul, que no mesmo período foi de 0,72. Quando se compara com a média nacional, o município está abaixo da média nacional que é de 0,729. Corumbá ocupa a 1904<sup>a</sup> posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDH. Na Figura 16, é possível ver a diferença do IDH de Corumbá em relação à média do Brasil.

---

<sup>6</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, assim como o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A diferença entre os dois indicadores está no fato de o IDHM adequar a metodologia global do IDH ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais (PNUD Brasil, 2010).



Figura 16 - Evolução do IDHM - Corumbá – MS



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Observando-se o IDH dos anos de 1991 a 2010, percebe-se que, em 1992, o IDH passou de 0,584, em 2000, para 0,700 em 2010 - uma taxa de crescimento de 19,86% - e manteve-se em 0,700 de IDH, em 2021, de acordo com dados do Ministério da Economia. De acordo com IBGE (2010), essa demora na evolução do desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 72,12% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,188), seguida por Longevidade e pela renda, como apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - CORUMBÁ - Renda, Pobreza e Desigualdade (1991-2010)

	1991	2000	2010
<b>Renda per capita</b>	356,56	451,78	627,10
<b>% de extremamente pobres</b>	16,57	12,58	4,34
<b>%pobres</b>	40,44	32,58	16,11
<b>Índice de Gini</b>	0,60	0,61	0,70

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

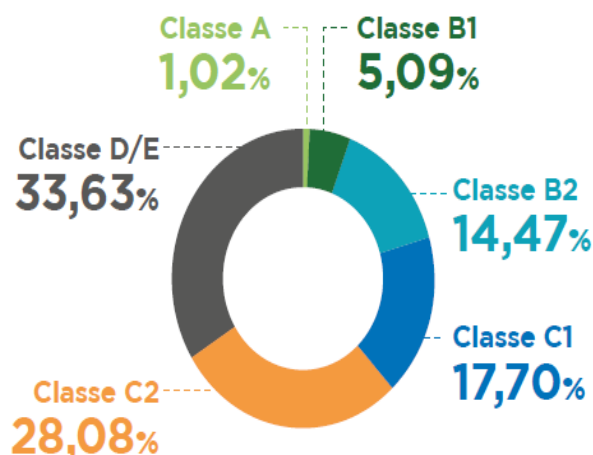
### 2.1.2 Trabalho

Dados do IBGE Cidades (2021) apontam que no ano de 2018 o salário médio mensal no município era de 2,8 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.2%.

Quando comparado com os demais municípios do estado do Mato Grosso do Sul, na comparação do PIB, de acordo com a Semagro (2018), Corumbá-MS ocupava as posições 5° de 79 e 50° de 79, no *ranking* estadual de PIB *per capita*.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 37.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 26° de 79 dentre os municípios do estado do Mato Grosso do Sul e na posição 3077° de 5570 dentre as cidades do Brasil, como demonstrado na Figura 17 (IBGE, 2010).

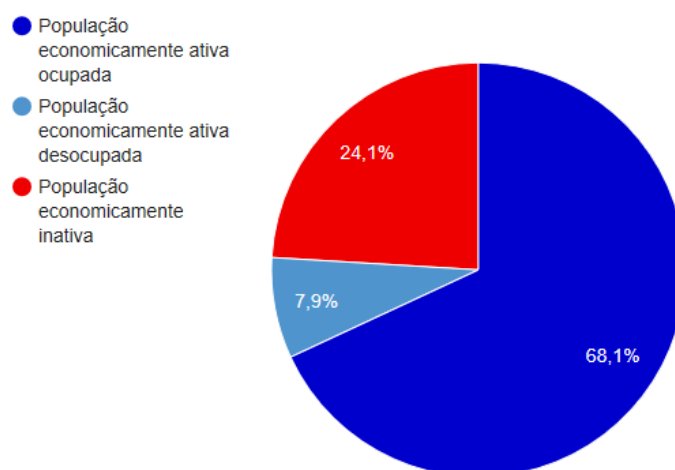
Figura 17 - Modalidade social dos domicílios do município



Fonte: IPC, 2021.

Na Figura 18, observamos que, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,76%, em 2000, para 68,08%, em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,94%, em 2000, para 7,87%, em 2010 (IBGE, 2010).

Figura 18 - CORUMBÁ – Composição da população economicamente ativa e inativa em 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

### 2.1.3 Estrutura Populacional

A estrutura etária da população de Corumbá pode ser dividida em três grandes grupos, de acordo com o IBGE 2010: os jovens de 0 a 14 anos, que representam 29%; adultos de 15 a 60 anos, que representam 63%; e idosos, acima de 60 anos, 8%. Boa parte dos moradores está na faixa adulta, composta por 50% de homens e 50% de mulheres. Aproximadamente 90% das pessoas com mais de 5 anos são alfabetizadas (IBGE, 2010)

### 2.1.4 Habitação

Dados relacionados ao saneamento básico mostram uma revolução na cobertura desse serviço, passando de 68%, em 1991, para 93,32%, em 2010. Já a cobertura da rede elétrica passou de 86,42%, em 1991, chegando a 97,32% em 2010. A coleta de lixo chegou a 97,62% em 2010 (Tabela 6).

Tabela 6 - CORUMBÁ - Indicadores de habitação

Quesito	1991	2000	2010
% da população em domicílio com água encanada	68,00	76,37	93,32
% da população em domicílio com energia elétrica	86,42	93,97	97,32
% da população em domicílio com coleta de lixo	73,04	89,45	97,62

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

## Vulnerabilidade Social entre crianças e jovens

Tabela 7 - CORUMBÁ - Dados de Vulnerabilidade Social em Corumbá

<b>Quesito</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Mortalidade infantil</b>	31,41	21,46	17,75
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	—	85,58	62,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	20,21	13,91	5,34
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	—	21,91	13,63
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,83	5,39	3,58
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	—	9,85	6,41

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Tabela 8 - Dados da formação familiar

<b>Família</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,14	20,27	20,83
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,68	4,00	2,83
% de crianças extremamente pobres	22,65	19,21	7,05

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 9 - CORUMBÁ - Dados de renda no município de Corumbá

<b>Trabalho e Renda</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% de vulneráveis à pobreza	66,11	57,94	37,51
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	—	46,98	34,77

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 10 - CORUMBÁ - Dados de saneamento básico

<b>Condição de Moradia</b>	<b>1991</b>	<b>2002</b>	<b>2010</b>
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	66,51	71,73	85,15

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

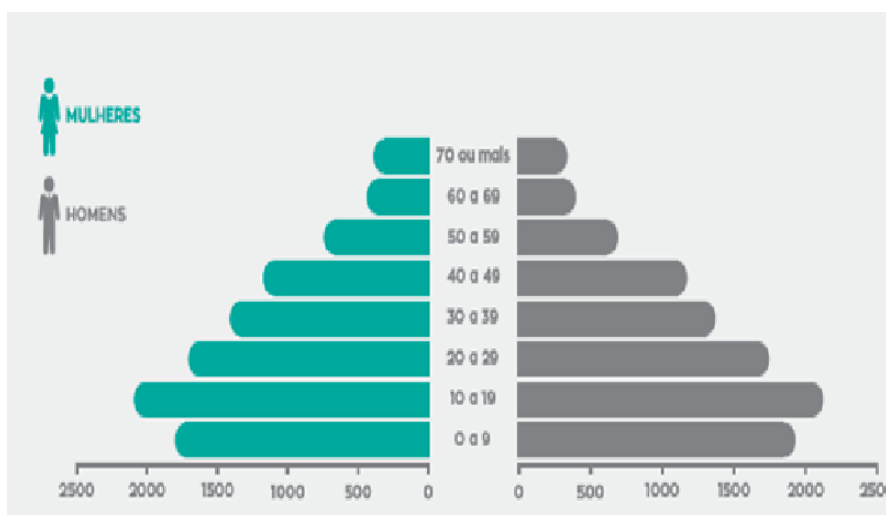
## 2.2 Ladário

O município de Ladário está situado na região do Pantanal do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 348 km da capital, sendo um território inserido no município de Corumbá. O centro da sede de Ladário localiza-se a apenas seis quilômetros do centro da sede do município de Corumbá (IBGE, 2010).

A cidade, que é banhada pelo rio Paraguai, possui um porto fluvial que presta serviços tanto para Ladário como para Corumbá-MS, além do país vizinho Bolívia. Os principais produtos embarcados por esse porto são o minério de ferro e grãos como a soja vinda da Bolívia. Já os principais produtos que chegam pelo porto de Ladário são o trigo, óleo vegetal, açúcar, além de outros produtos cujo destino é o país vizinho, a Bolívia.

Quanto à população, de acordo com o IBGE (2010), o município tinha, em 2015, um total de 21.860 habitantes, com uma projeção para 2019 de 23.331 habitantes. A população do município cresceu 43% entre 2000 e 2015, portanto em ritmo mais rápido que a média do estado do Mato Grosso do Sul (26%) (Figura 19).

Figura 19 - Pirâmide etária do município de Ladário-MS



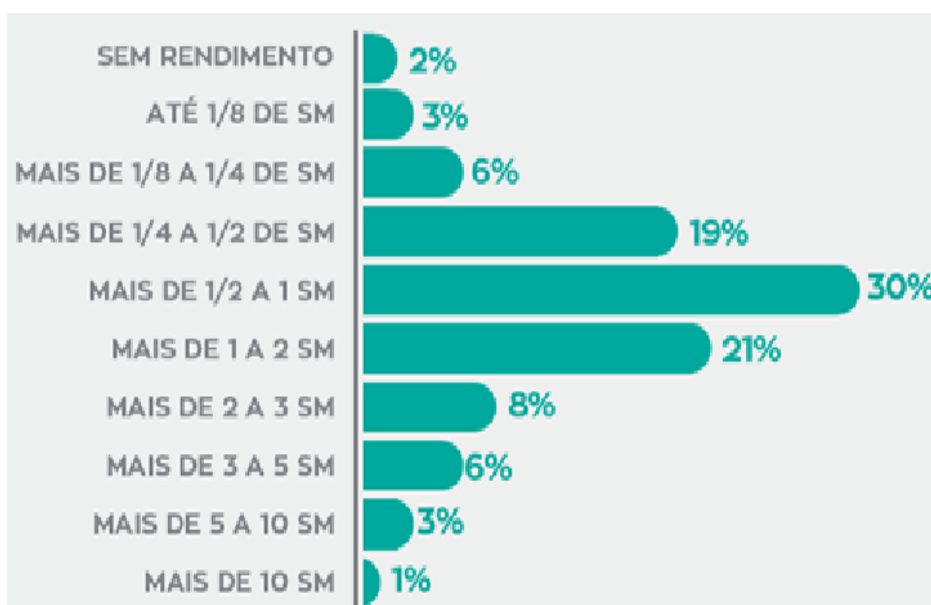
Fonte: Censo 2010, IBGE.

A estrutura etária da população ladarense pode ser dividida em três grandes grupos etários, de acordo com o IBGE 2010: os jovens de 0 a 14 anos, que representam 31%; adultos de 15 a 60 anos, que representam 61%; e idosos, acima de 60 anos, 8%. A grande maioria dos moradores está na faixa adulta composta por 50% de homens e 50% de mulheres. Aproximadamente 91% das pessoas com mais de 5 anos são alfabetizadas (IBGE, 2010). Essa estrutura etária representa um bônus, pois a população

economicamente ativa está disponível para o trabalho necessário, enquanto ainda há uma taxa pequena de idosos.

Segundo dados do IBGE (2010) em relação à distribuição dos domicílios por renda *per capita*, em sua maioria recebem de 1/4 a dois salários-mínimos, com destaque para a Marinha do Brasil, cujo salário inicial de é de R\$ 1.947 para marinheiro em início de carreira, aumentando de acordo com a patente. A Marinha se localiza na área central, o que contribui para que os militares ocupem parte dessas moradias da área central e dos demais bairros próximo ao centro da cidade (Ver Figura 20). Em 2017, o salário médio era de 3,8 salários-mínimos, com uma população ocupada de 12%, média essa menor que a estadual, que é de 33%, o que nos permite analisar, no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul, que os municípios do interior apresentam uma taxa de ocupação menor que a capital ou mesmo quando comparamos a municípios como Dourados ou Três Lagoas.

Figura 20 - Distribuição dos domicílios por rendimento por capita 2010



Fonte: Censo 2010, IBGE.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), em 2017 somava 172.822.000,00 reais com destaque para o comércio e serviços, que representam mais de 70% da composição do PIB, sendo seguido pela indústria, com aproximadamente 12%. A População Economicamente Ativa estava próxima a 8 mil pessoas, sendo aproximadamente de 50% da população local e inferior à média do estado, que é de 61%. Destaque-se o setor que mais emprega em Ladário, o serviço militar, no caso a Marinha do Brasil, e o setor

público, além da correlação com o município vizinho, onde parte da população ocupada de Ladário trabalha em Corumbá, em especial no comércio e na atividade de extração e beneficiamento de minério (IBGE, 2018).

Já as famílias que recebem o benefício representam um total de 20,53% em relação à proporção total de famílias que moram em Ladário-MS. Esse valor é bem maior quando o comparamos com a média do estado, que chega a 19,6%, o que mostra a importância dessa política de transferência de renda dentro desse município como forma de reduzir desigualdades, além de garantir que essas famílias assumam compromisso com as áreas de saúde e educação.

Esses condicionantes para o acesso ao Programa Bolsa Família acabam por ter influência no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), pois com a execução das condicionalidades por parte dos beneficiários ocorre a melhoria em índices como educação, longevidade e até mesmo renda, pois, para algumas famílias, o benefício do Bolsa Família é a principal renda na falta de um emprego ou forma alternativa de se adquirir outros rendimentos (Tabela 11).

Tabela 11 - LADÁRIO - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

<b>Ano</b>	<b>Ranking Estadual</b>	<b>IDHM</b>	<b>IDHM Renda</b>	<b>IDHM Longevidade</b>	<b>IDHM Educação</b>
1991	8°	0,503	0,551	0,712	0,324
2000	9°	0,605	0,648	0,771	0,443
2010	21°	0,704	0,687	0,822	0,618

Fonte: PNUD Brasil, 2010.

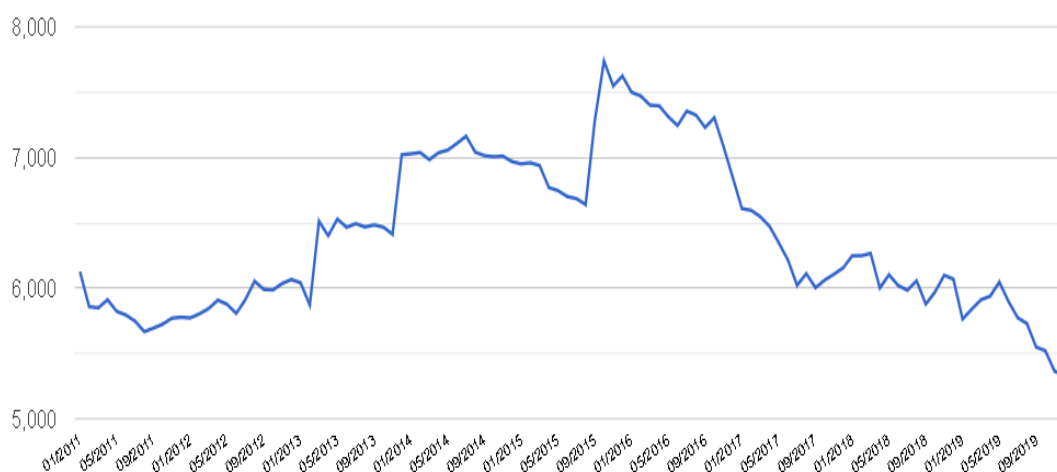
Quando analisamos a tabela 11, observamos que, em 1991, o município de Ladário apresentava um índice IDHM de 0,503, porém no decorrer da década todas as variáveis que compõem esse índice têm uma melhora em seu nível, apesar de no *ranking* estadual Ladário ter caído da posição 8° para a posição 21°. Observou-se melhorias em todos os índices, com destaque para o item educação, que passou de 0,324, em 1991, para 0,618, em 2010. Outros índices como saúde e longevidade também mostraram melhoras quando comparados com seus índices anteriores.

### 2.3 Programa Bolsa Família em Corumbá

O Programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003 com o objetivo de transferir renda de forma direta às famílias pobres que residissem no território brasileiro. O programa busca atender famílias que vivem na extrema pobreza, com renda *per capita* mensal de até 89,00 reais, e famílias pobres com renda *per capita* mensal entre 89,01 reais e 178,00 reais. A partir do momento que entram para o Programa Bolsa Família, começam a receber o benefício mensalmente e ficam obrigadas a realizarem as contrapartidas, que estão relacionadas a saúde, educação e a atualização anual dos seus dados cadastrais.

Quanto ao município de Corumbá-MS, até dezembro de 2019 existiam 5.336 famílias sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. As famílias chefiadas por pessoas do sexo feminino representavam um total de 93,1%, sendo maior que a média nacional, que está em 88,5 %. Observa-se também uma redução no número de famílias que recebem esse benefício a partir de dezembro de 2015, tendo seu menor número em dezembro de 2019, como se observa na Figura 21.

Figura 21 - Famílias beneficiárias do Bolsa Família em Corumbá no período de 2011 a 2019



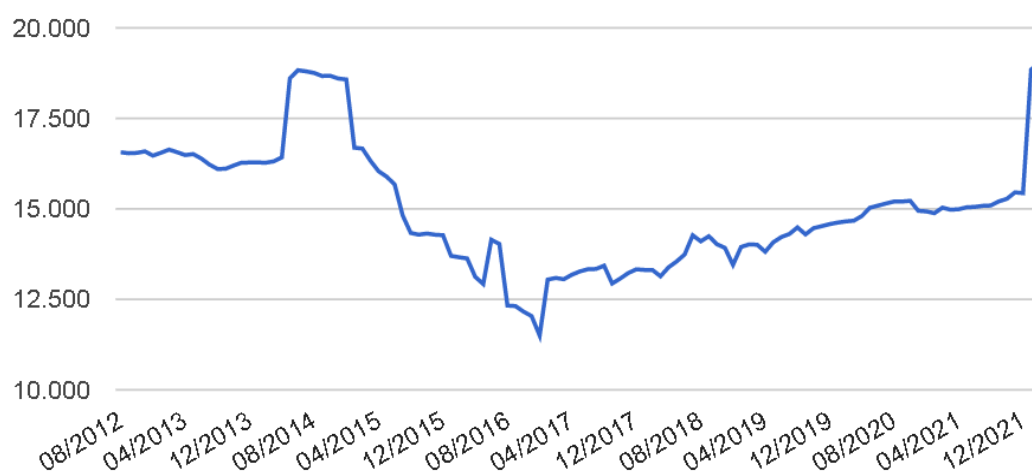
Fonte: SENARC, 2020.

Apesar da queda do número de beneficiários, quando o comparamos com o número de famílias que estão em situação de extrema pobreza na cidade de Corumbá, houve um aumento considerável, o que não justifica essa diminuição de famílias integradas a esse programa, como observado na Figura 22. No ano de 2014, o número de



famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico era de 18.830, sendo que o menor índice alcançado foi no ano de 2016, com um total de 11.500 famílias nessa situação. No ano de 2019, no mês de dezembro, eram 14.578 de famílias nessa situação e o ano de 2022 teve o maior número, com um total de 19.008 famílias em situação de extrema pobreza no mês de fevereiro.

Figura 22 - Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro único em Corumbá-MS



Fonte: SENARC, 2022.

Quando comparamos os últimos doze meses, observamos uma tendência de queda no valor direcionado ao município por meio do PBF, tanto em relação ao número de famílias que estão recebendo tal benefício como a novos beneficiários que estão sendo incluídos nesse programa (Ver Quadro 1).

Quadro 1 - CORUMBÁ-MS - Valores repassados aos beneficiários do PBF no ano de 2019

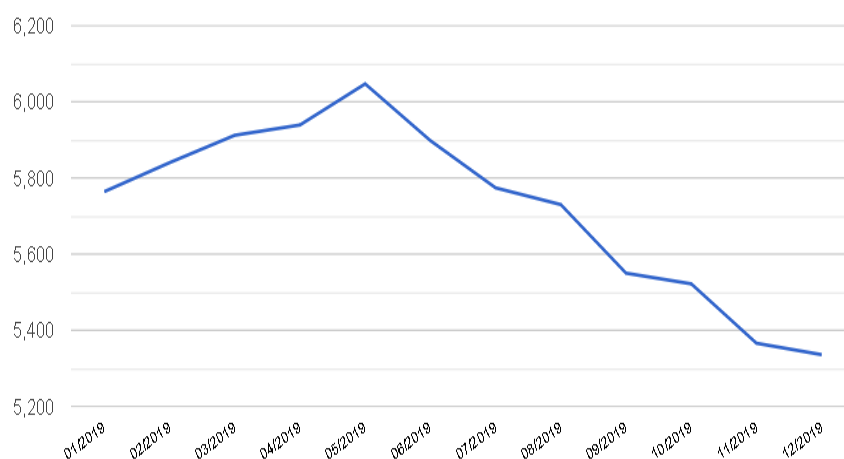
Mês	Quantidade de famílias	Valor em reais
janeiro	5.764	960.174,00
fevereiro	5.840	976.659,00
março	5.912	985.013,00
abril	5.939	988.759,00
maio	6.047	1.018.249,00
junho	5.898	996.106,00

julho	5.774	989.352,00
agosto	5.730	984.689,00
setembro	5.550	961.219,00
Outubro	5.522	961.904,00
novembro	5.366	943.884,00
dezembro	5.336	939.614,00

Fonte: Cadastro Único, 2019.

Ao se analisar apenas a quantidade de famílias que receberam esse benefício no ano de 2019, a Figura 23 apresenta uma queda acentuada nas unidades familiares que fazem parte do programa, demonstrando-se que houve uma saída considerável de pessoas.

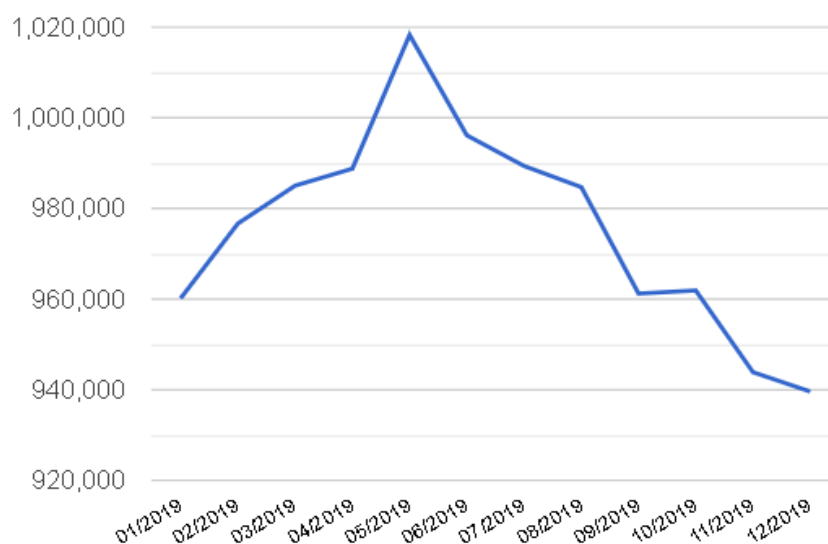
Figura 23 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF no ano de 2019 no município de Corumbá-MS



Fonte: Cadastro Único, 2019.

Com a diminuição do número de famílias fazendo parte do Programa Bolsa Família, os valores repassados ao município tendem a diminuir, como apontado na Figura 24. Com isso, de acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78. Existe, portanto, uma perda econômica para o município de Corumbá com a queda desse repasse de renda diretamente às famílias de baixa renda do município.

Figura 24 - CORUMBÁ- Valores repassados pelo Bolsa Família no ano de 2019



Fonte: SENARC, 2019.

Além da redução do número de famílias que recebem o Bolsa Família, como observado no ano de 2019, o número de novas famílias cadastradas que passaram a receber esse benefício tem se reduzido (Quadro 2). De acordo com a Assistência Social de Corumbá, foi criada uma lista de espera pelo Governo Federal, não ocorrendo a inclusão de famílias de forma automática, ainda que haja famílias com perfil para recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. A razão seria a diminuição do orçamento destinado ao PBF, conforme apontado pela coordenadora do município de Corumbá.

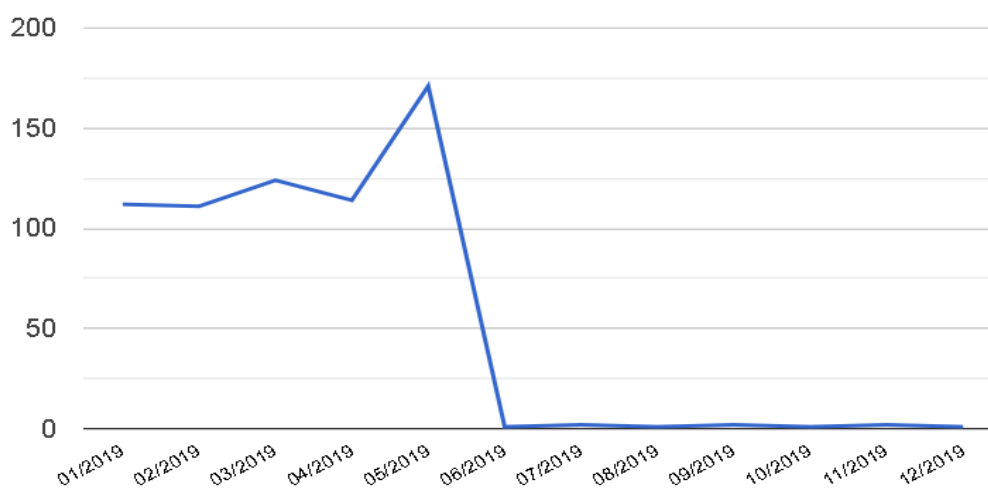
Quadro 2 - Benefícios concedidos no ano de 2019

Mês	Benefícios Concedidos
janeiro de 2019	112
fevereiro de 2019	111
março de 2019	124
abril de 2019	115
maio de 2019	171
junho de 2019	1
julho de 2019	2
agosto de 2019	1
setembro de 2019	2
outubro de 2019	1
novembro de 2019	2
dezembro de 2019	1

Fonte: SENARC, 2019.

Quando se observa esses novos benefícios concedidos em forma de gráfico (Figura 25), pode-se perceber que maio de 2019 é o mês com o maior número de famílias passando a integrar o PBF. A partir junho de 2019, no entanto, esses novos beneficiários adicionados mensalmente ficaram entre uma e duas famílias até o mês de dezembro, o que indica a não integração de novas famílias nesse programa.

Figura 25 - CORUMBÁ - Benefícios concedidos no ano de 2019



Fonte: SENARC, 2019.

Com a redução de famílias recebendo o benefício do Programa Bolsa Família, observa-se diminuição nos valores repassados às famílias do município Corumbá (Ver Quadro 3), o que representa uma influência no PIB local de acordo com estudos do IPEA (2019).

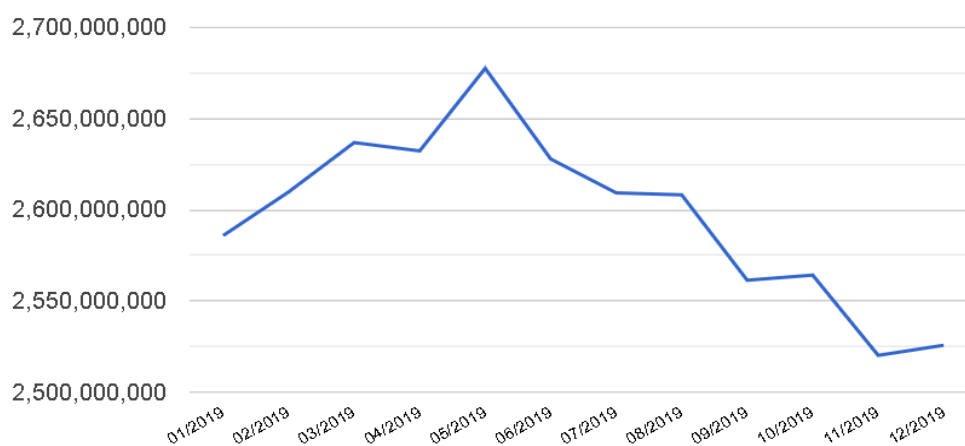
Quadro 3 - Valor total repassado mensalmente às famílias no ano de 2019

<b>Mês</b>	<b>Valor total repassado em reais</b>
Janeiro	2.585.866.335,00
Fevereiro	2.609.818.702,00
Março	2.636.854.154,00
Abril	2.632.278.536,00
Maio	2.677.539.162,00
Junho	2.627.861.441,00
Julho	2.609.281.590,00
Agosto	2.608.191.765,00
Setembro	2.561.393.842,00
Outubro	2.564.193.203,00
Novembro	2.520.201.950,00
Dezembro	2.525.746.007,00

Fonte: SENARC, 2019.

Com a redução no número de famílias recebendo o benefício do Bolsa Família, que ocorreu no ano de 2019, o recurso total mensal que é repassado às famílias dos que fazem parte do programa no município de Corumbá-MS tem diminuído a partir do mês de maio e tem o menor repasse no mês de novembro de 2019, conforme demonstrado na Figura 26.

Figura 26 - Valor total repassado mensalmente às famílias no ano de 2019



Fonte: SENARC, 2019.

Todavia, quanto ao número de famílias que foram bloqueadas ou canceladas, o dado é maior que o número de famílias que conseguiram entrar no programa (Ver Quadro 4). De acordo com a secretaria de assistência social de Corumbá, houve um aumento na fiscalização por parte do Governo Federal realizado por meio do cruzamento de dados. Parte desses bloqueios ocorreu por falta de atualização cadastral feita pelos beneficiados, atualização essa que deve ser feita anualmente no início do período letivo escolar.

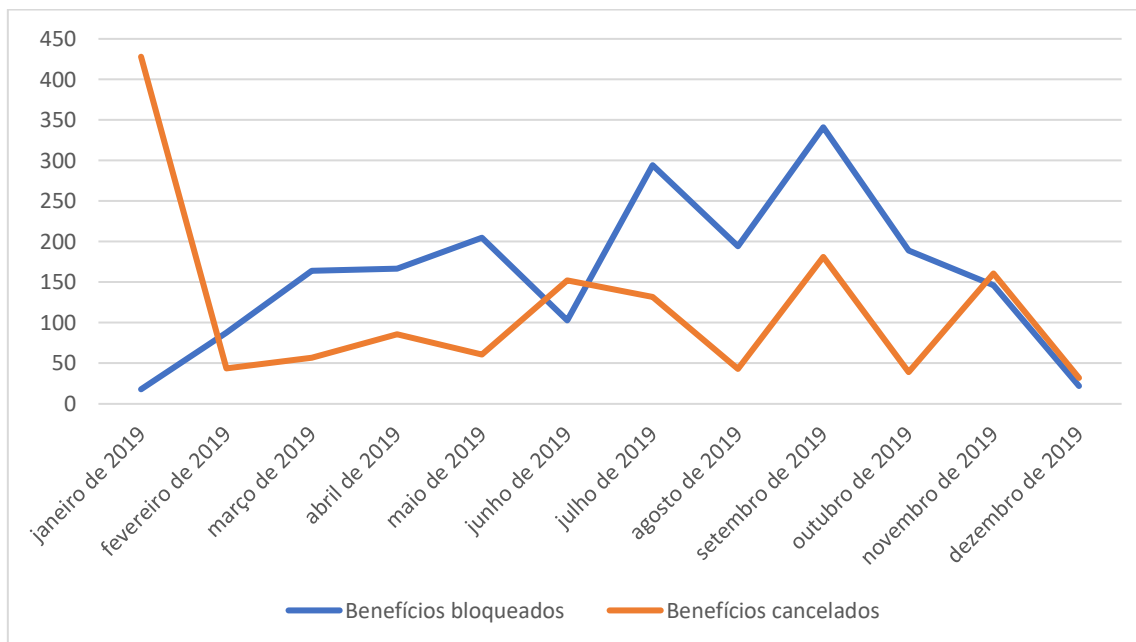
Quadro 4 - Benefícios bloqueados e cancelados no ano de 2019

<b>Mês</b>	<b>Benefícios bloqueados</b>	<b>Benefícios cancelados</b>
Janeiro	18	428
Fevereiro	88	44
Março	164	57
Abril	167	86
Mai	205	61
Junho	103	152
Julho	294	132
Agosto	194	43
Setembro	341	181
Outubro	189	39
Novembro	146	161
Dezembro	22	32

Fonte: SENARC, 2019.

Na Figura 27, pode-se observar um aumento gradativo no número de famílias que tiveram seu cadastro bloqueado ou cancelado. De janeiro até setembro de 2019, ocorreu a saída de um número maior de famílias do programa, com esse número diminuindo nos meses de novembro e dezembro.

Figura 27 - CORUMBÁ - Benefícios bloqueados e cancelados no ano de 2019



Fonte: SENARC, 2019.

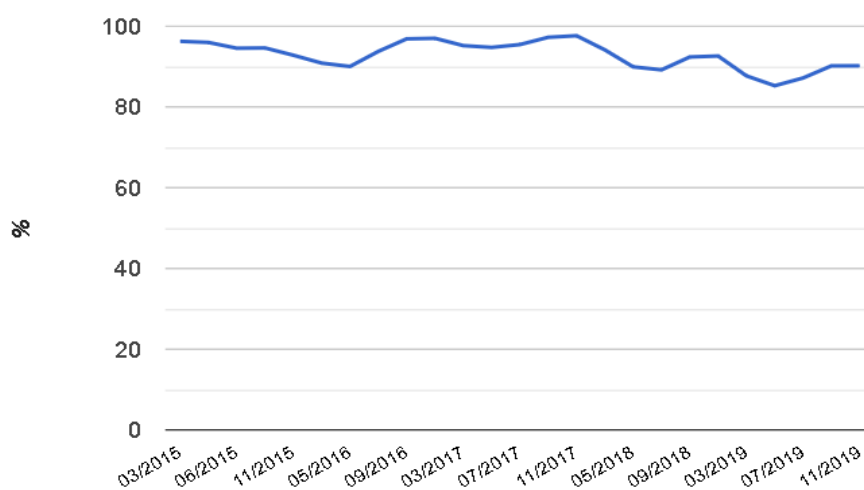
Outra questão acompanhada pelos gestores do Bolsa Família são as condicionalidades, que cada família deve cumprir para se manter dentro do programa. Essas exigências estão relacionadas a saúde e educação. A família, ao entrar no programa BF, fica sob a responsabilidade do poder público municipal, que deve garantir o acesso dessas crianças e adolescentes a saúde e educação, executando-se, dessa maneira, as exigências impostas pelo programa.

### 2.3.1 Condicionalidade Educação

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2019), no município de Corumbá existiam 7.239 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento quanto a frequência escolar. Desse total, 6.528 estão cumprindo as condicionalidades, alcançando 90,18% de acompanhamento por parte dos gestores do PBF local, ficando abaixo da média nacional, que é de 93,07%, como demonstrado na Figura 28.

De acordo com a Assistência Social de Corumbá, uma das razões para não atingirem a meta estabelecida pelo programa é a elevada taxa de ausência das crianças em idade escolar, por deixarem de frequentar a escola. Existe a dificuldade de se encontrar essas crianças para que seja averiguada a razão das faltas, pois é comum as famílias não atualizarem nos seus cadastros o endereço e um telefone para contato. Cabe ressaltar que o sistema responsável por registrar a presença ou não do aluno que faz parte do programa é alimentado pela própria escola onde o aluno estuda. É indicado ao gestor da área de educação orientar as famílias durante as reuniões mensais ou durante as visitas de averiguação sobre a importância da assiduidade da criança na escola. Caso, por razões diversas, a criança tenha que faltar, o gestor deve orientar a família para que seja documentalmente justificada a razão da ausência do aluno junto à escola.

Figura 28 - CORUMBÁ - Acompanhamento das condicionalidades de educação - Público de 6 a 17 anos (%)



Fonte: SENARC, 2019

Com os dados da figura, observa-se a necessidade de averiguação por parte dos gestores da educação, junto às famílias e escolas, quanto à razão de os alunos beneficiados entre 6 e 17 anos não irem à escola, e com isso o índice municipal fica abaixo do nacional. Por vezes, o que se conseguiu averiguar foi o não abastecimento do banco de dados por parte da área da educação. Isso implica na avaliação do município por parte do Ministério da Cidadania, pois além dos próprios beneficiados serem responsáveis por manter seu cadastro atualizado e cumprir as condicionalidades, cabe à Assistência Social municipal

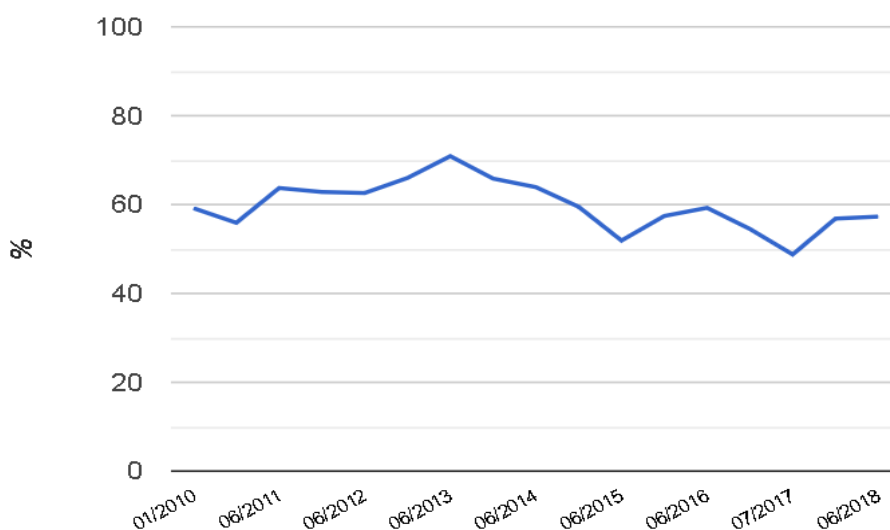


contribuir para que essas famílias se mantenham dentro do programa, não perdendo o benefício.

### 2.3.2 Condicionalidade Saúde

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2019) apontam que 13.232 pessoas beneficiadas tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Desse total, os gestores municipais conseguiram acompanhar 8.886 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de 67,16% de acompanhamento, ficando abaixo do resultado nacional, de 79,71%, como demonstrado na Figura 29.

Figura 29 - CORUMBÁ - Acompanhamento das condicionalidades de saúde - Gestantes e crianças de 0 a 7 anos (%)



Fonte: SENARC, 2019

De acordo com Ministério de Desenvolvimento Social (2019), observa-se a necessidade de articulação entre o gestor municipal do PBF com o coordenador municipal do PBF na Saúde, que é o responsável técnico pelo monitoramento desse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde. Com essa organização entre os gestores, torna-se possível alcançar as metas que têm como base a média nacional em cada condicionalidade que deve ser executada.

Segundo a Secretaria de Assistência Social de Corumbá, esse baixo índice alcançado nos índices de saúde está relacionado ao acompanhamento da pesagem de bebês e ocorre quando as mães não os levam para esse procedimento nos postos de saúde que ficam dentro dos bairros. Além disso, contribui também a dificuldade de incluir no sistema de vacinação o total de crianças que fazem parte do PBF que se imunizaram.

Essa situação acontece mesmo com a meta de vacinação sendo cumprida, a qual, de acordo com DATASUS, chegou a 98% do público-alvo nas campanhas de 2019. No ato de vacinação não se identifica se a criança faz ou não parte do PBF, com isso boa parte dessas crianças do Bolsa Família, mesmo sendo vacinadas, acabam por não serem contabilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social. O problema está na não articulação entre a campanha de vacinação e o ato de se identificar a criança que faz parte do Programa Bolsa Família. Essa falta de interlocução implica serem esses dados do DATASUS e do sistema do PBF apresentados de forma diferente.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2019), as famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que elas não estão acessando seus direitos sociais básicos a saúde e a educação.

De acordo com a Coordenadora da Educação<sup>7</sup>, que atua como uma das coordenadoras do Programa Bolsa Família em Corumbá, a equipe do PBF em Corumbá é formada por uma coordenadora do Cadastro Único, uma da educação, que fica responsável por cuidar da assiduidade escolar das crianças das famílias que recebem esse benefício, e um coordenador da saúde responsável por verificar se as contrapartidas relacionadas estão sendo cumpridas por parte das famílias. Essa equipe faz parte da Assistência Social de Corumbá, responsável por gerenciar as contrapartidas do Programa Bolsa Família.

Os coordenadores trabalham juntos de forma a garantir que todas as regras e condicionalidades do programa estão sendo realizadas por parte das famílias que recebem esse benefício.

---

<sup>7</sup> A entrevistada possui graduação em Pedagogia. É servidora concursada da Prefeitura Municipal e está na coordenação há, aproximadamente, três anos.

Além dos coordenadores existe o corpo o técnico que trabalha no CRAS e que se distribui pela cidade de forma a facilitar o acesso da população que necessita de seus serviços. Os técnicos são os entrevistadores, digitadores e assistentes sociais que trabalham no CRAS.

Quando existe a necessidade de se fazer a visita *in loco* para verificar se os dados passados no momento da entrevista correspondem com o que vão observar durante a visita, geralmente os coordenadores recebem por parte do Governo Federal listas de averiguação que orientam essas visitas *in loco*. Com isso, há o risco, para a família que não atender ao requisito necessário, de ter o seu benefício cancelado. Também em parte dos novos cadastros realizados são realizadas visitas de averiguação quanto a um total de 20% desses novos cadastros, o que é feito por escolha aleatória por parte do sistema do CadÚnico.

Em cada CRAS de Corumbá, há uma equipe técnica voltada para atender o PBF, sendo formada por um entrevistador, um digitador e um assistente social para realizar o cadastro e fazer as verificações, quando necessárias. Caso necessário, eles também podem encaminhar a família a serviços do CRAS como psicólogo, educador social ou alguma outra ajuda que essa família precise receber.

Em relação a se ter o Programa Bolsa Família em um município de fronteira, segundo a gestora existe um recurso a mais que vai para a Assistência Social. Outro ponto salientado é que não há proibições por parte do Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Cidadania ou do Cadastro Único para o cadastro de estrangeiros, desde que eles residam em território brasileiro e possuam o CPF (Cadastro de Pessoa Física).

Os estrangeiros e as suas famílias devem fazer o cadastro junto ao Cadastro Único, caso atendam aos requisitos para receberem o Bolsa Família. O Ministério da Cidadania pode permitir para essa família a concessão desse benefício de forma mensal. Estar no Cadastro Único é o que permite para uma família brasileira ou estrangeira ter acesso aos demais serviços que o CRAS proporciona, como o programa Criança Feliz, Melhor Idade ou adquirir cestas básicas e outros benefícios.

Em relação ao governo a partir de 2018, percebeu-se uma fiscalização mais rigorosa por parte do Ministério da Cidadania, com o cruzamento de dados dos que já possuem o benefício e os postulantes a essa renda. Caso se constate que alguma informação declarada pela família não está de acordo com os dados presentes na Receita

Federal ou demais instituições, esse benefício pode ser suspenso até a atualização do cadastro.

Para o Ministério da Cidadania, a estrutura da família é a composição de todas as pessoas que residem no domicílio, independentemente de laços consanguíneos.

Em Corumbá, segundo a entrevistada, é comum mais de uma família ser cadastrada no mesmo endereço, já que o tamanho dos terrenos na parte central da cidade permite a construção de mais de uma casa. Por vezes são construídos vários cômodos com famílias vivendo neles. Quando isso ocorre, é comum que seja solicitada, pelo Ministério da Cidadania, uma visita de verificação. Para se solucionar esse tipo de problema, quando se realiza esse cadastro costuma-se indicar essas moradias a mais no mesmo terreno colocando-as como casa 1, 2, e assim consecutivamente, o que permite diferenciar as famílias e evitar problemas no cruzamento de dados feito pelo sistema. Essas moradias são denominadas multifamiliares.

Para a gestora do BF, um dos motivos que mais levam ao cancelamento dos benefícios é a falta da renovação do cadastro, haja vista a exigência de que todo ano cada família atualize seu cadastro no início do ano letivo escolar. Ocorrem, também, casos de inconsistência nas informações apresentadas quando há o cruzamento das informações.

Para a entrevistada, a partir de 2019, tem-se observado a diminuição de novos beneficiários no município de Corumbá. Existem mais famílias sendo desligadas do programa do que famílias sendo incluídas no programa. Outra questão é a existência de uma lista de espera, que não existia nos governos anteriores (Luiz Inácio Lula da Silva, 2003-2011, Dilma Rousseff, 2011-2016, Michel Temer, 2016-2019). Essa família que está nessa lista só conseguirá esse benefício quando houver dotação orçamentária disponível. Dessa forma, a espera fica sem um tempo determinado para uma resposta positiva. Em governos anteriores, essa lista de espera não existia. Caso a família tivesse perfil para receber tal renda, era imediatamente incluída no programa e já começava a receber o benefício. Por vezes, existia uma demora relacionada a questões de verificação cadastral ou mesmo bancária.

Em relação às metas de 2020, para serem cumpridas tanto no Cadastro Único, como no setor da educação e saúde, quanto maior o percentual de participação dos beneficiários em ações da Assistência Social, como a melhoria na assiduidade escolar e a realização de contrapartidas na saúde, mais recursos são liberados para a manutenção e compra de novos equipamentos necessários ao funcionamento do Programa Bolsa

Família. Cabe salientar que cada CRAS de Corumbá possui um carro para que sejam realizadas as visitas de verificação, para constatar a veracidade das informações das famílias cadastradas e, quando encontrado o problema, tentar solucionar junto à família. O que se observa é que o sistema do Bolsa Família não compreende essas especificidades de um município que, ao mesmo tempo, faz parte de uma região de fronteira e faz parte do bioma Pantanal.

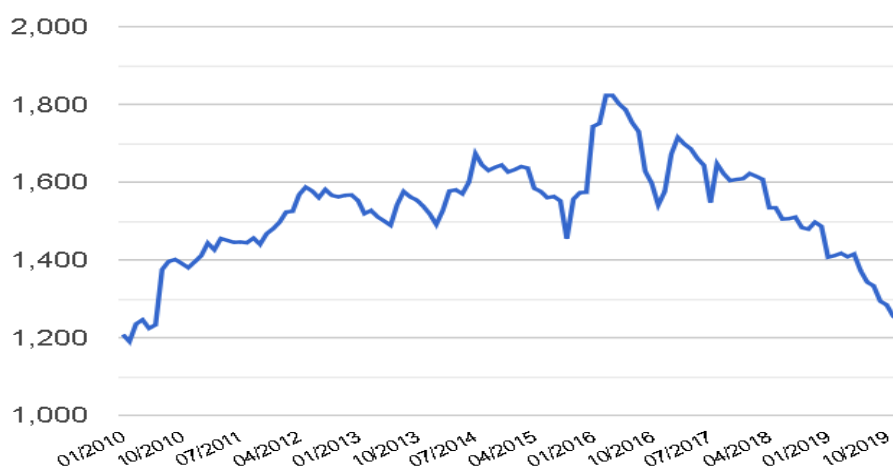
#### **2.4 Programa Bolsa Família em Ladário**

O programa Bolsa Família transfere de forma direta renda para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Para ter acesso a tal política pública, a família deve manter seu cadastro atualizado, além de estar dentro da renda permitida, que vai de R\$ 85,00 de renda mensal por pessoa até R\$178,00. Esses valores são referentes ao ano de 2019, porém dependem das questões sociais e dos índices econômicos. Desde o fato possuírem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição ou apresentem situação de miserabilidade aguda.

Em Ladário existiam, de acordo com dados do Governo Federal (MDS, 2019), um total de 1.244 famílias beneficiárias do Bolsa Família até o mês de dezembro de 2019. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 20,23% da população total do município, e inclui 280 famílias que, sem o programa, estariam em condição de miserabilidade extrema.

No mês de dezembro de 2019, foram transferidos R\$ 231.036,00 às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de R\$ 185,76 por família. A cobertura do programa é de 94% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018). Essa cobertura tem se acentuado desde 2009, quando houve aumento na cobertura das famílias que recebem esse benefício acompanhados até setembro de 2019, como apresentado na Figura 30.

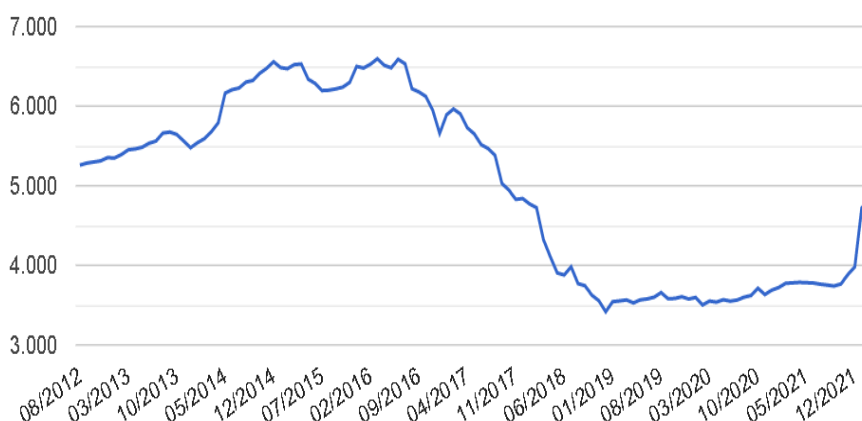
Figura 30 - LADÁRIO - Evolução do benefício das famílias que recebem o Bolsa Família 2010-2019



Fonte: IBGE, 2019.

Assim como observado em Corumbá, em Ladário, após uma trajetória de queda, a partir de 2018 essa tendência se alterou. No ano de 2016, houve o maior número de famílias inscritas no Cadastro Único em situação de extrema pobreza, com um total de 6.588. Seu menor número foi alcançado em dezembro de 2018, com um total de 3.417 famílias nessa situação. A partir desse ano, o índice teve um viés de aumento até chegar em fevereiro de 2022, com um total de 4.801 famílias, o que corresponde a 24,3% da população do município vivendo em situação de extrema pobreza, como se pode observar na Figura 31. Essa condição explicitada no gráfico demonstra que não houve melhorias de renda em Ladário que justificasse a diminuição do número de beneficiários recebendo o Bolsa Família.

Figura 31 - Pessoas em situação de extrema pobreza inscritas no Cadastro único em Ladário-MS



Fonte: SENARC, 2022.

Quando comparamos os últimos doze meses, observamos uma tendência de queda no valor direcionado ao município por meio do PBF, tanto em relação ao número de famílias que estão recebendo tal benefício como a novos beneficiários que estão sendo incluídos nesse programa (Quadro 5).

Quadro 5 - Valores repassados aos beneficiários do PBF de outubro de 2018 a setembro de 2019

<b>Mês</b>	<b>Quantidade de Famílias</b>	<b>Valor em reais</b>
Janeiro	1.407	257.365,00
Fevereiro	1.411	259.342,00
Março	1.417	258.163,00
Abril	1.408	257.158,00
Mai	1.415	261.458,00
Junho	1.372	252.512,00
Julho	1.343	251.956,00
Agosto	1.333	251.270,00
Setembro	1.294	244.493,00
Outubro	1.284	241.838,00
Novembro	1.255	233.766,00
Dezembro	1.244	231.086,00

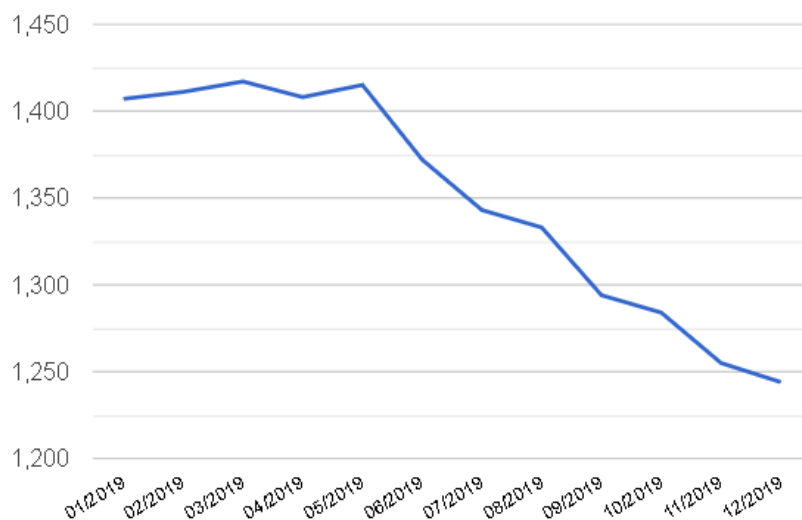
Fonte: Cadastro Único, 2019.

Segundo o MDS (2019), a família, ao entrar no programa BF fica sob a responsabilidade do poder público municipal, que deve garantir o acesso dessas crianças e adolescentes a saúde e educação, com isso se executando as exigências impostas pelo programa.

Esse acompanhamento deve ser feito junto às gestantes que, ao realizar o pré-natal, devem ter acompanhamento contínuo por parte dos gestores municipais ligados ao setor de saúde. Já na condicionalidade relacionada a educação, cabe às famílias promover a frequência escolar mínima de 85% de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos a cada mês. Averiguando-se o não cumprimento, deve haver um acompanhamento junto à família e

ao gestor relacionado a educação, observando-se o motivo da baixa frequência escolar, como demonstrado na Figura 32.

Figura 32 - Quantidade de famílias beneficiárias do PBF em Ladário-MS em 2019



Fonte: SENARC, 2019.

Para manter-se no Programa Bolsa Família, cabe às famílias beneficiadas realizarem as contrapartidas, que estão relacionadas a educação, saúde e manutenção do cadastro atualizado.

#### 2.4.1 Condicionalidade Educação

Dados de MDS (2019) apontam que no município de Ladário existem 1.940 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação. Elas precisavam ter a frequência escolar acompanhada no terceiro período pelos gestores municipais ligados a educação. Desse total, foram acompanhadas 1.804 crianças, uma cobertura de acompanhamento de 92,89%. Com isso, a média municipal se apresenta superior à que encontramos na média nacional, que é de 91,18% de acompanhamento na educação (Brasil, 2019).

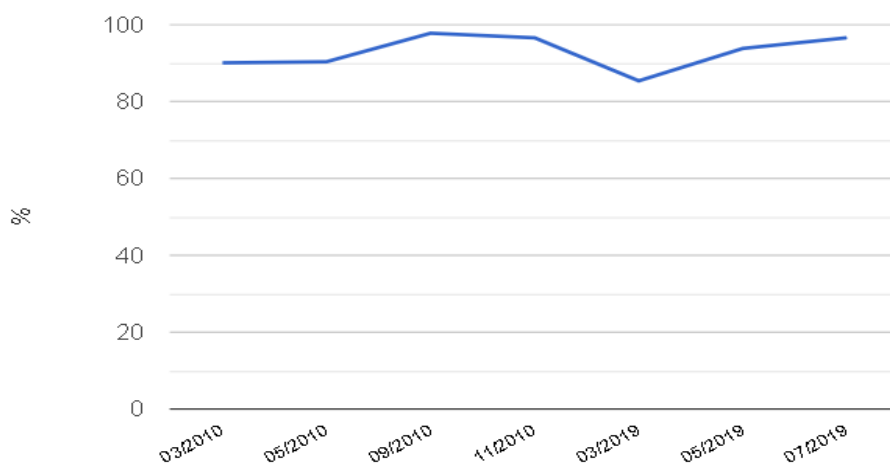
A busca ativa se torna necessária para que seja averiguado o motivo do não cumprimento da frequência escolar. Outro ponto é a importância da frequência escolar e do acompanhamento junto às escolas para que atualizem o Cadastro Único. Por vezes



essa evasão está relacionada ao fato de as escolas não atualizarem o sistema com a frequência dos alunos.

As visitas *in loco* servem para se identificar e registrar adequadamente os motivos que levam os alunos com baixa frequência ou mesmo evasão a descumprirem a condicionalidade, possibilitando-se, assim, que o poder público possa atuar no sentido de auxiliar a família a superar possíveis vulnerabilidades e identificar demandas sociais no município de Ladário. Na Figura 33, observa-se que os índices de frequência escolar acima de 85% do ano de 2009 até 2019.

Figura 33 - Acompanhamento das condicionalidades da educação de 6 a 17 anos



Fonte: SENARC, 2019.

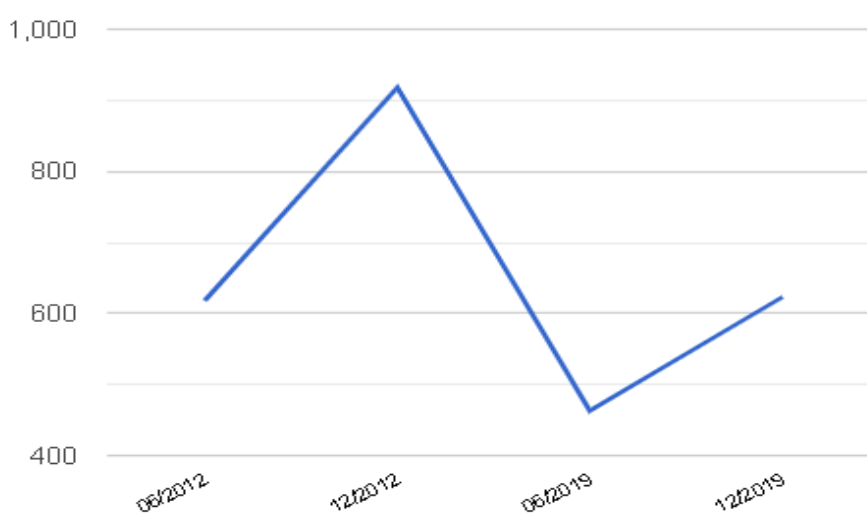
Esse acompanhamento permite manter e assegurar que essas contrapartidas sejam cumpridas por parte das famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família. Quando se trata de Ladário, a falta de articulação entre o gestor do BF com as escolas implica dificuldades para acompanhar as famílias e verificar o andamento dos alunos que fazem parte do programa nas escolas.

#### 2.4.2 Condicionalidade Saúde

Quanto ao acompanhamento da condicionalidade da saúde, 623 crianças de 0 a 6 anos foram acompanhadas pelo Sistema da Saúde, segundo dados do MDS (2019), como apresentado na Figura 34. O acompanhamento por parte dos gestores do município de Ladário foi de 1.802 beneficiários, o que equivale a 55,74 % do público-alvo. Esse

acompanhamento ficou abaixo da média estadual de 77,23%, segundo dados do Cadastro Único (2019), quando comparado com a média nacional de acompanhamento na saúde, que é de 79,71%. Dentre as condicionalidades acompanhadas pelo MDS relacionadas ao município de Ladário, saúde é a que apresenta menor índice, o que indica ineficácia no trabalho do gestor relacionado ao setor da saúde. Assim como observado no município de Corumbá, o DATASUS aponta 94% de cobertura vacinal das crianças de 0 a 6 anos no município de Ladário, o que indica que tanto crianças que fazem parte do programa como as que não fazem foram vacinadas. Falta, portanto, identificação ao lançar essas crianças vacinadas dentro do sistema do DATASUS.

Figura 34 - Acompanhamento de crianças de 0 a 6 anos pela saúde



Fonte: SENARC, 2019.

Com isso, a intersetorialidade se torna necessária para melhor se conhecer a realidade quando tratamos sobre o setor de saúde. Segundo MDS (2019), falta articulação entre os gestores responsáveis pela saúde e pela educação. O que se percebe é que, no caso de Ladário, essa falta de articulação provoca erros nos dados lançados no sistema do DATASUS, provocando essa distorção nos dados apresentados pelo site do MDS em relação ao índice de vacinados quanto à condicionalidade da saúde.

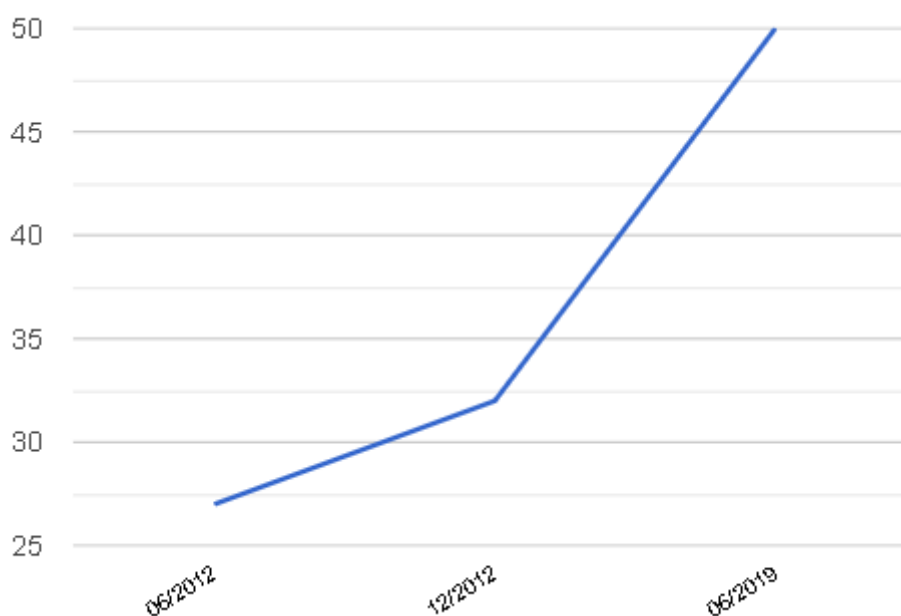
Quando essa criança não é vacinada, cabe a visita *in loco* para averiguar junto à família a razão da não vacinação. As informações de descumprimento das condicionalidades de saúde e de situação nutricional devem servir de base para a articulação intersetorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de

forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas sociais no território.

### 2.4.3 O caso das gestantes

O acompanhamento da condicionalidade da saúde é realizado pelo gestor do Bolsa Família responsável pela saúde. Dados do sistema do MDS (2019) apontam melhoria no acompanhamento das gestantes, como observado na Figura 35. Ressalta-se a importância da manutenção e organização mensal dos registros sobre as informações das gestantes identificadas, para que possam receber o Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG<sup>8</sup>). O acompanhamento das gestantes pela saúde incide diretamente na expectativa de vida e desenvolvimento cognitivo da criança na formação.

Figura 35 - Quantidade de gestantes acompanhadas pela saúde



Fonte: SENARC, 2019.

---

<sup>8</sup> Benefício que tem como principal objetivo aumentar a proteção à mãe e ao bebê durante a gestação, elevando a renda familiar e promovendo maior atenção a uma fase essencial para o desenvolvimento da criança.

Nesse contexto, vimos a importância do acompanhamento no quesito condicionalidades, haja vista que, dentro de uma lógica de melhoria e qualidade de vida, sua funcionalidade só terá êxito com a efetividade dessas condicionalidades. Com isso, por meio da vacinação e acompanhamento das gestantes no sentido da prevenção, ocorreram melhorias na taxa de mortalidade infantil, conforme apontado no Quadro 6.

Quadro 6 - Taxa de mortalidade infantil em Ladário

<b>ANO</b>	<b>LADÁRIO – MS</b>
2011	01
2009	01
2007	02
2006	03

Fonte: Ministério da Saúde – DATASUS, 2011.

O Programa Bolsa Família tem como uma de suas premissas os cuidados na proteção à mulher, proporcionando uma autonomia econômica dentro do seu núcleo familiar. O PBF tem como uma de suas condicionalidades, ainda, os cuidados com a gestante, preconizando a participação da mulher gestante nos cuidados do pré-natal. O acompanhamento vai desde o período de gestação e passa, posteriormente, para os cuidados com a criança recém-nascida, fazendo a pesagem, além da vacinação e do acompanhamento escolar.

Nesse contexto, observamos a importância do Programa Bolsa Família na melhoria da condição de vida ao permitir acesso às políticas públicas em saúde e o acompanhamento de gestantes, o que resulta em baixo índice de mortalidade. Isso garante direitos básicos ao cidadão, como o acesso a saúde e educação.

Mais informações foram obtidas com Secretário da Assistência Social<sup>9</sup>, que trabalha na assistência social de Ladário desde 2008, tornando-se secretário a partir do ano de 2018. No âmbito assistencial, trabalha-se com a proteção básica, cujo órgão responsável é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), onde se trabalha o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), que tem como objetivo

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2019, com o secretário de Assistência Social no município de Ladário. Graduado em Gestão Pública e Mestre em Desenvolvimento Local.

principal a promoção da proteção à família de forma integral nos territórios, uma vez que atua de modo proativo, preventivo e protetivo, contribuindo para a melhoria da condição social.

Vinculado ao CRAS, existe o SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo) que atende indivíduos de 5 a 14 anos, de 15 a 17 anos e pessoas idosas. Esse serviço tem como objetivo trabalhar a autonomia da criança, do adolescente e do idoso. Outro programa é o ACESSUAS Trabalho, que é o programa de acesso ao mundo do trabalho, que atende indivíduos na faixa etária entre 15 e 59 anos, possibilitando autonomia às famílias que participam desse programa.

Existe dentro do CRAS o programa Criança Feliz, voltado para as mulheres gestantes e crianças de 0 a 3 anos, tendo como objetivo fortalecer vínculos, sendo que todos que estão inseridos nesse programa também fazem parte do Programa Bolsa Família.

Cabe destacar que o CRAS trabalha de forma mais preventiva, enquanto o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) tem como objetivo trabalhar o direito violado. Dentro do CREAS são trabalhados programas como Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que atua diretamente nos cuidados com as pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência. Dentro desse programa existem as medidas socioeducativas, a abordagem social com moradores em situação de rua. Outra questão trabalhada são as casas de acolhimento, existindo uma para crianças e pré-adolescentes e outra direcionada para adolescentes.

De acordo com o entrevistado, para a formação da equipe que deve atuar na gestão do programa, não existe um critério específico, além da obrigatoriedade de ser um servidor efetivo, o que implica a capacidade de sustentabilidade no cargo de coordenador(a) do PBF ainda que haja mudanças no cargo de gestor(a) do Bolsa Família.

Apesar do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) indicar que a equipe necessária para trabalhar na gestão desse benefício deve ser composta por quatro pessoas (coordenador, gestor, entrevistador e digitador), na unidade de assistência social de Ladário existe apenas uma pessoa que realiza as quatro funções. Segundo o entrevistado, essa situação se deve à inexistência de uma verba específica para o pagamento dessa equipe, dependendo da disponibilidade de verba da assistência social. A verba disponibilizada pelo Governo Federal para o PBF é para o custeio do programa e está relacionada à manutenção de equipamentos e material de escritório. O município fica

responsável pela contratação e pagamento do pessoal que irá trabalhar na gestão do programa.

De acordo com o secretário, apesar de Ladário fazer parte de uma fronteira, não recebe verbas a mais por isso. Segundo a visão do governo, para se receber essa verba se torna necessário fazer limite com outro país. Já Corumbá recebe verba específica por ser um município de fronteira, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo governo, o que possibilita investir em carros, equipamentos e mesmo pessoal para realizar as funções que a gestão do Programa Bolsa Família exige.

Em relação à situação atual do PBF, ocorreram mudanças, de forma principal na concessão de novos benefícios, os quais diminuíram, e no repasse de verbas, visto que ocorreu um contingenciamento nos recursos a serem repassados para a Assistência Social. Outra questão é o caráter do programa, que tem como objetivo em ser provisório, porém, quando um adicional que é pago no mês de dezembro recebe o nome de décimo terceiro, passa-se a entender que é um pagamento por um trabalho realizado.

Dentre as dificuldades encontradas pela Assistência Social, uma delas foi a logística, pela falta de um carro próprio para o Programa Bolsa Família, que tornaria possível a realização de mais visitas de verificação relacionadas aos dados fornecidos pelas famílias. Outra dificuldade apontada foi o excesso de burocracia, que dificulta a aquisição de equipamentos que propiciariam a melhoria da gestão do programa.

Analisando as declarações do secretário da Assistência Social e o que foi encontrado durante a pesquisa de campo, observou-se que um dos fatores que prejudicam o bom andamento do PBF na cidade de Ladário-MS é a falta da equipe de trabalho, que deveria ser formada por quatro pessoas e cujas ações são realizadas por apenas uma. No CRAS da cidade, existe um gestor que é responsável por fazer a entrevista, anotar as informações e alimentar o site do MDS. Por Ladário ter apenas uma unidade do CRAS, que se localiza no bairro Santo Antônio, os beneficiários de toda a cidade procuram essa unidade, o que por vezes prejudica a atuação da única gestora presente no local. A infraestrutura prejudica o acompanhamento das famílias. Até 2019 não existia carro do cadastro único, sendo adquirido a partir de 2020. Isso causava problemas para a realização do PBF na cidade, pois existe uma normativa que impõe que em 20% dos cadastros feitos em um mês sejam realizadas visitas domiciliares para verificação. Além dessa questão da infraestrutura, as mudanças de coordenador/gestor dificultam a gestão do PBF local, pois

a cada troca o novo gestor leva um tempo para entender a dinâmica do funcionamento do sistema do Cadastro Único e o funcionamento do BF.

## **2.5 Políticas públicas de combate à pobreza existentes em Corumbá e Ladário**

Dentro das possibilidades de se fazer uso de políticas públicas para a população vulnerável, destaca-se a importância da Assistência Social de Corumbá e Ladário. Segundo dados dos gestores da assistência dos dois municípios, destacam-se os beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda que fazem uso desse equipamento e representam 89% das pessoas que fazem uso dos serviços e programas oferecidos pelos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Esses programas procuram oferecer cursos profissionalizantes para integrantes do Bolsa Família, além de programas destinados para as crianças das famílias que recebem esse benefício.

A Assistência Social tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos grupos especialmente vulneráveis, como idosos, a população prisional, os deficientes, os doentes crônicos ou doentes mentais. Em outras palavras, trata-se de atender qualquer pessoa que esteja numa situação de dependência para melhorar seu bem-estar integral. É direito de todo brasileiro ser atendido em suas necessidades. A assistência social encontra suporte legal em nossa Carta Magna de 1988, mais precisamente prevista em seu art. 203: “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (MDSG, 2017)

Segundo o MDS (2018), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é o sistema público que tem como objetivo descentralizar as ações relacionadas a assistência social em todo o Brasil. Essa descentralização pode ocorrer em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

De acordo com MDS (2018), a Proteção Social Básica (PSB) refere-se à proteção de riscos sociais e pessoais. Essa prevenção ocorre por meio de ofertas de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, decorrente de pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos ou sociais.

Para o MDS (2018), o PSB tem sua centralidade na família e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que apresenta como objetivos:

- a) Fortalecer a função protetiva da família;

- b) Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários;
- c) Promover ganhos sociais e materiais para as famílias;
- d) Promover o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- e) Apoiar as famílias que possuam em seu meio pessoas que necessitam de cuidados, contribuindo com sua vivência em sociedade.

Quando se trata de políticas de combate à pobreza, dentro da Assistência Social dos municípios se trabalha com a proteção básica que é o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), onde se destacam programas como o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), que se apresenta como um dos serviços oferecidos pelo CRAS.

O PAIF, segundo MDS (2018), tem como objetivo apoiar as famílias para que seus laços de convivência sejam mantidos de forma responsável. Dentro dos municípios, esse programa tem como objetivo promover acesso a direitos, promovendo, para a família, acesso a serviços a fim de que se tenha uma maior qualidade de vida.

Em Corumbá, um dos serviços mais conhecidos, que faz parte do PAIF, é o Programa Social Povo das Águas, que atende a região do Baixo Pantanal e outras regiões mais distantes da cidade de Corumbá-MS. Esse programa tem como objetivo prestar serviços para os moradores ribeirinhos e abrange serviços de saúde e educação, além da distribuição de cestas básicas, como demonstrado na Figura 36. Os lugares visitados pelo programa são o Porto Formigueiro, Porto da Manga, Porto Esperança, Forte Coimbra, Porto Morrinho e outros vilarejos que ficam às margens do rio Paraguai.



Figura 36 – CORUMBÁ - Atendimento feito pelo Programa Povos das Águas na região do Baixo Pantanal-MS



Fonte: Marcelo Fernandes, fevereiro de 2019.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Corumbá, para a realização desse programa é reunida uma equipe formada por pessoas da Saúde, Assistência Social, Educação, Agricultura Familiar e da Defesa Civil, com coordenação da Secretaria Especial de Cidadania e Políticas Públicas.

Durante a viagem, essa embarcação vai aportando em vilarejos e atendendo essa população ribeirinha com serviços médicos, atendimento odontológico, serviços de enfermagem, vacinação de crianças, jovens e adultos e imunização de cães e gatos. Além desses serviços, é feita a pesagem e o cadastramento de famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família. Além disso, são feitas atualizações cadastrais por parte de uma equipe do CRAS e a distribuição de cestas básicas para a população carente ribeirinha.

Em Ladário, o CRAS, mediante o programa PAIF, realiza atividades junto às famílias promovendo serviços de convivência, como café da manhã e reuniões para manterem atividades de fortalecimento de laços familiares, como apresentado na Figura 37.

Figura 37 - LADÁRIO - Café da manhã com idosos oferecidos pelo CRAS de Ladário Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculo (SCFV), 2019



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2019.

Essa reunião ocorria mensalmente nas quintas-feiras, fazendo parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), que faz parte do PAIF. O SCFV é um serviço de proteção básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), um serviço complementar de fortalecimento de laços familiares junto à população da terceira idade. Esse Serviço realiza atendimentos em grupo desenvolvendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras de acordo com a idade dos usuários. A ideia dessas reuniões semanais é estimular as interações entre os participantes.

### **2.5.1 Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho)**

Outro programa que busca melhoria de oportunidades é o ACESSUAS Trabalho, que tem como objetivo fornecer cursos de aperfeiçoamento ou profissionalizante, criando oportunidades de inserção de pessoas em uma atividade remunerada. Assim, é dada autonomia para a família que consegue se inserir no mundo do trabalho.

Os CRAS municipais têm oferecidos oficinas, além de encaminhamentos para cursos profissionalizantes, criando oportunidades, além de se articular com políticas públicas para a inserção junto a instituições públicas e empresas como forma de inserção no mundo do trabalho.

Segundo MDS (2018), o objetivo do ACESSUAS Trabalho é promover a ação dos usuários da Assistência Social no mundo do trabalho, a partir da mobilização e encaminhamento para cursos de qualificação profissional e inclusão em linha produtiva. A idade mínima para fazer parte do programa é a partir de dezesseis anos. O público-alvo desse programa são:

- a) Famílias e indivíduos com perfil do Plano Brasil Sem Miséria;
- b) Jovens egressos do Serviço de Convivência para jovens;
- c) Pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC;
- d) Pessoas inscritas no CadÚnico;
- e) Egressos do Sistema Socioeducativo;
- f) Famílias com presença de Situação de Trabalho Infantil;
- g) População em Situação de Rua;
- h) Famílias com crianças em Situação de Acolhimento Provisório;
- i) Adolescentes e Jovens Egressos do Serviço de Acolhimento;
- j) Indivíduos e famílias moradoras em territórios de risco em decorrência do Tráfico de Drogas;
- k) Indivíduos egressos do Sistema Penal;
- l) Beneficiários do Programa Bolsa Família;
- m) Pessoas retiradas do trabalho escravo;
- n) Mulheres vítimas de violência; entre outros, para atender especificidades territoriais.

No município de Corumbá, o programa ACESSUAS Trabalho é oferecido nos quatro CRAS como forma de inserção da população local em ambiente de trabalho. São oferecidas palestras, orientações e, de forma principal, cursos profissionalizantes como oficinas de corte de cabelo, customização de camisetas, maquiagem, artesanato e confecção de sabão (Ver Figura 38).

Figura 38 - Palestra e orientação sobre a inserção no mundo do trabalho no bairro Jardim dos Estados



Fonte: Jornal Pérola News, 2018.

Dentro das atuações da Assistência Social de Corumbá, estão as parcerias com Senai e Senac, possibilitando a oferta de cursos profissionalizantes em ambas as instituições. Além de parcerias com empresas privadas como forma de se criar estágios para o primeiro emprego.

No município de Ladário, esse programa oferta oficinas para aperfeiçoamento, palestras motivacionais e direcionamento para cursos em instituições que façam parceria com a Assistência Social de Ladário (Ver Figura 39).

Figura 39 - Palestra de finalização de curso profissionalizante no CRAS de Ladário



Fonte: Assistência Social de Ladário, 2019

Dessa forma nota-se a importância da Assistência Social como promotora de inclusão de pessoas que estejam em algum grau de vulnerabilidade, possibilitando acesso aos cursos de qualificação profissional e demais ações de inclusão produtiva, visando a inserção de mais pessoas no mundo do trabalho. Todas essas atividades repercutem no desenvolvimento econômico do município. Mais pessoas qualificadas e possibilidades de trabalho formal vão, de certa forma, refletir no dinamismo comercial, que é o principal objetivo de investigação desta pesquisa.

### **2.5.2 Programa Criança Feliz**

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSG), o programa Criança Feliz foi instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com caráter intersetorial e tendo em vista promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Segundo MDSG (2017), para o Art. 3º do Decreto nº 8.869/2016, o programa Criança Feliz tem como objetivo:

Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; b) Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; c) Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; d) Mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que; e) Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

O público-alvo do programa são as crianças em situação de vulnerabilidade, além de gestantes de até 36 meses desde que façam parte do Bolsa Família. Uma das características importantes do Programa Criança Feliz são os visitantes, que têm a função de fazer visitas com o objetivo de fortalecer os vínculos entre as crianças e sua família. Caso seja identificado algum tipo de situação que esteja colocando a criança em iminente perigo, cabe aos visitantes levar essa informação ao grupo técnico responsável para melhor atender a demanda da família.

Em Corumbá, o Programa Criança Feliz é feito no CRAS, com foco em acompanhamento das gestantes que fazem parte do PBF, com palestras e visitas técnicas

de enfermeiros e médicos da família (Figura 40). Além de visitas de averiguação por parte dos visitantes, que não deve ser feita de forma individual, mas sempre em dupla ou em equipe multidisciplinar.

Figura 40 - Visita à maternidade de Corumbá juntos às gestantes que fazem parte do Programa Criança Feliz



Fonte: Assistência Social, 2019.

Em Ladário ocorrem palestras como forma de melhorar a assistência à gestante, orientando as gestantes a fazer o pré-natal (Ver Figura 41). A partir do registro no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, a família da gestante poderá receber o Benefício Variável Gestante (BVG), desde que seja respeitado o limite de 5 benefícios variáveis por família.

Figura 41 - Palestra com gestantes ladarenses que fazem parte do PBF sobre a importância do pré-natal

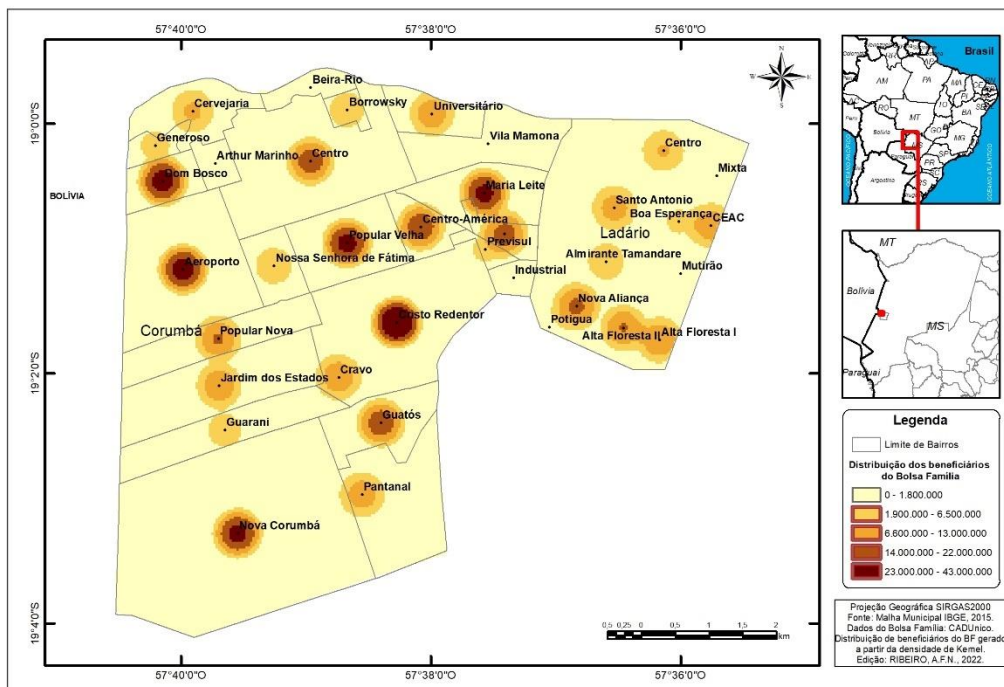


Fonte: Assistência Social de Ladário, 2019.

## 2.6 A distribuição espacial

Os efeitos do PBF sobre a pobreza e a desigualdade decorrem de sua focalização sobre os mais pobres. Observa-se que a presença dos beneficiários de ambos os programas ocorre de forma mais presente nos bairros mais periféricos dos municípios de Corumbá e Ladário. Os bairros que apresentam mais beneficiários do programa Bolsa Família são o bairro Cristo Redentor, Aeroporto, Dom Bosco, Nova Corumbá e Maria Leite. Em Ladário, destacam-se os bairros Alta Floresta I e II e Nova Aliança, como observado no Mapa 1.

Mapa 1- Distribuição espacial dos beneficiários do Bolsa Família em Corumbá e Ladário

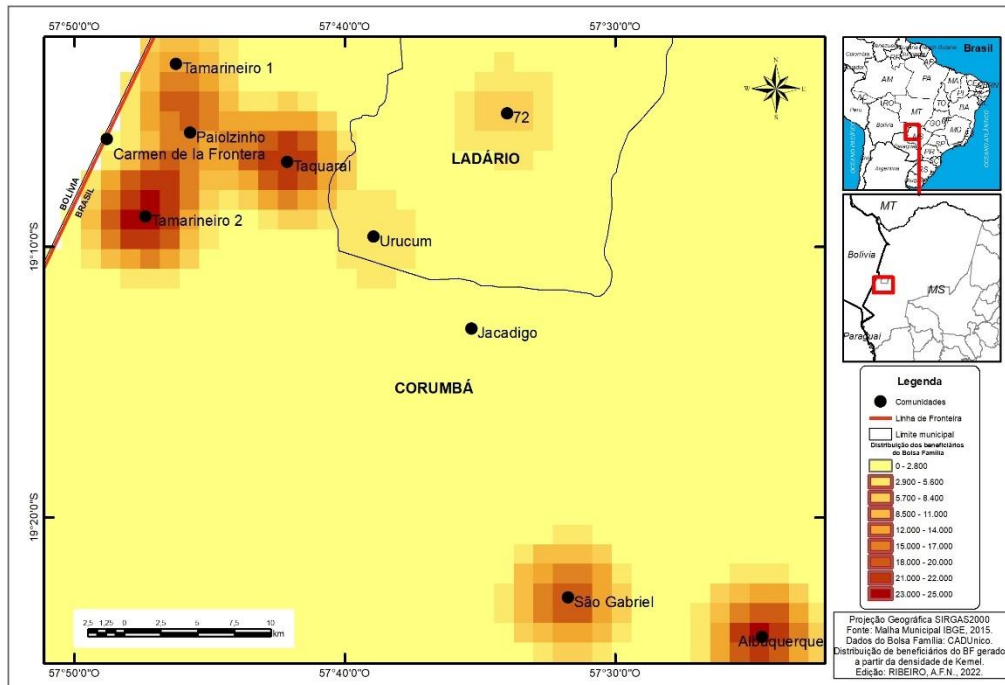


Fonte: Ribeiro, A.F.N. 2021. Organizador: Éder Kukiél

Essa localização acaba por influenciar na forma de consumo com que as famílias beneficiárias usam o valor recebido. Elas dificilmente fazem uso do transporte público para realizar suas compras em mercados ou supermercados que se localizem na área central, os quais acreditam oferecer produtos com valores mais baratos.

Já nos assentamentos rurais, a distribuição ocorre de maneira diferente em comparação com a cidade. Apresentam maior número de beneficiários o assentamento Tamarineiro II, Taquaral e São Gabriel, como demonstrado no Mapa 2.

Mapa 2 - Distribuição dos beneficiários do Bolsa Família nos Assentamentos Rurais de Corumbá e Ladário

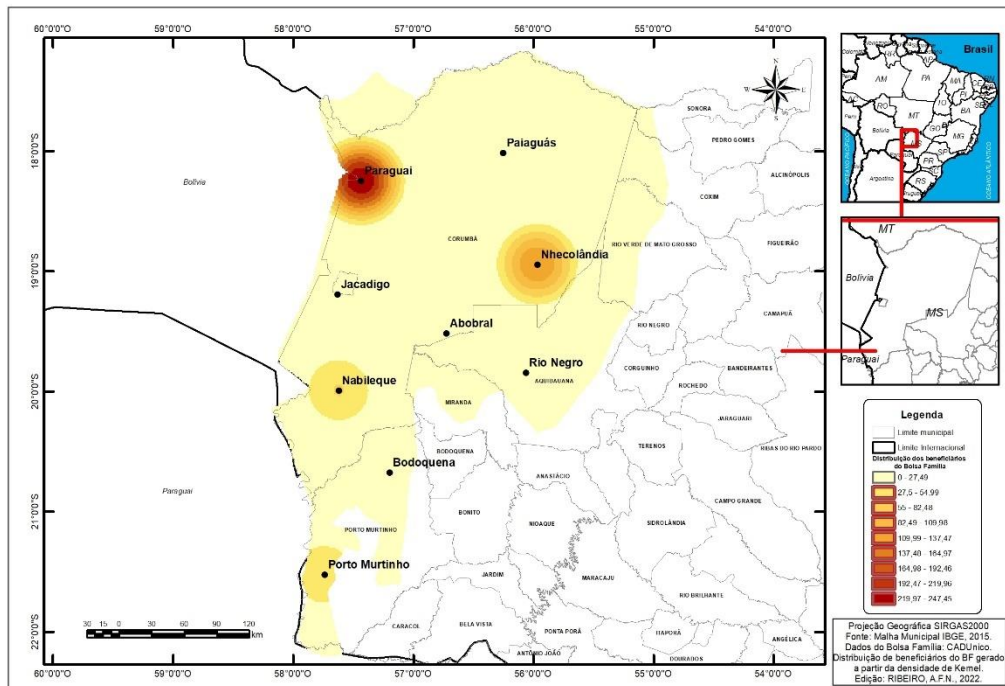


Fonte: Ribeiro, A.F.N. 2021. Organizador: Éder Kukiel

Além dos assentamentos rurais, existem beneficiários e comunidades espalhadas pelo bioma Pantanal. Essas famílias são atendidas pelo programa Povos das Águas, que ao passar por essas comunidades fazem a atualização dos cadastros junto a um gestor do Bolsa Família. Além do atendimento médico e de outra natureza, como a atualização da vacinação de crianças e adultos, o programa Povo das Águas leva outros serviços fornecidos pela assistência social, dentre eles a atualização e/ou a inscrição de novas famílias no PBF. Essas comunidades ribeirinhas apresentam menos beneficiários quando as comparamos com os assentamentos rurais e as áreas urbanas de Corumbá e Ladário, como demonstrado no Mapa 3.



Mapa 3 - Distribuição dos beneficiários do Bolsa Família nas comunidades



Fonte: Ribeiro, A.F.N. 2021. Organizador: Éder Kukiel

Essa distribuição espacial dos beneficiários influencia na forma como eles têm acesso a alimentos e vestuário, pois essas distâncias determinam a periodicidade com que essas famílias frequentam o comércio onde esses produtos são oferecidos.

## 2.7 Características do consumo das famílias no meio urbano e rural

Com o intuito de entender a relação entre a localização dos beneficiados e sua forma de consumo, realizamos algumas das entrevistas com pessoas que se localizam nos bairros próximos aos centros de ambas as cidades, bem como com pessoas residentes de bairros localizados em zonas mais periféricas, além de pessoas que se localizam nos assentamentos rurais e alguns que se localizam em comunidades no interior do bioma Pantanal.

Para os fins desta pesquisa, foi entrevistada uma beneficiária, que aqui será chamada de P., moradora do bairro Centro de Corumbá-MS, com ensino médio incompleto. Sua família é composta por ela, seu companheiro e mais três filhos, sendo o

mais velho com 19 anos, que faz parte do serviço militar e mora em Brasília, e mais dois filhos adolescentes, que frequentam o 7º e 9º ano. Ela e seu companheiro são pastores de uma igreja evangélica. Na sua residência, no terreno na parte da frente, fica a igreja em que são pastores; na parte de trás, ela construiu sua casa.

A principal renda da casa vem do trabalho de missionário que o pastor realiza, de forma principal em cidades localizadas na Bolívia. Ele faz viagem em cidades bolivianas e recebe uma ajuda de custo nas igrejas em que ele vai pregar e parte desse rendimento ele acaba trazendo para sua casa em Corumbá. Outra renda que a P. tem é a da venda de sabão líquido caseiro, que ela produz. Os principais compradores desses produtos que ela faz são os próprios membros da igreja e alguns vizinhos da sua casa. Os ingredientes para a fabricação desse sabão são fornecidos pelos membros da igreja como ajuda. Eles trazem óleos de cozinha já usados e que seriam jogados fora e ela acaba reutilizando-os para a produção de sabão. Além disso, alguns vendedores de frango assado da região onde ela mora guardam a gordura que sai do frango, quando está assando, e entregam para ela todo final de semana.

Ela recebe 120 reais com o benefício do Bolsa Família. Esse recurso é usado na compra de material escolar, que, segundo a entrevistada, mesmo o governo estadual fazendo a entrega do *kit* escolar no início do ano letivo, esse material acaba e precisa ser repostado. O recurso é usado, ainda, para a escola e para o dia a dia, pois são filhos adolescentes em fase de crescimento e precisam de compras esporádicas de roupa nas lojas do “centro” de Corumbá, onde conseguem abrir crediário e parcelar as compras. Outros locais de compra são os mercadinhos e atacados locais. Por morarem próximo ao centro de Corumbá, e conseqüentemente perto dos supermercados locais, dão preferência a esse tipo de comércio. Por possuírem uma motocicleta, P. acompanha as redes sociais dos supermercados e quando tem uma promoção que eles queiram comprar, eles pegam seu veículo e vão até o local da promoção. Quando seu marido está fazendo seu trabalho missionário, que pode durar semanas ou mais de um mês, dependendo da cidade boliviana que ele for, ela acaba indo no mercado mais próximo da sua casa. Quanto ao consumo de proteína animal, quando seu companheiro está em Corumbá, eles fazem compras de carne na Bolívia, na cidade de Puerto Quijarro, onde a carne bovina é mais barata quando comparada com a praticada em Corumbá. Segundo a P., a carne bovina está mais em conta em Puerto Quijarro.

Quando o pastor não está em Corumbá, ela faz compras nos mercados locais. Quanto às frutas, legumes e hortaliças, também dão preferência para compras em mercados, pois são mais próximas que as feiras livres, segundo a entrevistada. A importância do benefício está em complementar a renda que o casal possui com o trabalho de missionário ou com a venda de sabão líquido, além da renda com promoções ou venda de brechós que a igreja realiza. Para ela, se torna importante essa ajuda, quando seu companheiro está em missão e o Bolsa Família acaba complementando a renda e ajudando os filhos a se manterem na escola, com material escolar, roupas e calçados.

Também entrevistamos uma beneficiária do BF que aqui chamaremos de C., que mora no Bairro Nova Corumbá. Ela tem ensino fundamental incompleto, mora em uma casa no terreno do domicílio dos sogros, que é denominado como habitação multifamiliar. Além da sua família e dos pais de seu companheiro, moram a família de mais uma irmã de seu esposo, um total de três famílias que dividem um terreno de 12x40 metros. A renda familiar vem do trabalho que o esposo faz de ajudante de pedreiro, quando ele consegue esse “bico” em alguma obra em Corumbá, e das faxinas que ela realiza durante a semana cobrando uma diária no valor de 80 reais.

A família de C. é composta por ela, seu esposo e mais dois filhos, um de 8 anos e outro de 13 anos, que já estão em idade escolar. Ela recebe o benefício do BF há aproximadamente 9 anos no valor de 310 reais. O uso do benefício ocorre para atender as crianças na compra de roupas ou material escolar e algum alimento que as crianças necessitem. A importância desse benefício, segundo C., é que nem sempre seu marido ou mesmo ela consegue emprego no mês. Esse valor que eles recebem, mesmo sendo pouco, é a certeza de que não faltará o básico para a sua família. Suas compras são feitas de forma semanal, pois, como não há um rendimento fixo, não conseguem fazer compras mensais. Conforme eles conseguem algum dinheiro na semana, efetuam a compra dos produtos de que a família necessita. Os locais que ela mais frequenta são as feiras livres do seu bairro para a compra de verduras, frutas e hortaliças e o mercadinho do bairro para a compra de arroz, feijão e óleo. As roupas são compradas nos brechós que existem no bairro e em bazares realizados na igreja evangélica da qual ela participa. No caso de itens específicos, que não são encontrados nesses brechós, como um chinelo, tênis ou calça jeans, ela vai nas lojas de roupa do seu bairro ou vai nas lojas da parte central de Corumbá.

Para C., é sempre melhor fazer compra em comércios próximos a sua casa, pois ela não precisa pagar passagem de ônibus, que em 2019 era de R\$ 3,70. Segundo C., com

o valor de ida e volta que seria R\$7,40, ela consegue comprar leite e pão para as suas crianças. Com isso ela faz as compras assim que recebe o valor da diária de uma faxina. Ela já passa no comércio e compra o que precisa para aquela semana. Para C., o que é mais difícil de se fazer é a compra da carne.

De forma geral, ela dá preferência para o frango inteiro, que é mais barato. Compra, corta o frango em pedaços e divide as partes para serem feitas durante a semana. Outra preferência, por seu valor mais em conta, são as linguiças, que para ela são sempre mais em conta que a carne bovina. Somente quando ela e seu esposo conseguem trabalhar e recebem na mesma semana, conseguem comprar carne bovina, dando predileção para cortes de segunda, ou mesmo osso que deixam encomendado de um dia para o outro, pois outras famílias também fazem a compra dos ossos. Se não fazem a encomenda, não conseguem comprar. A compra da carne bovina, para C., é uma tentativa de variar o cardápio, já que, segundo ela, comer carne de frango todos os dias enjoa. Ela deixa para comer carne de gado nos finais de semana, quando eles conseguem uma renda a mais em razão de alguma faxina que apareça ou mesmo da semana paga a seu marido em alguma obra em que ele tenha trabalhado, pois ajudantes de pedreiro, de forma geral, recebem de forma semanal e aos sábados.

Em outra entrevista, uma beneficiária que mora no bairro Alta Floresta II, em Ladário, e que aqui será chamada de E., revela que possui o ensino fundamental incompleto, sua família é composta por ela, três filhos mais seu companheiro. Eles moram com seus pais, porém em casas separadas, no mesmo terreno (habitação multifamiliar). Seu companheiro trabalhava em uma empresa de limpeza urbana que perdeu o contrato, razão pela qual ele estava desempregado no momento da entrevista. Ele fazia diárias, como limpeza de terrenos, ajudante de pedreiro ou qualquer serviço para o qual ele fosse chamado. A renda da família vem dessas diárias, de eventual emprego temporário que seu companheiro realize e dos trabalhos que a E. faz de manicure e pedicure, atendendo em casa, ou como ela disse ser o mais comum, ou na casa das clientes, com sua bicicleta sendo usada como transporte. O uso do benefício ocorre na compra de frutas, verduras, hortaliças e outros alimentos para sua casa. Essas compras são efetuadas nos comércios próximos e feiras livres.

Segundo E., é difícil eles irem nos supermercados, que de forma geral ficam em Corumbá-MS, por causa do transporte público que é “muito caro”. A empresa que faz a linha Corumbá até Ladário em 2020 cobrava uma tarifa de R\$4,40. Segundo E., seriam

necessários pelo menos ela e o esposo para fazer as compras que sairiam por R\$17,6 reais mais a taxa de entrega, que sairia por R\$7 reais. Seriam praticamente R\$25 reais, o que poderia ser muito bem aproveitado nas feiras locais, comprando frutas e verduras para seus filhos. Como ocorre uma demora de 40 minutos de intervalo entre os ônibus, a compra é feita localmente.

Essas compras são efetuadas nos comércios do bairro ou em algum mercado que seja possível a sua ida de bicicleta ou mesmo em algum local aonde seu companheiro possa ir para ajudá-la a trazer as compras para casa. Com isso, as compras ocorrem próximas a sua residência, pois com isso ela consegue economizar na passagem de ônibus. Para E., a importância do BF está em ser seu “porto seguro”, pois já chegou a ser sua única renda no mês. Existem períodos que nem seu companheiro consegue empregos temporários nem ela consegue fazer algum serviço de manicure e pedicure. Com isso, ela só pode contar com a ajuda dos seus pais, que recebem uma aposentadoria, e com o Bolsa Família para não passar fome naquele mês.

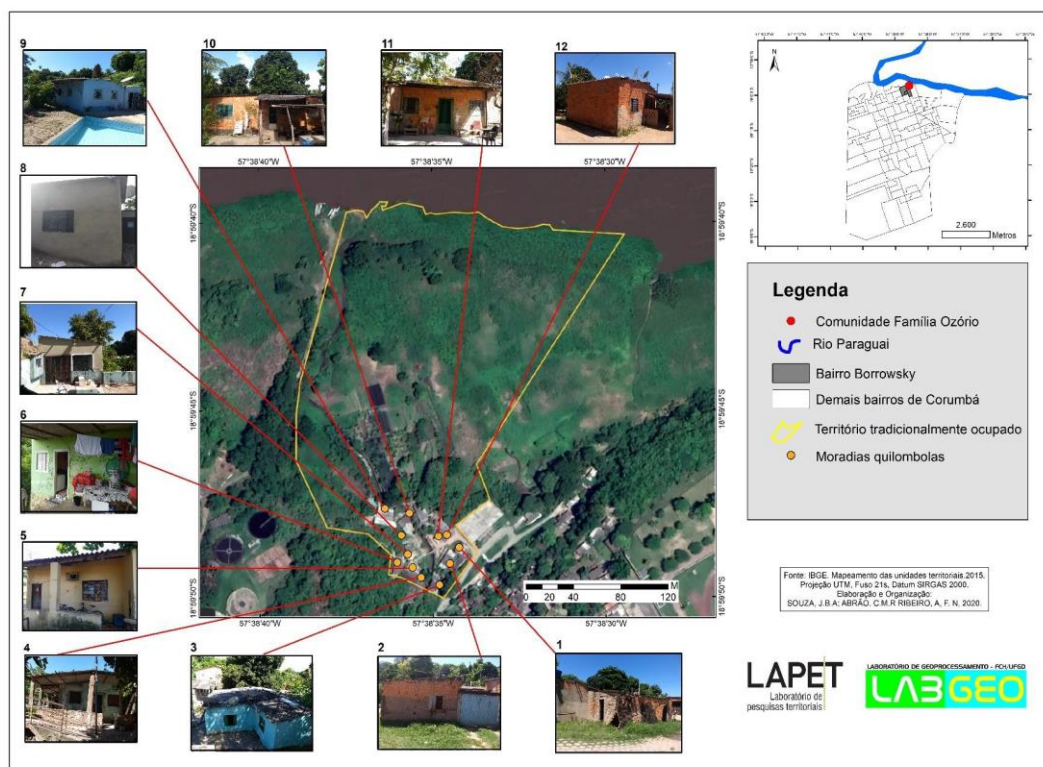
A principal dificuldade para sua família, assim como também descrito por C., é a compra de proteína animal. Segundo ela, o que mais eles consomem é a carne de frango, ovos ou, quando seus pais contribuem, algum “pedaço de carne”. Em meses mais complicados, seu marido acorda antes das cinco horas da manhã e sai em direção ao rio Paraguai para pescar e tentar trazer algum peixe para sua família. Em outros momentos, ele vai até o matagal perto, pois esse bairro se situa na região periférica de Ladário, para tentar caçar algum animal. Segundo a entrevistada, ele já conseguiu voltar com “tatu galinha”, uma espécie de tatu comum na região, lagarto ou algum animal de porte pequeno cuja carne seja comestível.

A importância do Bolsa Família está em manter a compra de algum alimento nos períodos em que não se consegue trabalho. Seu uso está na compra de alimentos e material escolar para manter as crianças na escola municipal na qual estudam em Ladário. Segundo E., a escola não faz entrega de kit de material escolar para as crianças no início do ano letivo, com isso ela faz as compras desse material. Outro uso do benefício é na compra de roupas para as crianças poderem ir para a escola.

Em entrevistas realizadas com beneficiários que residem em uma comunidade quilombola da cidade de Corumbá, no bairro Borrowiski, observamos que a renda dessa comunidade vem ao longo do tempo da pesca, para a qual possuem um barco, e da agricultura de subsistência (SOUZA, 2021).

Segundo Souza (2021), as mulheres continuam a fazer as atividades ligadas à pesca, enquanto os homens buscam trabalho fora da comunidade como diaristas ou continuam em atividades ligadas ao rio, porém prestando serviços a embarcações turísticas. Outros trabalham em empresas locais de mineração. De acordo com Souza (2021), a possível data de chegada da família que deu origem à comunidade quilombola que se localiza na beira do rio Paraguai, no bairro Maria Leite, foi o ano de 1981. Essa área no início foi resultado de uma ocupação com uma posterior doação por parte do prefeito da época (Ver Figura 42).

Figura 42 - localização da Comunidade Quilombola Família Osório



Fonte: Souza, 2021.

Em entrevista com uma beneficiária que aqui será chamada N., moradora na comunidade Família Osório, ela possui ensino médio completo e recebia Bolsa Família no valor de 340,00 reais que ajuda na compra de material escolar e alimentos para seus dois filhos. Essa comunidade quilombola tem como sua principal atividade a pesca e a agricultura de subsistência, sendo vendido o excedente para os moradores dos bairros mais próximos. A principal renda vem da pesca, renda essa usada para manter as crianças na escola que se localiza dentro do bairro Maria Leite. Esse benefício do PBF é recebido

por nove meses e no período da piracema ele não é pago, passando a família a receber o Seguro Defeso, pois de acordo com as normas do Governo Federal não é possível acumular os dois benefícios. Nesse período em que não podem trabalhar na pesca ou com turismo de pesca, buscam fazer outras atividades para manter seu sustento. Segundo N., com as atividades ligadas à pesca, mais a venda de hortaliças e outro “bicos” que ela e seu esposo realizam, eles conseguem tirar uma renda superior a um salário-mínimo mensal. Na piracema isso não ocorre e eles sentem falta do recebimento do BF, pois é comum ocorrerem atrasos no pagamento do Seguro Defeso por erros no cadastro junto à associação de pescadores ou mesmo falhas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Quanto ao uso do Bolsa Família, segundo N. é utilizado no início do ano letivo para a compra de material escolar quando a escola não fornece, e com a compra de produtos que não são produzidos dentro da comunidade como arroz, óleo, biscoito e frutas. Quando necessário, o uso do recurso é relacionado a saúde com a compra de algum medicamento. As compras são feitas em mercados próximos, pois a comunidade se localiza em um local de difícil acesso, em um terreno acidentado. Com isso, as compras são feitas semanalmente por ela ou por um de seus filhos.

As hortas que a comunidade Família Osório cultiva são para consumo próprio e para vendas. De acordo com Souza (2021), parte dessa produção é vendida para os comerciantes bolivianos que podem ofertá-las tanto nas feiras livres como em seus estabelecimentos comerciais que existem nos bairros de Corumbá e Ladário. Esse cultivo de hortaliças, em especial o agrião, sofre influência dos regimes de cheias e secas pelas quais o Pantanal passa todos os anos. No período de seca, a área plantada aumenta e no período da cheia, com o avanço das águas, essa área diminui.

Esse modo de consumo se altera quando os beneficiários residem fora da área urbana e moram na zona rural. Essa localização modifica seu acesso a produtos. Com o intuito de se conhecer essa dinâmica, foi realizada outra entrevista com o fim de entender como ocorre o consumo das famílias que moram nos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário. A entrevistas aconteceu por ocasião das reuniões do PBF no Assentamento 72 em Ladário e das reuniões no CRAS do CÉU que atendiam os assentamentos rurais de Corumbá.

Existe uma diferença em relação ao acesso aos assentamentos até a cidade. Enquanto Ladário não possui ônibus que atenda o único assentamento que existe no município, em Corumbá os oito assentamentos são atendidos pela empresa que faz

transporte público no município. Isso implica na forma como essas famílias têm acesso aos serviços que a cidade oferece.

Nos assentamentos de Corumbá, foram entrevistadas duas mulheres. Uma do Assentamento Taquaral, que aqui será chamada de M1, e outra do assentamento Paiolzinho, que aqui será chamada de M2. Ambas recebem Bolsa Família com o valor de 430 e 370 reais, respectivamente, e moram nos assentamentos há mais de oito anos.

A família da M1, a qual tem o ensino fundamental completo, é composta por ela, quatro filhos, o esposo e a sogra. Eles moram juntos. A principal atividade que eles exercem é a criação de gado para a produção de leite e queijo para posteriormente serem vendidos na cidade de Corumbá. Essa família possui uma horta para consumo próprio e possuem plantações de mandioca, abóbora, quiabo e melancia. Quando a produção de alguns desses produtos aumenta, eles fazem a colheita e levam para ser oferecidos junto ao leite e ao queijo. Os principais consumidores do leite que eles produzem são as padarias de Corumbá. Já os queijos, eles fazem entregas para famílias ou mesmo para padarias que fazem uso para a produção de pães e salgados.

Os três filhos que já estão em idade de frequentar a escola estão matriculados na escola Monte Azul, localizada dentro do Assentamento Taquaral. Todos cursam o ensino fundamental. O uso do Bolsa Família ocorre na compra de mantimentos ou material escolar, pois a produção dessa família está ligada à sazonalidade das chuvas que acontecem no Pantanal. A produção de leite diminui no período da seca que em Corumbá vai de maio até setembro, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse período de seca é compensado pelo aumento na produção da horta, que mesmo não sendo o foco da produção dessa unidade familiar, acaba por dar um auxílio financeiro nesse período.

Por possuírem um veículo próprio, com o qual fazem as entregas de leite e queijo, as compras são feitas no retorno para o assentamento, em algum supermercado ou mesmo atacado que exista nesse caminho. Uma diferença que existe no consumo dessa família oriunda de assentamento quando comparada aos beneficiados do Bolsa Família e do Vale Renda que moram na cidade é o gasto menor com proteína animal por possuírem criação de galinhas, galinha-d'angola e outros tipos de aves. Quando necessitam de proteína animal, a família consome os ovos ou fazem o consumo da carne do frango ou de outra ave. A compra da carne bovina ocorre dentro do próprio assentamento, onde os preços oferecidos são menores quando comparados aos que são oferecidos na cidade. Isso ocorre



com outros animais como porcos, carneiros e cabritos. Segundo M1, quando um assentado vai “carnear” um novilho, leitão ou outro animal, ele avisa seus vizinhos, e essa informação corre de “boca em boca”, como relatou a entrevistada, já que o sinal de celular dentro do assentamento não é “bom”. Com isso, quem deseja comprar vai até a pessoa que irá carnear com pelo menos um dia de antecedência e deixa encomendado qual carne ela deseja e quantos quilos ela quer. O que se nota é o uso do BF no comércio que fica entre sua residência no Assentamento 72 e os locais de se fazer entrega dos produtos que eles produzem e vendem.

Já M2 mora no assentamento Tamarineiro I. Sua família é composta por ela, o esposo e mais quatro filhos. A principal renda da sua casa vem da produção de hortaliças, verduras, mandioca, abóbora e leite que ela vende em Corumbá-MS. Dois dos seus filhos estudam dentro do assentamento e dois em idade de cursar o ensino médio estudam em uma escola que fica na parte urbana de Corumbá, na Escola Estadual Nathercia Pompeo dos Santos, onde os filhos de M2 fazem uso do ônibus escolar. Os dois que estudam no ensino médio fazem uso de transporte escolar e há momentos que são levados pelos pais em carro particular quando eles precisam levar as encomendas ou quando precisam fazer alguma atividade e precisam chegar mais cedo à escola.

O tempo de percurso varia de 40 a 70 minutos no ônibus escolar e de 25 até 30 minutos no veículo próprio. O uso do benefício do BF por parte da família da M2 ocorre na área urbana de Corumbá. Seu uso principal é na compra de mantimentos que eles não produzem dentro da sua parcela de terra e em roupas para os quatro filhos, já que para M2 eles “perdem roupa muito rápido por estarem crescendo”.

As roupas são compradas nas feiras livres de Corumbá, principalmente as roupas de frio, ou nas lojas que ficam localizadas na parte alta cidade, como são conhecidos os bairros periféricos de Corumbá.

A família possui uma pequena barraca que fica no bairro Nova Corumbá, em frente à casa da tia da entrevistada. Nessa barraca, ela vende os produtos produzidos em sua parcela como hortaliças, legumes, mandioca, abóbora, quiabo, maxixe, leite e algumas frutas e, dependendo da época, limão, melancia e limão. Essas vendas são feitas de terça feira a domingo, deixando-se a segunda feira para o descanso. Essa barraca se localiza próxima a um supermercado para aproveitar o fluxo de pessoas que vão até esse comércio e acabam comprando esses produtos na banca da M2., complementando as compras feitas no supermercado, como demonstrado na Figura 43.

Figura 43 - Barraca da M. localizada próxima a um supermercado em Corumbá-MS



Fonte: Arquivo pessoal 2020.

Para M2 e sua família, a importância do benefício é maior no período das chuvas, quando a produção da sua horta diminui. Essa baixa na produção é compensada pelo aumento na produção de leite, que é vendido em Corumbá. O Bolsa Família é uma segurança, pois sempre se terá uma renda em momento de baixa produção ou mesmo na ocorrência de algum sinistro dentro de sua parcela.

Assim como a família da M2, a família da M1 não tem as mesmas preocupações que os beneficiários que recebem BF ou VR da área urbana de Corumbá e Ladário quanto à compra da proteína animal, por terem criação própria como galinhas, patos, gado leiteiro e terem a facilidade de comprar carne bovina, que é oferecida de forma mais barata quando comparada às oferecidas na cidade de Corumbá, dentro do próprio assentamento rural.

Nessas entrevistas que realizamos, nota-se que o acesso dessas pessoas ao Bolsa Família e ao Vale Renda propicia certa autonomia, possibilitando que algumas dessas mulheres possam desenvolver atividades remuneradas ou mesmo oferecer produtos e obter uma renda a mais, sendo usada pela família para o seu sustento.

Como apresentado pelo IPEA (2019), as mulheres representam cerca de 92% das famílias que recebiam o benefício. Isso implica em uma autonomia econômica além da relacionada a saúde, como já mencionado anteriormente, com o aumento das consultas para a realização do pré-natal, umas das contrapartidas exigidas por ambos os programas.

Corumbá possui uma especificidade que é a de se localizar no bioma Pantanal. Como forma de se entender como o PBF repercute nesses locais, foram feitas entrevistas



da escola. Alguns alunos levam até seis horas de barco para chegar ao local. Dependendo da distância entre a escola e a casa do aluno, o período de estadia nas escolas pode variar: voltar para a casa nos finais de semana, em períodos quinzenais ou mais tempo dependendo dessa dinâmica dos ciclos de secas e cheias e da distância percorrida entre casa e escola.

Figura 45 - Mosaico apresentando as edificações das extensões escolares das Escolas das Águas



Fonte: Acervo da E.M.R.P. Porto Esperança.

Os filhos das entrevistadas frequentavam essas escolas, que são conhecidas como Escolas das Águas. De acordo com Zerlot (2014), esse nome destina-se a diferenciar as escolas localizadas na cidade ou mesmo nos assentamentos das que recebem o nome de Escolas da Terra. As Escolas das Águas são localizadas no Pantanal, que são terras mais baixas, e possuem uma estrutura curricular própria, como demonstrado na Figura 46.

Segundo Zerlotti (2014), o currículo das Escolas das Águas foi construído como forma de fazer com que o aluno compreenda, de forma crítica, a realidade. As atividades produzem conhecimento usando como base o meio onde os/as estudantes vivem, nesse caso o bioma Pantanal.

Figura 46 - Escolas das Águas localizadas no bioma Pantanal



Fonte: Escola Polo São Lourenço no período de cheia.  
Foto: Patrícia Zerlotti, Alunos da unidade do Paraguai Mirim, Arquivo Escolas das Águas ||

Segundo Zelotti (2014), os professores que trabalham nas Escolas das Águas acabam por residir nessas instituições, já que, pela distância, não seria viável ida e volta diária para suas residências. Eles acabam morando no local de trabalho, com exceção dos que são oriundos dessas comunidades ribeirinhas. Os professores que residem nas cidades de Corumbá e Ladário a cada final de bimestre retornam e ficam por um período de sete ou quinze dias em suas residências planejando aulas, finalizando diários ou mesmo realizando cursos dirigidos para o ambiente onde trabalham (ZELOTTI, 2014).

Os alunos fazem o percurso de casa para a escola em barcos fornecidos pelo Governo Federal, o que facilita esse percurso, como demonstrado na Figura 47.

Figura 47 - Barco usado para o transporte escolar no Pantanal



Fonte: Escola Polo São Lourenço no período de cheia.  
Foto: Patrícia Zerlotti, Alunos da unidade do Paraguai Mirim, Arquivo Escolas das Águas ||

As entrevistadas tiram sua renda da pesca e venda dos peixes, coleta de iscas e venda para as embarcações de turistas ou empresas e hotéis pesqueiros que trabalham com a atividade do turismo. Parte dos produtos excedentes são comercializados em Corumbá e Ladário. Uma das entrevistadas tem um pequeno comércio em sua casa, onde vende bebidas, doces e mantimentos.

Essa entrevistada, que aqui chamaremos de V., possui ensino fundamental incompleto e mora na comunidade do Paiaguás. Sua família é composta por nove filhos, dos quais os três filhos mais velhos moram nas cidades de Corumbá e Ladário. Dois deles são casados e o outro veio para a cidade para terminar seus estudos e trabalhar. O restante continua morando na comunidade pantaneira. Essa família possui uma criança portadora de necessidades especiais, o que demanda por parte dos pais um cuidado maior.

Periodicamente, a mãe vem até a cidade para fazer exames de rotina com seu filho que é portador de necessidades especiais. Dependendo do período do ano, ela vem de barco no período de cheia do rio Paraguai; e nos períodos de seca, quando alguns canais que desaguam no rio principal, nesse caso o Paraguai, estão secos, ela dá a preferência por vir de caminhonete ou mesmo em uma “kombi” que pertence a um conhecido da comunidade.

Segundo V., existe a necessidade de um veículo tracionado para resistir aos areeiros que se formam no período de seca, já que com a areia é mais fácil ocorrer o atolamento, em comparação com a lama. Nessas viagens necessárias para consultas, ela faz uso do benefício do Bolsa família, além do que é conseguido com a venda de mandioca, abóboras, laranjas e outros produtos.

A entrevistada realiza compras nos supermercados localizados em Corumbá. Quando a viagem de volta é feita por lancha ou barco, são dois dias para vir para Corumbá e dois para retornar. As compras são efetuadas e com o pagamento de uma taxa para o supermercado essas compras são entregues diretamente no barco, onde a entrevistada fica aguardando a chegada dos produtos para poder voltar à comunidade ribeirinha em que reside. Quando não é possível a vinda da entrevistada até a cidade, os filhos ficam com o cartão do benefício e realizam as compras e enviam pagamento de uma taxa ao “piloteiro”, como são chamadas localmente as pessoas que guiam as embarcações.

No período de secas, quando V. não consegue vir até a cidade, um dos filhos leva os mantimentos e produtos que serão revendidos por ela em seu comércio. Segundo a

entrevistada, os produtos que mais são vendidos em sua “venda” são os destinados ao público infantil, como doces, biscoitos, refrigerantes, geladinhos, salgadinhos, além de mantimentos como açúcar, trigo, arroz etc. A entrevistada foi contemplada desde 2018 com o Programa Ilumina Pantanal e recebeu a instalação de placas solares que permitiram a ela ter acesso a energia elétrica. Com isso, conseguiu comprar eletrodomésticos como geladeira, aparelho de televisão e um *freezer* (Figura 48). Com isso, ela consegue comprar produtos nos supermercados de Corumbá e fazer sua revenda dentro da comunidade Paiaguás, onde consegue conservar alguns produtos graças à energia elétrica. Além de poder oferecer outros produtos como refrigerantes, sorvetes caseiros, geladinho e, com isso, ter um retorno financeiro.

Segundo V., por ter um filho portador de necessidades especiais ela fica mais em casa, enquanto seu companheiro realiza trabalhos dentro do sítio, além de, quando necessário, fazer trabalhos nas fazendas como peão quando encontra esse tipo de trabalho disponível.

Figura 48 - Programa Ilumina Pantanal



Fonte: TV Brasil, 04/03/2021.

A instalação das placas solares trouxe mais conforto para a família da entrevistada, pois conseguiram construir um poço artesiano e a água pôde ser transportada para uma caixa d'água com a ajuda de uma bomba elétrica. Além disso, pode-se fazer o uso de outros eletrodomésticos, com destaque para a geladeira e o *freezer*, que possibilitam guardar a proteína animal de forma segura e mais prolongada, já que antes eles salgavam toda a proteína que não consumiam de forma imediata para poder fazer seu consumo em

outro período, além de ser útil para viabilizar o comércio dentro da comunidade de Paiáguas.

Já em outra comunidade, a de Porto Índio, mais distante da cidade de Corumbá quando comparada à comunidade Paiáguas, mora, há aproximadamente nove anos, a entrevistada que aqui chamaremos de R. Sua família é composta por ela, o esposo e seis filhos. Ela recebe o benefício do bolsa família aproximadamente há cinco anos no valor de 470 reais. Sua principal renda vem da pesca e da coleta de iscas. O uso principal do benefício é para compras nos supermercados da cidade de Corumbá. A família segue a mesma forma de realizar compras, por meio das lanchas que fazem viagem periódicas pelo rio Paraguai e demais rios. Alguém da família vem até a cidade, combina entrega com o supermercado e a entrega é feita na lancha em que será feito o retorno para sua comunidade. Essas viagens duram dois dias para chegar até Corumbá, dois dias para retornar e um dia na cidade para realizar as compras, somando um total de cinco dias.

O que se observou é que no Pantanal existem outras formas de se conseguir determinado produto ou mesmo serviço, um elemento utilizado sendo a “permuta”. De acordo com R., em sua comunidade o uso da permuta é mais comum que o uso do dinheiro. Segunda ela, para essas comunidades que fazem uso de lanchas e canoas para se locomoverem, por vezes o combustível é mais importante que o dinheiro em si. As trocas se tornam uma atividade comum, pois não adianta se ter dinheiro em um lugar que praticamente não tem mercado.

Em Porto Índio existe um destacamento militar do Exército Brasileiro que tem como função ocupar essa região de fronteira marcando sua presença como forma de símbolo de proteção territorial. Esse destacamento tem o nome de Pelotão Especial de Fronteira (PEF), como na Figura 49, subordinado ao 17º Batalhão de Fronteira localizada na cidade de Corumbá-MS.



Figura 49 - Destacamento militar de Porto Índio



Fonte: Jornal a Crítica, Foto: março de 2018.

Nesse destacamento moram, aproximadamente, 30 famílias de militares, que ficam por um determinado período e depois são enviadas a outros lugares. De acordo com a entrevistada, existe uma relação entre a comunidade ribeirinha local e esse destacamento.

É muito comum a troca de alimentos entre essas famílias de militares e as famílias da comunidade ribeirinha. Um exemplo dado foi a troca de pescado em troca de mantimentos como arroz e açúcar. Ou mesmo a realização de uma faxina na casa desses militares em troca de algum alimento ou mesmo combustível. Para esses ribeirinhos, prestar serviços em troca de dinheiro não seria prático, pois a distância entre essa comunidade e a cidade de Corumbá-MS é de aproximadamente 270 quilômetros. Esses militares recebem de forma mensal mantimentos enviados pelo batalhão corumbaense para abastecer suas famílias. E esses produtos são usados nas permutas com as comunidades ribeirinhas, algumas delas indígenas.

Essas trocas ocorrem também junto aos turistas. Pescados e iscas para a realização da atividade da pesca são dados em troca de combustível e produtos, sendo os mais desejados açúcar, arroz e produtos de higiene pessoal, além de sabão e produtos de limpeza.

Esse destacamento presta serviços, em especial relacionados à saúde, tanto a comunidades ribeirinhas, quanto a índios Guatós que vivem nessa região, além de turistas.

O que se observou nessa comunidade, em especial, segundo relatos da entrevistada, é o uso do benefício para a compra de mantimentos nos supermercados de

Corumbá. Posteriormente a isso, na comunidade ocorre a permuta de mercadorias ou em troca de serviços. Os ribeirinhos tendem a oferecer pescados e iscas, além de temperos como cheiro verde e produtos cultivados por essas famílias, como mandioca, abóbora, limão e outro produtos que se tornam passíveis de troca.

Essas dinâmicas mudam de acordo com o lugar e forma como essa comunidade se relaciona com o bioma Pantanal. Essas trocas ocorrem de forma mais intensa nessa região do Porto Índio, pela presença de um destacamento militar, de comunidade ribeirinha e dos índios Guatós que ali residem, além da presença constante de turistas para praticar a pesca, pois o lugar é um importante estoque pesqueiro da região.

Em outras comunidades é possível perceber as peculiaridades que essa relação do sujeito com seu meio provoca. Em entrevistas com duas mulheres que moram na comunidade do Porto Morrinho, que se localiza aproximadamente a 94 quilômetros de Corumbá, trata-se de uma comunidade de pescadores que localmente é conhecido como Morrinho. É um local frequentado por turistas e existem alguns hotéis e bares localizados nessa região.

As duas entrevistadas são irmãs, porém moram em casas separadas com suas famílias em um conjunto de casas em formato de vilarejo. Possuem ensino fundamental incompleto e os filhos estudam na escola municipal rural Polo Carlos Carcano, que se localiza no Assentamento Urucum.

Essas mulheres, assim como as demais entrevistadas que aqui serão chamadas de B. e R., recebem o benefício do Bolsa Família, com valores de 620 e 530 reais, respectivamente. A entrevistada B. possui uma família composta por cinco filhos mais o companheiro. A família de R. é formada por três crianças mais seu companheiro. A principal atividade exercida por ambas as famílias é a pesca, coleta de iscas e guia de turismo.

As famílias possuem quatro barcos pequenos com motor e no período de pesca realizam o trabalho de guia de pesca. Por conhecerem muito bem o Rio Paraguai e seus canais e lagoas, conseguem levar os turistas que vão até o Porto Morrinho aos locais de estoque de peixe.

De forma geral, os turistas levam seu material de pesca e alugam seu barco junto aos hotéis locais e/ou alugam com algum desses moradores. Esses guias cobram uma diária em torno de 90 reais. As mulheres ficam responsáveis por cuidar das crianças e fazer a coleta de iscas e vendê-las para os hotéis, pousadas e barcos-hotéis.

Essa comunidade está próxima à BR 262, que faz a ligação entre Corumbá e Campo Grande. A localização desse vilarejo é próxima à ponte sobre o Rio Paraguai, o que permite a essas famílias irem de forma mais frequente à cidade de Corumbá. Segundo R. e B., o principal uso do BF é para a compra de mantimentos para a família. Pelo menos uma vez no mês elas vão até os supermercados de Corumbá para realizar as suas compras. Elas vão por meio de ônibus que faz a linha de Corumbá até Campo Grande e que realiza uma parada próxima à ponte sobre o rio Paraguai. Em alguns casos, pagam a uma pessoa para trazê-las e aguardar enquanto fazem suas compras. A escolha por fazer suas compras em Corumbá ocorre em razão de os preços serem mais baratos quando comparados aos que são oferecidos na comunidade em que moram.

Por se tratar de um lugar voltado para atender turistas, os preços dos produtos podem retornar valores um pouco melhores quando vendidos a turistas. Segundo B. e R., uma garrafa de refrigerante de dois litros custa R\$4,50 no supermercado em Corumbá onde fazem suas compras, enquanto no comércio da comunidade pode chegar a R\$9 ou mesmo R\$ 10. Esse exemplo ocorre com os demais produtos de que fazem uso no seu dia a dia.

O local onde moram influenciam na forma de consumo das famílias dos beneficiados do Bolsa Família e do Vale Renda. Beneficiários dos programas que se localizam próximos às áreas centrais tendem a ir aos supermercados que se localizam na parte central de Corumbá. Já para os que moram nos bairros periféricos, a principal dificuldade é o transporte público, que custa caro para essas pessoas, além de apresentarem horários inconstantes, o que torna mais viável economicamente comprar no comércio e nas feiras livres dentro ou próximas de seu bairro.

As famílias de beneficiados que moram nos assentamentos de Corumbá e Ladário tendem a comprar nos supermercados produtos que não são produzidos em suas parcelas. Diferentemente dos que moram na cidade, não têm problemas relacionados a compras de proteína animal por produzirem ou conseguirem-na de forma mais barata dentro do assentamento.

Já os que moram em comunidades mais distantes têm uma forma diferente de uso do benefício. Esse uso é influenciado pelos períodos de secas e cheias, com compras que podem ser realizadas mensalmente ou bimestralmente, dependendo da distância em relação à cidade de Corumbá. Além disso, também desenvolvem outras formas de relação

comercial, como o uso da troca de mercadorias por outras mercadorias em detrimento do uso do dinheiro.

## 2.8 O perfil dos beneficiários

Como forma de se entender essa dinâmica de consumo por parte das famílias que recebem esse benefício nos municípios de Corumbá e Ladário foram realizadas entrevistas com 233 famílias durante as reuniões que ocorrem de forma mensal em Corumbá e em Ladário, sem uma periodicidade definida no ano de 2019. Essas reuniões ocorrem nos CRAS das duas cidades, sempre com a presença do coordenador e gestores do Programa Bolsa Família, como demonstrado na Figura 50.

Figura 50 - Reunião do Bolsa Família no CRAS Ladário - MS



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2019.

Em todas as reuniões é salientada a importância de se manter o cadastro junto ao CadÚnico atualizado, a pesagem das crianças que fazem parte do grupo de controle e a assiduidade das crianças na escola. Caso essas condicionalidades não estejam sendo cumpridas, as famílias podem ser bloqueadas ou mesmo desligadas do Programa Bolsa Família.

Durante as reuniões que ocorrem nas cidades de Corumbá e Ladário, no CRAS, foram feitas entrevistas com o objetivo de entender como se dá o consumo dessas famílias. Foram entrevistadas pessoas buscando-se selecionar cinco pessoas por bairro em ambas as cidades. Desse total de entrevistas feitas, 97,5% eram de mulheres e 2,5% eram homens, com 80% recebendo esse benefício há mais de um ano, com uma média de valor recebido entre os entrevistados de 190,00 reais.

Dentre os que recebem o benefício, 100% preferem fazer o saque integral do valor nas casas lotéricas. Não fazem uso da função débito. No caso dos beneficiários que residem em Ladário, fazem o saque na única casa lotérica que há na cidade e que fica na parte central. Em Corumbá, os saques do benefício são feitos também preferencialmente pelos entrevistados nas casas lotéricas distribuídas por toda a cidade, como apontado no Quadro 7.

Quadro 7 - Canais de pagamento para o Bolsa família no município de Corumbá

Quantidade de canais de pagamentos do benefício do PBF por tipo	
Agência	1
Lotéricas	7
Caixa Aqui	1
Pontos de atendimento bancário (PBA)	0

Fonte: SENARC, julho de 2019.

Em relação a moradia, 43,75% dos entrevistados moram em casa própria, 15% em casa alugada e 41,25% moram em casa cedida. De acordo com os entrevistados, as casas cedidas são moradias doadas para a família viver sem pagar qualquer valor. De forma geral, essas casas são de familiares ou amigos e, por vezes, essas moradias cedidas se localizam dentro do terreno da casa de um familiar.

No sistema do cadastro único, esse tipo de moradia é conhecido como multifamiliar, onde se tem mais de uma moradia e núcleo familiar residindo. De forma geral, são os locais onde mais ocorrem pedidos de fiscalização por parte do sistema federal por suspeitas de recebimento de benefício de forma irregular. A dificuldade de se regularizar essa forma de residência é o valor do processo, pois entre documentação, projeto assinado por um arquiteto e outros custos essa regularização chegaria a custar entre 4 e 6 mil reais, dependendo do tamanho do terreno e das construções que existem no lugar. Esse valor é inacessível para o público do Bolsa Família.

No que diz respeito à realização de trabalho autônomo, 96,25% realizam algum tipo de atividade remunerada. Dentre as atividades citadas, destacam-se o serviço de diarista, a fabricação e venda de desinfetante e produtos de limpeza caseiros, a pesca, o artesanato, bem como a venda de lanches, doces, salgados, bolos e pães caseiros, como demonstrado na Figura 51. Os outros 3,75% que não realizam uma atividade remunerada

não o fazem por questões relacionadas a saúde ou por cuidarem de pessoas que possuem necessidades especiais.

Figura 51 - CORUMBÁ - Pães caseiros feitos por uma beneficiária do Bolsa Família como forma de complementar a renda familiar



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2019.

Para 97,75% dos entrevistados, o benefício pago pelo Bolsa Família já chegou a ser a única renda familiar do mês em algum período enquanto recebiam esse benefício. Já 2,25% possuem algum tipo de benefício permanente, como pensão por morte ou outro.

Segundo os entrevistados, a importância do valor pago pelo PBF para as famílias está em garantir a compra de alimentos para as crianças e de material escolar, pois em vários casos a escola demora a repassar esse material aos alunos. Utiliza-se o benefício também para a compra de remédios, pois mesmo fazendo uso do serviço de saúde pública as famílias nem sempre encontram na farmácia municipal a medicação receitada pelo médico.

Quanto à compra de alimentos, 91,25% dos entrevistados dão preferência para a compra em algum estabelecimento próximo a sua residência, mercadinhos e feiras livres

sendo os mais citados. O motivo para essa escolha é o preço da passagem de ônibus. Segundo uma entrevistada, com o valor que ela pagaria para ir de Ladário para Corumbá, 8,00 reais ida e volta, ela poderia comprar leite e pão para seus filhos por alguns dias.

Os 8,75% que fazem suas compras em supermercados na área central de Corumbá ou Ladário o fazem por possuírem algum tipo de veículo particular (carro ou motocicleta), o que permite percorrer maiores distâncias para efetuar suas compras. Outro lugar citado por 96,75% para fazerem suas compras são as feiras livres, utilizadas preferencialmente para compra de verduras, frutas, legumes e roupas. Já 3,25%, por morarem perto de atacadão, têm preferência por esse tipo de comércio.

Para a compra fazendo o uso do benefício, 96,75% preferem as feiras livres para comprar frutas, legumes e verduras. Já para as compras no comércio dentro do bairro, 92,75% as fazem em estabelecimento comercial mais próximo de casa, pois, segundo os próprios entrevistados, eles não realizam uma compra para durar um mês, geralmente fazendo compras semanais por precisarem fazer com que o valor recebido no PBF perdure por boa parte do mês.

Quanto à compra de vestuário, 67% fazem compras nas feiras livres que ocorrem nos bairros, em brechós ou mesmo de pessoas que vendam roupa por conta própria, como apresentado na Figura 52. Já para 20% dos entrevistados, o vestuário que conseguem chegar até eles por meio de doação, ou em feiras de pechincha realizadas por igrejas ou outra instituição. E 13% fazem compras em lojas da parte central.

Figura 52 - Feira livre e brechó como locais mais citados pelos entrevistados



Fonte: Acervo pessoal 2019.

Quanto à preferência por fazer suas compras em comércio de brasileiro ou de bolivianos, para 96,5% dos entrevistados não há preferência específica, “compram onde

o produto está mais barato”. Já para 3,5%, há preferência por estabelecimento comercial de brasileiro.

Com os dados apresentados, constatamos que a forma de consumo dos beneficiários acaba por ser influenciada pelo local onde residem, pois, dado o valor do transporte público, preferem usar o dinheiro que seria gasto com a locomoção em alimentos para a família. Com isso, esse benefício acaba por ser usado nas localidades próximas onde moram. E as feiras livres se mostram como uma das principais escolhas em relação a legumes e verduras e, de forma principal, às frutas. Os mercadinhos e mercearias ficam com as demais compras como arroz, feijão açúcar e proteína animal e outros. Para essas famílias, o valor recebido dentro do Programa Bolsa Família e Vale Renda se tornou um porto seguro, já que sua renda vem de serviços temporários e nem sempre conseguem um trabalho para o mês.



### **3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA E SEUS EFEITOS NO COMÉRCIO VAREJISTA NOS MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ E LADÁRIO**

#### **3.1 Os comércios dos Dois Circuitos da Economia Urbana**

Como forma de analisar o espaço urbano e compreender como ocorre a reprodução da desigualdade, Santos (2008 [1979]) descreve a cidade por meio de dois subsistemas: o circuito superior ou “moderno” e o circuito inferior ou marginal. Para Spósito (1999), os circuitos urbanos de Milton Santos são estudos voltados para a compreensão do *espaço humano*, além de ser um estudo de e para os países subdesenvolvidos.

A proposta de Milton Santos é o uso dos dois circuitos como forma mais adequada de se entender a realidade dos países subdesenvolvidos, pois existia uma disparidade nos estudos apresentados na época, nos quais o objeto de estudo era os países ocidentais desenvolvidos. Com isso, o estudo dos dois circuitos se tornou um novo modelo de compreensão dessa nova realidade.

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem ao nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a muitos bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (SANTOS, 1979, p. 15).

Para Santos (2008 [1979]), a localização do indivíduo impacta na sua forma de consumo e acesso a bens e serviços. De forma principal pela presença de um trabalho não especializado e mal remunerado presentes no circuito inferior.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de

dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 1979, p. 29).

Os circuitos superiores são definidos por Santos (2008 [1979]) como tendo capital abundante e por possuírem tecnologia mais avançada na forma de produção, exportação de produtos acabados, estocagem de produtos, burocracia e assalariamento da força de trabalho. O circuito superior tem sua base relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das tecnologias e de poder no capital financeiro. Spósito (1999) acrescenta a essas características apresentadas por Milton Santos a proporção de área ocupada pelos estabelecimentos e sua localização periférica, com isso criando espaço de atuação onde antes não existia interesse.

Outro apontamento feito por Spósito (1999) sobre o circuito superior é que essa modernização acarreta um deslocamento das decisões e dependência sob forma variadas no nível de cidade e isso se exprime pela não integração das atividades. O Estado tem um papel relevante nesse circuito por meio de suas políticas de desenvolvimento, financiando e favorecendo as grandes empresas com incentivos tributários e como fornecedor de infraestrutura.

O circuito superior seria “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2008 [1979] p. 41). Santos (2008 [1979] p.42) define o circuito inferior como atividades com fabricação sem uso de capital intensivo pelo varejo e pelo comércio não moderno de pequena dimensão. Contudo existe uma complementaridade no funcionamento desses dois circuitos, criando-se assim uma interação permanente.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. (SANTOS, 1979, p. 16).

Outra concepção de Spósito (1999) é que o circuito inferior também se caracteriza pela pobreza tanto no campo como na cidade, gerando explorados economicamente e sujeitos marginalizados politicamente. Esse circuito compreende a pequena produção manufatureira, por vezes de forma artesanal, e o pequeno comércio de uma multiplicidade de dimensões reduzidas, trabalhando com pequenas quantidades.

Para Santos (2008 [1979] p.165), com essa estrutura reduzida o controle de custos e lucros é raro e a contabilidade, inexistente, apresentando-se, assim, um sistema de negócios arcaico e caracterizado por uma venda direta.

O problema é encontrar as formas de relações entre os dois circuitos capazes de abrir uma comunicação entre ambos e, ao mesmo tempo, melhorar a situação dos indivíduos atualmente envolvidos no circuito inferior, transformando este último para melhorar sua produtividade. Essa solução deverá provocar uma organização do espaço mais capaz de favorecer a redistribuição dos recursos nacionais, e ao mesmo tempo, uma organização da produção que autorize uma distribuição mais equitativa dos recursos e dos homens no espaço. As duas soluções estão necessariamente interligadas. (SANTOS, 2008 [1979] p. 298)

Para Santos (2008 [1979] p.165), o determinante no circuito superior é o capital, enquanto no inferior o trabalho é fator essencial. Outro elemento apontado por Santos (2008 [1979]) se relaciona ao fato de que enquanto no circuito superior linhas de créditos são abertas como forma de estimular a produção, no circuito inferior o crédito se origina da necessidade de consumo. Como exemplo, Santos (2008) cita o uso de parte do comércio de intermediários, como atacadistas e transportadoras.

De acordo com Silveira (2004), existe um circuito superior marginal, que seria uma interseção entre esses dois circuitos e está próximo do circuito superior pela funcionalidade de seu trabalho, mas se relaciona com o circuito inferior pelo comportamento de seus atores. Com isso, para Silveira (2016), os circuitos se comunicam, no circuito superior e em sua porção marginal, mas também penetram e transformam as dinâmicas do circuito inferior, ampliando sua subordinação e dependência e criando combinações produtivas.

Conhecer esses circuitos urbanos de formas distintas ajuda a entender os componentes estruturais da pobreza. Para Santos (2008), a forma de consumo e mesmo o local onde se reside interferem na maneira como ocorre o acesso às mercadorias e serviços e aqueles que, com as mesmas necessidades, não estão em condições de satisfazê-las.

Com o surgimento de novas tecnologias, essas relações dos circuitos passam por mudanças, como apontado por Cataia e Silva (2013, p.56), para os quais há maior interdependência dos lugares, a incorporação de novas tecnologias no circuito inferior e a ascensão do crédito como elemento fundamental para a expansão do consumo. Porém,

essas novas tecnologias promovem uma nova dominação do setor de crédito financeiro sobre o circuito inferior.

O circuito inferior ganha novo conteúdo quando incorpora algumas tecnologias em suas atividades. Além disso, a expansão do crédito trouxe a ampliação do consumo da população pobre ocasionando um empobrecimento ainda maior das classes populares. A difusão do cartão de crédito, dos financiamentos pessoais e serviços financeiros oferecidos por redes de lojas coexistem com as antigas formas de crédito do circuito inferior como fado, o crediário e mesmo os empréstimos realizados com agiotas. Dessa forma, o circuito superior aprofunda a dominação sobre o circuito inferior por meio das finanças. (CATAIA; SILVA, 2013, p.71).

Para Silveira (2007), o circuito inferior necessita de liquidez, com isso as instituições bancárias e não bancárias passaram a cumprir esse papel. Esse novo modelo de disponibilização de crédito adotado pelo circuito superior visa a obtenção de lucro e uma cativação maior desse público.

Nesse contexto de novas formas de crédito disponibilizados ao circuito inferior, são exemplos as lojas de vestuários, móveis, eletrodomésticos e supermercados que oferecem linha de crédito própria e facilidade para fazer cartões de crédito com vínculo ao estabelecimento. Com isso, Silveira (2009) aponta que a transformação dessas empresas comerciais em financeiras tem como foco as populações de camadas periféricas, promovendo o consumo e reduzindo a potencialidade de produzir. Como resultado, observa-se o endividamento das camadas mais populares com essa dívida, por conseguinte tornando-se lucro para as classes que fazem parte do circuito superior.

Outro ponto ressaltado por Santos (2008, [1979]) diz respeito a como as desigualdades regionais se projetam em determinados espaços. Para Santos (2002), a globalização não é sinônimo de homogeneização do espaço, mas, sim, amplia essas desigualdades. O sistema técnico produz a diferenciação e a desigualdade no espaço. Com isso, para Cataia e Silva (2013, p.65), essas diferenças territoriais provocadas pela globalização trouxeram aprofundamento das especializações dos lugares em atividades produtivas e, conseqüentemente, esses lugares demandam mais trocas, tornando-se mais interdependentes. Com a globalização dos espaços, o circuito inferior passa a ter acesso a produtos produzidos em lugares distantes.

Dessa forma, o local onde o sujeito reside impacta na sua forma de consumo e acesso a serviços. A presença e qualidade do sistema de transportes, acesso a saúde e educação, bem como *internet*, são alguns dos elementos que impactam na condição de

consumo. Assim, onde se reside afeta o consumo e como se realizará a atividade comercial:

[...] o lugar importa na constituição do estabelecimento das atividades econômicas. Isso significa que para a operacionalização da teoria dos dois circuitos da economia urbana é fundamental considerar a constituição regional do território nacional. Há características “locais” que agregam particularidades aos subsistemas urbanos, por isso, sem dúvida, o tamanho da população pobre, e parte das classes médias (CATAIA; SILVA, 2013, P.71).

Dentro dessa relação territorial entre os dois circuitos, a localização do comércio se torna outro elemento que demonstra essa desigualdade nessas relações. Cabe para o circuito inferior espaços deteriorados, contudo mesmo esses espaços não são abundantes, e, como forma de intensificar seu uso, essa forma de comércio passa a funcionar inclusive à noite, criando formas de uso do espaço e do tempo determinados pelo ritmo urbano (CATAIA; SILVA, 2013).

Nesse sentido, para Silveira (2007), existe uma oposição dialética entre circuito superior e inferior, cuja origem são as sucessivas modernizações capitalistas associadas às profundas desigualdades socioespaciais nas cidades dos países periféricos. Para Santos (2008, [1979] p.282), essa dialética entre os dois circuitos seria representada pela conquista do mercado e pelo domínio do espaço. Segundo esse autor, o circuito superior se caracteriza pela tentativa de unificar e controlar o mercado, enquanto o circuito inferior contesta esse controle e busca concorrer por esse espaço dominado. Spósito (1999) afirma que, ao colocar a relação dialética entre os dois circuitos, Milton Santos pretende ultrapassar uma abordagem estruturalista, pois parte de um tratamento global da economia.

Portanto, a análise dos circuitos espaciais de produção se torna um instrumento para entender como cada atividade se espacializa. Cada ramo de atividade pode ganhar uma escala global, ou se manter local ou regionalmente:

A economia política da cidade não deixa de ser o conjunto materializado de fragmentos de uma infinidade de circuitos produtivos, no entanto, algumas etapas dos circuitos produtivos são mais propensas à modernização, enquanto outras fornecerem trabalho em grande quantidade via subsistema inferior, inclusive existem ramos de atividade que necessitam de muita mão de obra como nos ramos do vestuário e calçados (CATAIA; SILVA, 2013, p.66).

Para Spósito (1999), a dificuldade do uso dos dois circuitos para análise de pequenas cidades está na identificação dos elementos do circuito inferior. Existe uma complexidade na identificação dos elementos que ficam na intersecção dos dois circuitos. Para o autor, mesmo em cidades pequenas a elaboração de informações é difícil.

Ao trazer a análise dos circuitos da economia urbana de Milton Santos para municípios fronteiriços, necessita-se compreender como esse espaço geográfico se apresenta. O circuito superior se apresenta na forma da rede bancária, atacados, supermercados e lojas de departamento, por vezes presentes e usados nos dois lados da fronteira. O circuito inferior se apresenta na forma do comércio nos bairros, nas feiras livres, além do comércio de rua informal. Essa dinâmica fronteiriça acaba por influenciar as relações que ocorrem entre os circuitos. Os elementos apontados por Santos (2008 [1979]), como formas de financiamento, acesso a bens de serviços e espaços destinados ao comércio sofrem influência do espaço em que se está inserido.

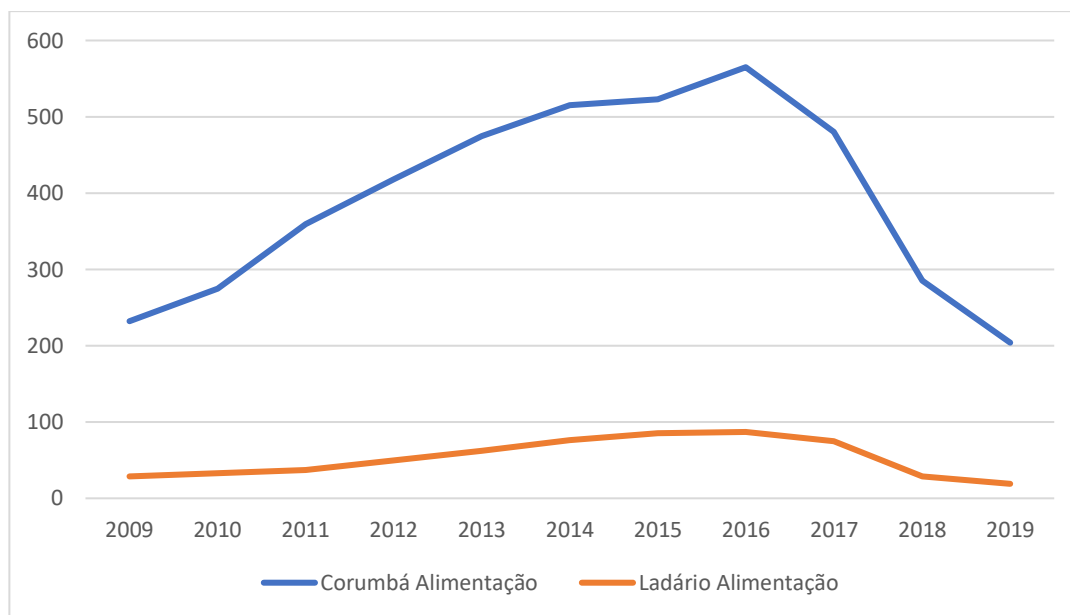
### **3.2 Os efeitos dos programas sociais nos estabelecimentos de alimentos e bebidas**

De acordo com o Sebrae (2022), o setor do comércio é o segundo que mais gera empregos em Corumbá, com um potencial de consumo de 95.391.696,27 reais compreendendo despesas com alimentos *in natura*, industrializados, preparados e demais despesas de valores agregados como sacolão, varejão, cestão etc. O valor de 22.378.105,92 de reais seria em potencial de compra em bebidas, que para o Sebrae refere-se aos gastos com bebidas e infusões dentro do domicílio, compreendendo as despesas com sucos artificiais, cafés moídos, cafés solúveis, mates, refrigerantes, cervejas, aguardentes, vinhos e outras bebidas alcoólicas. Esse potencial pode ser usado para gerar emprego e renda para essa região de fronteira.

Dados da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul (JUCEMS) apontam uma trajetória de aumento no número de estabelecimentos comerciais voltados à venda de alimentos a partir de 2009, com 232 estabelecimentos em funcionamento em Corumbá nesse ano. O maior número observado foi no ano de 2016, com um total de 565 estabelecimentos em funcionamento. A partir daquele ano observamos uma queda no número desses estabelecimentos, chegando a 204. Já em Ladário, observamos a mesma dinâmica, com 29 estabelecimentos abertos em 2009, chegando ao maior número em

2016, com 87 desses locais em funcionamento; e a partir desse ano observamos uma queda nesse número, chegando a 19 no ano de 2019, como demonstrado na Figura 53.

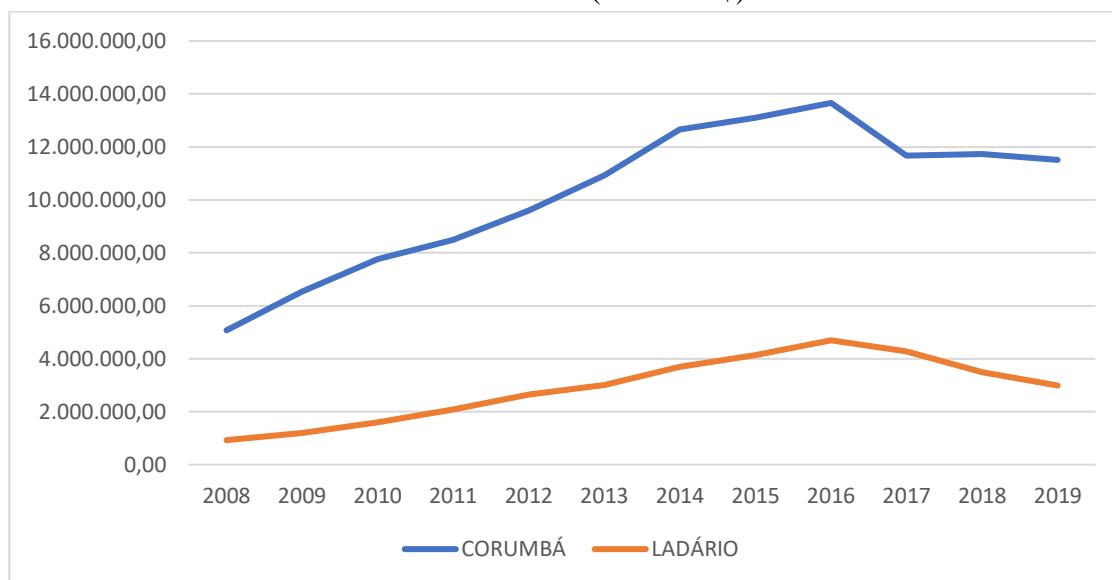
Figura 53 - Número de estabelecimentos comerciais de Alimentação em Corumbá e Ladário de 2009 até 2019



Fonte: Junta Comercial 2021.

Observamos uma evolução no número de estabelecimentos comerciais a partir de 2009, tendo o ápice do período analisado no ano de 2016, tanto em Corumbá como em Ladário. A partir desse momento, começa a diminuir o número de comércios ligados a alimentação até o ano de 2019. Ao analisarmos os dados do gráfico sobre alimentação e compararmos com o gráfico apresentando a evolução dos benefícios do Programa Bolsa Família na Figura 54, observamos similaridades. Assim como no gráfico sobre estabelecimentos comerciais de alimentação, os dados sobre os beneficiários do Bolsa Família apresentam uma evolução a partir de 2009, tendo seu maior índice em 2016 e, a partir desse ano, apresentando uma queda em seu número. Com isso, é possível observar uma relação entre o consumo das famílias que fazem parte desse programa e a variação do índice do comércio de alimentos presente tanto em Corumbá como em Ladário.

Figura 54 - CORUMBÁ E LADÁRIO - Evolução dos benefícios do Programa Bolsa Família - 2008 a 2019 (em mil R\$)



Fonte: SENARC

Como observamos no perfil dos beneficiários, as famílias que recebem o Bolsa Família e o Vale Renda não fazem poupança com esse valor. Elas tendem a fazer uso do total desse valor dentro dos dois municípios, preferencialmente perto do local onde moram, pois é mais vantajoso não fazer uso do transporte público para converter o valor da passagem em compras de alimentos para a casa.

Ao colocarmos a relação entre beneficiários de Bolsa Família e Vale Renda e a implicação desses gastos no comércio local, devemos levar em consideração a fronteira onde essa atividade se realiza. Nesse contexto, a fronteira se apresenta na forma dos comerciantes bolivianos e das oportunidades que o espaço fronteiriço proporciona para quem sabe fazer o seu uso.

As fronteiras representam uma descontinuidade espacial, em que as porções dos países que fazem parte desse espaço geográfico vislumbram tempos diferentes em termos de economia, de câmbio e de fatores tributários, o que pode favorecer mais um dos lados da fronteira, provocando fluxos desiguais e mobilidades na zona fronteiriça em busca dessas oportunidades.

Para Oliveira (2019), a fronteira deve ser vista em três níveis: os fluxos formais, legais; os fluxos ilegais, que são muitos; e os fluxos funcionais. Ao analisar-se uma atividade que ocorre em uma fronteira, deve-se observar essa relação entre ilegalidade e



funcionalidade. Trocas em fronteiras com economias assimétricas tendem a promover o desenvolvimento e a complementaridade (HOUSE, 1980).

Oliveira (2019) apresenta como um dos problemas da fronteira o seu nível de funcionalidade tão elevado que pode levar à ilegalidade. O excesso de burocracia em uma fronteira pode levar a comportamentos considerados ilegais, podendo ocasionar a limitação da integração em um espaço fronteiriço.

Nesse sentido, Oliveira (2019) acredita que, como resposta a esse excesso de funcionalidade, acaba por serem formadas as chamadas redes geográficas, que na fronteira perpassam de um lado para o outro e se tornam muito mais flexíveis e complexas.

Percebe-se nessa fronteira (Brasil-Bolívia) uma interação baseada nas trocas tanto materiais (por exemplo, as compras no comércio), como imateriais (como exemplo as trocas culturais). Com isso, a fronteira pode ser vista como espaço de fluxo de mercadorias e de pessoas, limitadas ou não pela ação do Estado, e se torna oportunidade, a depender do conhecimento sobre a dinâmica dessa fronteira.

Essa condição peculiar tende a ter suas influências nos programas, bem como na forma como os recursos dos programas são administrados pelos usuários. Faremos a seguir uma apresentação de características peculiares que o comércio varejista adquire na fronteira, nos municípios em estudo. São estratégias e funcionamentos interessantes, que se relacionam com o consumo dos beneficiários dos programas.

Entrevistamos uma representante comercial que aqui chamaremos de A e que presta serviços na cidade de Corumbá e Ladário-MS há aproximadamente cinco anos. A entrevistada é representante comercial nas cidades de Corumbá e Ladário-MS, atendendo comerciantes tanto brasileiros como bolivianos e representando duas empresas de atacados, com um portfólio de produtos com mais de cinco mil itens a serem ofertados a seus clientes.

Em relação a documentação, os comerciantes bolivianos para os quais ela vende seus produtos possuem Cadastro de Pessoa Física (CPF), além do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), o que possibilita que eles adquiram produtos como pessoa jurídica e com isso consigam mercadorias com preços de atacado, para revenda com preços mais baixos do que aqueles oferecidos no varejo (para o consumidor final).

Como representante comercial, ela apresenta catálogos tanto digitais como em formato de revista das empresas de atacado que ela representa. Segundo a entrevistada, é

comum que os comerciantes bolivianos possuam casa em ambos os lados da fronteira e, também, algum tipo de comércio. Em razão do contato semanal com esses comerciantes bolivianos e brasileiros, criam-se vínculos, tornando-se importante entender “como se dá essa dinâmica” comercial dentro dessa fronteira. De modo contrário, ela não conseguiria vender as mercadorias que representa.

De forma geral, no caso dos comerciantes bolivianos que possuem comércio em ambos os lados da fronteira, em especial os casais, a esposa fica responsável pelo comércio que fica do lado brasileiro e o marido fica responsável pelo comércio que fica do lado boliviano. É comum para os bolivianos trazerem familiares da Bolívia para trabalharem em seu comércio que fica no lado brasileiro. Em Ladário, por exemplo, os mercadinhos que se localizam na parte central da cidade são pertencentes a três irmãos, sendo que dois ficam responsáveis por gerenciar os mercadinhos e o irmão mais velho fica responsável pelas compras que ocorrem tanto no Brasil como na Bolívia.

A. salientou que é comum o uso de mão de obra familiar dentro do comércio desses estrangeiros. À medida que haja uma ampliação na estrutura do mercadinho, é comum que tragam seus familiares ou amigos que vivem na Bolívia para trabalharem em seus estabelecimentos. Isso funciona como uma ajuda na melhoria da condição de vida.

Segundo A., os bolivianos, quando fazem pedidos com a empresa que ela representa, compram produtos que apresentam valores menores, sempre em grande quantidade. Na revenda em seu comércio, trabalham com uma margem de lucro bem baixa. Parte das pessoas que trabalham em seus estabelecimentos são familiares e quando não conseguem preencher essas vagas com integrantes de sua família pagam diárias para brasileiros executarem algum trabalho em seu estabelecimento. Outra característica desse tipo de comércio é a preferência por compras sem a apresentação da nota fiscal por parte das empresas de atacado. De acordo com a entrevistada, essas empresas enviam produtos a serem oferecidos para esses comerciantes já sem a nota fiscal ou com a nota fiscal parcial. Exemplifica-se: essa prática consistiria em mandar cem caixas de um produto e na nota só constar vinte, já que a fiscalização não verifica todo o carregamento de produtos levados para Corumbá e Ladário.

Quando as carretas com esses produtos passam pelo posto de fiscalização, as notas fiscais são apresentadas aos agentes de fiscalização, porém nem sempre é verificado se a mercadoria corresponde às quantidades presentes nas notas fiscais. É comum que produtos comprados e destinados à Bolívia acabem atravessando a fronteira e retornando

para o Brasil. Essa estratégia acontece ao contrário também: produtos comprados para serem destinados a Corumbá acabam por serem levados para o lado boliviano da fronteira pelos próprios comerciantes bolivianos que possuem estabelecimentos comerciais no Brasil.

De forma geral, existem estratégias de pessoas que vivem na fronteira para se conseguir de forma mais barata esses produtos que são vendidos nos comércios locais. Essas estratégias ocorrem para produtos oriundos da Bolívia, como verduras de hortas que se localizam nas cidades próximas ao limite fronteiro (Puerto Quijarro e Puerto Suarez). Essas hortas abastecem os mercados de Corumbá e Ladário, não só os mercadinhos de bairros como também os supermercados que se localizam nas áreas centrais dessas duas cidades.

Outro elemento apontado é a compra, em empresas de atacado, tanto em Campo Grande como no estado de São Paulo, de produtos em uma quantidade considerável em apenas um CNPJ. Posteriormente, esses produtos são divididos pelos mercadinhos locais, tanto brasileiros como bolivianos. De forma geral, são comerciantes que se organizam, formam grupos e, com isso, conseguem comprar carretas fechadas de determinado produto, como cervejas ou fraldas infantis. Quando essa carreta chega em Corumbá, os representantes comerciais levam esses produtos até o endereço dos estabelecimentos comerciais que fizeram os pedidos.

Segundo a entrevistada, todos os comerciantes aos quais ela prestava serviço vendendo os produtos para seus estabelecimentos possuíam o documento CPF e o CNPJ, o que, para ela, facilita o processo de fazer pedidos e de lançar as notas fiscais dos produtos adquiridos por esses estabelecimentos comerciais que pertencem a bolivianos residentes no lado brasileiro da fronteira.

De acordo com A., existem produtos que esses mercadinhos acabam comprando nos supermercados e atacados que existem em Corumbá. Como exemplo, o arroz e o açúcar, os quais, para saírem com um preço bom para revenda, devem ser comprados em uma carreta fechada, o que demanda um valor alto a ser pago por essa compra. Com isso, esses comerciantes dão preferência por comprar esses produtos nos atacados locais, quando eles estão em promoção.

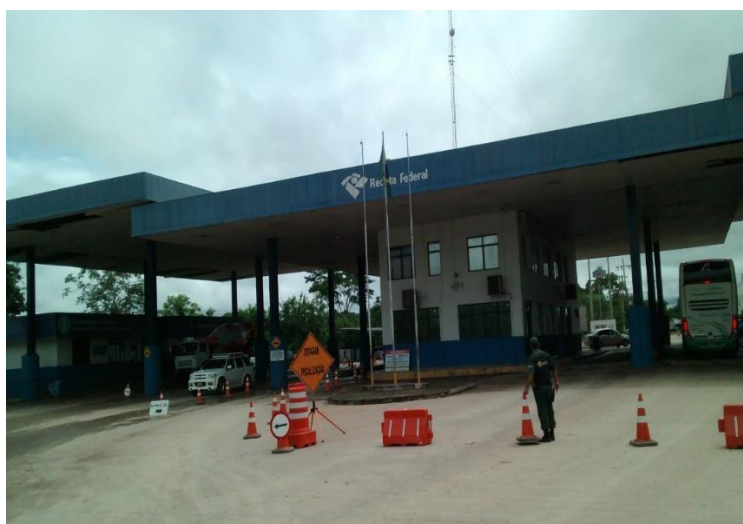
Também existem supermercados em Corumbá que possuem representantes comerciais que vão até os bairros oferecer seus produtos com descontos para compras acima de uma determinada quantidade. Assim, tanto os supermercados se beneficiam,

podendo-se comprar carretas fechadas de determinadas marcas direto da fábrica, como os comerciantes locais, que podem oferecer uma gama maior de produtos aos seus clientes.

Outra característica salientada pela entrevistada é a forma de pagamento, que no caso dos comerciantes bolivianos tendem a pagar à vista os produtos comprados junto às empresas atacadistas. Mesmo quando são oferecidos boletos ou outras formas de pagamento, há uma preferência pelo pagamento em dinheiro, à vista.

A passagem de produtos pela fronteira ocorre pela avenida Ramão Gomes, em horários em que a fiscalização está menos presente, como pode ser observado na Figura 55. De forma geral, eles preferem passar na parte da noite, durante a madrugada. Contratam, ainda, pessoas que fazem fretes e que conhecem essa dinâmica fronteiriça. Alguns desses “freteiros” fazem uso das estradas “cabriteiras”, que são vias vicinais usadas como acesso ao lado boliviano da fronteira. Essas “cabriteiras” se localizam dentro dos assentamentos rurais do município de Corumbá. A entrevistada disse que nunca soube de casos de mercadorias destinadas tanto para o lado brasileiro ou lado boliviano dessa fronteira que tivessem sido apreendidas pela fiscalização dessa fronteira.

Figura 55 - Receita Federal localizada próxima ao limite entre Brasil e Bolívia



Fonte: Trabalho de Campo, maio de 2020.

Para a entrevistada, o local onde se concentram mais estabelecimentos comerciais de bolivianos é na parte central da cidade de Corumbá, próximo ao cemitério municipal. Alguns desses estabelecimentos são de bolivianos que tinham barracas na antiga feira BrasBol, que se localizava atrás do cemitério. Com o fim dessa feira, esses comerciantes

acabaram por participar das feiras semanais que ocorrem em todos os bairros e no centro de Corumbá. Outros comerciantes acabaram por abrir pequenos comércios próximos de onde se localizava a antiga feira BrasBol e alguns acabaram por ir para os bairros.

Boa parte desses comerciantes possuem registro de Microempreendedor Individual (MEI), porém poucos fazem uso da máquina registradora, que gera as notas fiscais entregues ao final de cada compra e que garantem que impostos foram cobrados sobre a venda efetuada.

Esses estabelecimentos comerciais que se localizam na parte central da cidade de Corumbá preferem ficar sempre próximos a supermercados, onde o fluxo de pessoas transitando é maior. Com essas estratégias, eles conseguem oferecer, por vezes, os produtos mais baratos em comparação com os supermercados localizados próximo a eles, como observado na Figura 56.

Figura 56 - Mercado brasileiro (foto lado esquerdo) e em sua frente cinco mercadinhos bolivianos (foto lado direito)



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Para a entrevistada, entender a fronteira é aspecto fundamental para que um mercado ou supermercado consiga se estabelecer e continuar funcionando em Corumbá e Ladário. Houve, por exemplo, o caso de uma rede de supermercados do estado do Paraná que tentou se estabelecer no município de Corumbá, porém, por não ter lidado com as estratégias estabelecidas, com os costumes e com os hábitos de consumo, não permaneceu em funcionamento. Por vezes, essa rede de supermercados tentava introduzir novos produtos, novas marcas de produtos, mas nessa região de fronteira já existem produtos específicos que a população tem preferência por consumir.

Corumbá se torna uma área diferente para se trabalhar em razão da fronteira. Essas dinâmicas de passagem de produtos para ambos os lados da fronteira, de forma a abastecer os estabelecimentos comerciais que se localizam em ambos os lados desse espaço fronteiriço, é uma particularidade, se compararmos com o comércio em municípios distantes dessa condição geográfica. Dependendo da variação cambial, às vezes se torna economicamente viável comprar produtos no Brasil e, em outros momentos, na Bolívia. Caso o comerciante não entenda essa dinâmica, pode não acompanhar os preços oferecidos pelos demais comerciantes que usem essa fronteira/câmbio ao seu favor e acabar por fechar seu estabelecimento.

No período atual, de acordo com a entrevistada, esses mercadinhos de bolivianos se localizam, preferencialmente, nos bairros periféricos e apenas alguns na parte central de Corumbá e Ladário. Esses estabelecimentos se tornaram os maiores compradores da empresa de atacado a qual ela representa, juntamente com um supermercado que compra com ela em grande quantidade e, posteriormente, com o desconto conseguido com essa compra, acaba por revender para os demais mercadinhos que se distribuem por toda a cidade.

Existem supermercados localizados em ambos os lados da fronteira que possuem um atacado localizado na parte periférica da cidade de Corumbá, além de um depósito no lado boliviano da fronteira. O depósito fica em Puerto Quijarro e o supermercado fica em Santa Cruz de La Sierra, capital do departamento de Santa Cruz. Pelo fato de possuírem estabelecimentos comerciais em ambos os lados da fronteira, conhecem e fazem uso dessa dinâmica fronteiriça para conseguirem seus produtos com valores menores. Como exemplo, citamos a comercialização em seus estabelecimentos de hortaliças vindas de hortas que se localizam em Puerto Quijarro e de demais produtos vindos da Bolívia.

Essa empresa também possui representantes comerciais que percorrem toda a cidade de Corumbá e Ladário oferecendo produtos aos comerciantes brasileiros ou bolivianos. Com isso, ela ganha tanto na venda de seus atacados e mercados presentes na cidade de Corumbá, como com a venda nos mercadinhos que se localizam nos bairros mais periféricos, que atendem a população local que prefere consumir nos estabelecimentos que se localizam nos supermercados urbanos.

O que observamos é que os grandes supermercados se localizam na parte central de Corumbá e Ladário, o que faz com que o consumidor tenha que se deslocar de sua casa para essas áreas centrais. Com o decorrer do tempo, precisamente a partir de 2013, esses

supermercados começaram a criar redes e saíram da parte central, passando a se instalar nesses bairros periféricos em busca de atenderem esse público que não se deslocava para comprar no supermercado que fica no bairro Centro. Com isso, por entender a dinâmica territorial que essa fronteira apresenta, essa empresa consegue ter ganhos com a população que possui poder aquisitivo capaz de se deslocar até o atacado ou até os supermercados que se localizam mais na parte central de Corumbá. E ganham com a venda dos mercadinhos nos bairros, que são abastecidos em parte com os seus produtos.

Por estar inserido em um espaço fronteiro, esses supermercados apresentam estratégias para tirar vantagens de sua localização, conseguindo se beneficiar de uma clientela maior, pois tanto a população de Corumbá e Ladário, como a população das cidades que ficam do lado Boliviano, como Puerto Quijarro, Puerto Suarez e Roboré, faz uso desse comércio, ampliando-se, assim, o número de consumidores de seus produtos.

Para buscar entender como esses supermercados pensam sua presença nesse território, foi realizada uma entrevista com o gerente geral de uma rede de supermercados que atua tanto em Corumbá como em Ladário e possui também um supermercado em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, além de um depósito localizado na área urbana de Arroyo Conception.

O entrevistado tem a função de gerente geral das lojas, sendo responsável por parte das vendas da rede que ele representa. O primeiro supermercado da rede se localiza na parte central, e, segundo o gerente, o público tem um perfil de poder aquisitivo maior, quando comparado com os demais supermercados da rede. Esse estabelecimento, que se localiza no bairro Centro, possui um estacionamento próprio e a organização dos produtos e mesmo a largura do corredor que passa entre as prateleiras é maior quando comparado com os demais. Já o perfil da clientela que usa esse local tende a levar a família para a realização da compra e usam carrinhos de compra maiores, pois são compras geralmente feitas para o mês todo (Ver Figura 57).

Figura 57 - Supermercado localizado na parte central de Corumbá-MS



Fonte: Acervo pessoal, 2019

No que diz respeito à fronteira, o mercado que mais vendia aos bolivianos era o que se localizava na rua Porto Carreiro. Esse estabelecimento vende no sistema de atacado: quanto maior a quantidade de produtos comprados, maior o desconto concedido. De forma geral, a compra efetuada pelos bolivianos se dá em grandes quantidades, como, por exemplo, mais de 50 fardos de arroz ou caixas de óleo de cozinha, fardos de açúcar e macarrão etc. Após a efetuação da compra, é feito o cupom fiscal com o CPF do comprador para facilitar na passagem pelas barreiras de fiscalização. Mesmo sendo bolivianos, possuem esse documento, o que facilitava essa passagem pela fronteira.

Essas mercadorias eram despachadas e, segundo o entrevistado, entregues em mercearias, mercadinhos e açougues em Arroyo Concepcion, Puerto Quijarro, Puerto Suarez e até mesmo na cidade de Roboré, que fica a 242 quilômetros de Corumbá-MS (Ver Figura 58). O câmbio é o dinamizador desse aumento das compras dos bolivianos nos mercados que ele gerencia.



Figura 58 - Compra de fardos de arroz feita por um comerciante de Puerto Quijarro



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Além dessas mercadorias que eram compradas e atravessavam a fronteira para atender o lado boliviano, o mercado contava com quatro representantes comerciais, que visitavam os mercadinhos e mercearias dos bairros para oferecer os produtos da rede que o gerente representava. Dessa maneira, conseguia obter ganho tanto na compra dentro dos estabelecimentos que ele representa, como no comércio dos bairros, que tem um público diferente do que faz uso dos supermercados.

A rede a qual representa não via o comércio de bairro, as feiras livres ou mesmo os mercadinhos que pertencem aos bolivianos como algo que preocupasse, por conseguir praticar baixos preços, uma vez que compram grandes volumes de produtos em atacado para revender em forma de varejo. Outra questão é que eles também abasteciam o comércio local do bairro, obtendo ganhos de todas as formas. Com relação às feiras livres, eles buscavam fazer ofertas de frutas, legumes e hortaliças no mesmo dia das principais feiras livres que ocorrem em Corumbá e Ladário nas quintas-feiras, sextas-feiras, sábados e domingos.

Essa dinâmica se intensifica quando o real se desvaloriza frente ao peso boliviano, de acordo com a percepção do entrevistado que relata ter percebido o aumento de compra por parte dos bolivianos, pelo aumento do número de cupons fiscais disponibilizados no ano de 2019, o que indica maior passagem desses produtos pela fronteira. Na Figura 59, observamos propaganda voltada para o público boliviano.

Figura 59 - Propaganda de um supermercado de Corumbá próximo ao limite internacional com a Bolívia em idioma espanhol



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Outro ponto verificado pelo representante da rede de supermercados é que nos últimos anos houve uma mudança no perfil de compras que ocorriam no supermercado. Primeiramente, era mais comum serem realizadas as compras para o mês, passando, posteriormente a ocorrer mais compras para a semana. Ele acredita que essa mudança ocorreu porque as compras passaram a ser feitas dentro do próprio bairro, com o peso dos benefícios sociais que dinamizaram o consumo. Essa perspectiva do consumo ocorreu pelos dados que os representantes comerciais do supermercado apresentaram. Houve um aumento no número de mercadinhos e mercearias atendidas por esses representantes comerciais, o que implicaria em uma mudança na forma de consumo, com esse comércio existente dentro dos bairros periféricos sendo preferido no momento dessas compras para a semana. Com o conhecimento desses dados foi necessário mudar a forma de atuação do supermercado.

Essa mudança de consumo fez com que o supermercado passasse a descentralizar sua localização, abrindo novos supermercados de forma mais distribuída pela cidade. Eles abriram uma unidade em um bairro periférico em Ladário, com mudanças na forma de sua atuação. Esses novos estabelecimentos apresentam uma estrutura menor e sem os estacionamentos para carros, mas que atendem às necessidades de compras semanais de forma principal para a população de baixa renda.

Em relação ao comércio de bolivianos nos bairros e na área central, o entrevistado acredita que eles conseguem oferecer preços menores, pois trabalham com uma margem de lucro muito baixa, além de trazerem produtos da Bolívia com preços mais baixos que

os praticados em Corumbá-MS. Como exemplo, o entrevistado falou de frutas como banana, morango, kiwi etc. O próprio entrevistado diz preferir comprar frutas na feira livre, pois os preços, por vezes, são bem mais em conta que os encontrados nos supermercados, como o kiwi, que é oferecido a 17 reais o quilo e na feira livre ele encontrava por 9 reais o quilo. Em relação aos demais produtos, o entrevistado não acredita que passem pela fronteira, pois houve melhorias na forma de fiscalização e mesmo o retorno dos produtos exportados da Bolívia retornando para Corumbá no Brasil. O entrevistado acredita não ser possível, pois a nota fiscal eletrônica e novas tecnologias de fiscalização por parte da Receita Federal e da Secretária de Fazenda inibem essa forma de contrabando.

Para o entrevistado, a fronteira ajuda em relação à venda da rede de supermercados, pois é um público a mais para efetuar compras. Dependendo da relação cambial, vêm pessoas de Arroyo Conception, Puerto Quijarro e Puerto Suarez fazer compras na rede de supermercado. Além disso, os estabelecimentos que ficam no lado boliviano da fronteira fazem compras e abastecem seus comércios com os produtos oferecidos pelo supermercado.

Dados coletados no perfil de consumo apontam essa realidade apresentada pelo entrevistado. Com baixo poder aquisitivo, as famílias que recebem o benefício do Programa Bolsa Família não conseguem fazer uma compra mensal, pois boa parte da renda desses beneficiários vem de trabalhos esporádicos, o que eles chamam de “bico”. Com o que eles recebem por meio do Bolsa Família, do Vale Renda e/ou do trabalho temporário que realizam, fazem compras semanais ou diárias e dão preferência para as compras dentro do próprio bairro ou feira livre, uma vez que os principais supermercados de Corumbá e Ladário ficam na área central.

Dessa forma, as compras são realizadas próximo ao domicílio do beneficiário, no comércio do bairro. Com o intuito de se conhecer a realidade desses estabelecimentos comerciais que se localizam nos bairros onde se localizam maior número de famílias que recebem o BF, foram feitas entrevistas com cinco proprietários de comércios como mercearias e mercadinhos buscando-se entender como ocorre a compra dos produtos por eles oferecidos e a relação com o espaço em que se localizam.

O comerciante brasileiro que aqui chamaremos de M. possui seu comércio há aproximadamente 15 anos onde ele mora, no bairro Cristo Redentor. Dentro do comércio trabalham ele e sua esposa, sendo esse estabelecimento sua principal renda,

complementada com o que ele recebe da igreja da qual ele é pastor. Ele considera o local onde seu comércio se localiza um bom ponto para essa atividade, pois não tem um supermercado por perto, a rua é “movimentada” e ele faz boas vendas mensais. O período de melhores vendas vai do dia 25 de um mês até o dia 10 do mês seguinte.

M. abastece seu comércio com produtos dos supermercados e atacados locais, sempre verificando os períodos de promoção para efetuar suas compras. Ele acompanha as redes sociais dos supermercados e atacados, e como possui veículo próprio, sempre que acha uma promoção de algum produto que interessa, ele vai até lá e abastece seu estoque. Mesmo a compra de produtos de hortifrutis é efetuada nos supermercados locais. Ele não efetua compras com representante comercial, pois não vê vantagem quando compara os preços oferecidos por esses representantes com os praticados pelos supermercados e atacados locais.

Quanto ao comércio de bolivianos, M. faz compras no atacado da Safira Susan, que se localiza na parte central de Corumbá, de forma especial refrigerantes e alguns outros produtos que ele observa serem mais baratos que nos demais supermercados e atacados que ele acompanha pelas redes sociais e que, quanto maior a quantidade de produtos comprados, maior o desconto, como observado na Figura 60.

Figura 60 - Atacado onde comerciantes brasileiros compram seus produtos



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

Para calcular seu lucro, ele cobra 30% nos produtos vendidos. No seu comércio, ele revende pães, proteína animal congelada, além dos usuais arrozes, feijão, óleo, açúcar etc. Quanto à fiscalização, ela ocorre de forma mensal por parte da prefeitura municipal de Corumbá.

Quanto à concorrência com os mercadinhos bolivianos, existem alguns não tão próximos onde fica seu estabelecimento, mas ele acredita que cada vez mais estão aumentando no bairro e, provavelmente, logo se aproximarão do seu local. Sua preocupação está no preço que é praticado pelo comércio boliviano para que, assim, possa atrair o público que vai até seu estabelecimento.

O entrevistado acredita que os mercadinhos bolivianos trazem parte de seus produtos da Bolívia e com isso conseguem oferecer produtos com menor preço que os praticados pelos brasileiros. Ele acredita que esses produtos são exportados para o lado boliviano, livre de taxas, e retornam para o Brasil, nesse caso Corumbá e Ladário, na forma do tráfico formiguinha.

O público do seu estabelecimento comercial é oriundo do próprio bairro onde ele mora e, por vezes, não consegue ir até a parte central e fazer compras nos supermercados e atacados. Esse público, segundo o entrevistado, é de baixa renda, pois as compras realizadas se dão em pouca quantidade. Como a forma de consumo se dá em volume menor, seu mercadinho não possui “carrinho de compras”. Há somente a presença de “cestas de compras”.

Em uma segunda entrevista realizada com um comerciante que tem seu ponto no bairro Maria Leite, que aqui o chamaremos de N., obtivemos as informações que passamos a descrever. Ele tem esse comércio há 20 anos e trabalham ele, sua esposa e seu filho. O que obtêm nesse comércio é a principal renda da família.

As compras para o abastecimento do seu mercadinho são feitas em atacados e supermercados locais. Outro ponto observado é que, assim como M., o entrevistado anterior, N., também faz suas compras no atacado da Safira Susan demonstrado na Figura 61. Suas compras nesse local são refrigerantes e outros tipos de bebidas. Em seu ponto comercial, são vendidos produtos como: arroz, óleo, café etc. De acordo com N., o que mais é vendido são frios. Os pães que ele revende não são feitos no local e não são vendidos legumes, frutas e hortaliças.

O seu lucro é calculado com 30% sobre os produtos que são vendidos e sua clientela vem do bairro onde seu comércio se localiza. Quanto ao comércio dos bolivianos, ele acha difícil competir com os baixos preços que eles praticam. O entrevistado acredita que a razão desses preços tão baixos é a volta de produtos exportados. Esses produtos são exportados para algum comércio em Puerto Quijarro com isenção de impostos e acabam retornando para Corumbá e Ladário para serem revendidos. Ele deu como exemplo a cerveja, que ele compra em um comércio boliviano que consegue ser mais barato quando comparado com o mesmo produto vendido pelo representante comercial da empresa que produz a cerveja. Outra questão apontada é a compra coletiva, que os bolivianos fazem para comprar em grandes quantidades para conseguir menores preços, de forma principal nos atacados. Quando questionado sobre o porquê de ele e os demais comerciantes brasileiros não fazerem compras coletivas, para N. falta organização para realizarem esse consórcio para efetuar a compra de uma carreta de açúcar, por exemplo. Para N., uma forma de se diminuir essa disparidade em relação a preços seria um aumento na fiscalização, para verificar a origem dos produtos oferecidos.

Quanto ao público do seu estabelecimento, assim como relata o entrevistado anterior, os moradores do bairro são os principais compradores do seu comércio. O perfil do público é de baixa renda, com compras feitas para atender às necessidades da semana. Os principais produtos comprados são leite, pão, manteiga, refrigerantes, arroz, óleo e trigo.

### **3.3 Os efeitos dos programas sociais nos estabelecimentos de vestuário**

Segundo Sebrae (2021), o potencial de gastos da população de Corumbá e Ladário com roupas confeccionadas para homens, mulheres e crianças, como calças compridas, agasalhos, ternos, saias, cuecas, lingerie, shorts/bermudas, camisas, camisetas, blusas, meias, roupas de dormir, vestidos, roupas de banho, uniformes, fraldas e roupas de bebê, está em 56.970.458,57 reais.

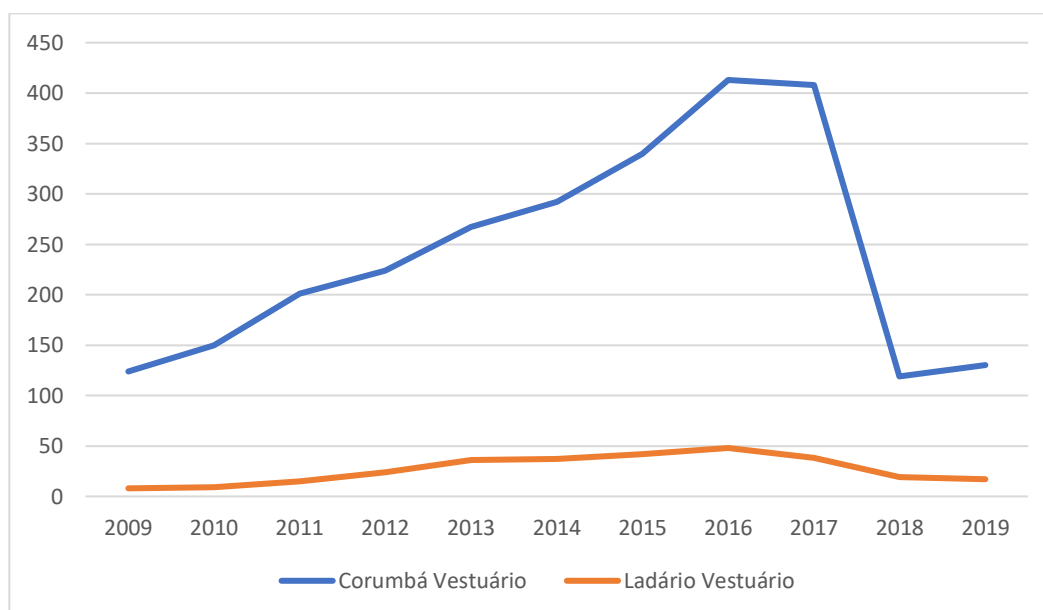
Um valor capaz de fazer movimentar a economia, fazendo com que renda e trabalho sejam gerados dentro dessa região fronteira. De acordo com Sebrae (2018), vestuário ocupa a primeira posição entre os itens comprado fora de Corumbá e Ladário, seguido de acessórios. A forma escolhida é *via* internet para 65% das compras efetuadas e 35% preferem viajar para os demais municípios para efetuá-las. Parte dessas compras

são efetuadas por mulheres que viajam para Goiânia ou São Paulo para realizarem essas compras e revenderem aqui nos dois municípios.

Dados apresentados por Sebrae (2018) apontam que 15% das empresas do município fazem compras em outros municípios, estando o primeiro item mais comprado relacionado a vestuário e, em segundo lugar, a acessórios. Dentro do município de Corumbá, existem 18 estabelecimentos ligados ao setor de vestuário na categoria de Empresas de Pequeno Porte (EPP) no ano de 2019. Entram nessa categoria empresas que faturam entre R\$ 360 mil reais e R\$ 3.6 milhões de reais. Dados da Associação Comercial apontam aumento nessa categoria de comércio, tanto em Corumbá como em Ladário.

A partir de 2009, observamos um aumento no número de estabelecimentos ligados ao setor de vestuário, tendo seu maior número sido alcançado no ano de 2016, com 413 em Corumbá e 48 em Ladário. A partir desse ponto existe um declínio no número em ambas as cidades, chegando no ano de 2019 com respectivamente 130 em Corumbá e 17 em Ladário, como observado na Figura 54. Assim como nos estabelecimentos de alimentação, observamos uma relação com evolução dos benefícios do Programa Bolsa Família apresentados na Figura 61. Apresenta uma evolução no seu índice a partir do ano de 2009 tendo seu ápice no ano de 2016, com uma posterior queda até o ano de 2019. É possível constatar que o uso desse benefício em Corumbá e Ladário tem implicações tanto no setor de comércio de alimentação como no comércio de vestuário.

Figura 61 - Evolução do número de estabelecimentos comerciais de vestuários em Corumbá e Ladário no ano de 2009 a 2019



Fonte: Junta Comercial 2021.

As lojas de vestuário de maior porte se localizam na parte central de Corumbá, local de fluxo intenso de pessoas, como observado na Figura 62. É ali que se localizam a rede bancária, as lojas de móveis e eletrodomésticos, as lotéricas, os hotéis, os restaurantes, os bares e o terminal de ônibus. Isso depende, no entanto, da relação cambial, como observado em 2021, em que 1 real equivalia a 1,35 pesos bolivianos, um dos valores mais baixos do real frente à moeda boliviana. Essa relação tende a dinamizar o setor do comércio de Corumbá, em especial o da área central.

Para Lamoso (2016), a variação cambial é um fator que interfere na complementaridade comercial entre cidades gêmeas fronteiriças. Embora seja uma condição comprovável, não é suficiente para compreender o grau de integração que é comprometido por uma variação cambial desfavorável.

Figura 62 - Lojas de departamento de vestuário localizados na área central de Corumbá-MS



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Segundo dados da Associação Comercial de Corumbá (2021), as compras efetuadas por bolivianos representaram cerca de 30 a 35% das vendas dos estabelecimentos de vestuários, eletrodomésticos e móveis. Há, ainda, impacto em hotéis,



restaurantes, bares e lanchonetes, pois boa parte desses bolivianos vêm de outras cidades além das fronteiras de Puerto Quijarro, Puerto Suarez e Arroyo Conception. Com isso, serviços que a cidade de Corumbá possui são consumidos.

Em Corumbá, ocorre esse aumento no comércio na parte central, de forma principal voltada para o turismo de compras, atraídos por esse câmbio favorável para lado brasileiro da fronteira. Para Lamoso (2019, p.185), o dólar em alta reduz o fluxo de turistas, que é um movimento clássico nas conurbações binacionais ou aglomerações fronteiriças. Nesse contexto, o câmbio diminuiu a presença de brasileiros comprando nas lojas de Arroyo Conception e Puerto Quijarro, de acordo com comerciantes locais. Eles têm uma percepção de que houve uma diminuição por volta de 70 a 80%. Não existe uma pesquisa que comprove essa informação e sim uma percepção por parte dos comerciantes daquele local.

No caso do comércio de Corumbá, a percepção por parte dos comerciantes é a de que o fluxo de bolivianos comprando nas lojas locais aumentou, fazendo com que algumas delas abram aos domingos. Em uma reportagem publicada no Jornal Correio do Estado no ano de 2019, em entrevista com o gerente da loja Oxigênio, que se localiza na parte central de Corumbá, sendo considerada uma loja de departamento no setor de vestuário, com a sua sede no estado de Minas Gerais, o gerente coloca que cerca de 40% dos clientes da loja são bolivianos, e nos finais de semana esse número passa para 80% e o pagamento é feito à vista e em dinheiro. Com esse aumento nas vendas, em consequência desse turismo realizado pelos bolivianos, a sede resolveu instalar mais uma loja na cidade de Corumbá, com isso empregando 52 funcionários nas duas lojas.

Observamos que existe uma dinamização desse comércio na parte central de Corumbá, de forma principal ligada a esse turismo de compras realizada por parte dos bolivianos, que tem atraído lojas de departamentos em busca desse fluxo dinamizado por esse câmbio favorável para o lado brasileiro da fronteira.

Em relação aos beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda, 13% disseram fazer suas compras nas lojas localizadas na parte central. Eles preferem fazer compras de peças como calça *jeans* e tênis, em especial para os filhos em fase adolescente, para uso no período escolar.

Algumas dessas famílias possuem cartão para as compras nas lojas de departamento, pois, dessa forma, não há necessidade da comprovação de renda para se abrir essa linha de crédito para as compras efetuadas dentro da loja. As compras nesses

locais também têm como foco o uso dos produtos, pelos filhos das famílias, no período escolar.

### **3.4 Lojas de vestuário nos bairros**

As lojas localizadas nos bairros, fora do centro comercial de Corumbá, apresentam uma dinâmica própria de funcionamento. Por sua localização, apresentam um público diferente quando comparado com os que fazem uso do comércio da parte central. Esses estabelecimentos foram citados por 17% dos que recebem os benefícios do Bolsa Família como sendo os locais a que vão para fazer suas compras relacionadas a vestuário. Mesmo o perfil dos proprietários desses estabelecimentos se difere dos demais. Como forma de se entender essa dinâmica, realizou-se entrevista com a proprietária de uma loja que se localiza no bairro Nova Corumbá, que aqui chamaremos de R., buscando compreender o perfil dos seus clientes e origem dos seus produtos.

R. tem 46 anos de idade e sempre trabalhou com vendas de produtos, pois tem três filhas e seu companheiro trabalha como caminhoneiro, em boa parte do mês viajando. Ela preferiu trabalhar com vendas pois conseguiria trabalhar e cuidar da casa e da família. No início, ela trabalhava revendendo roupas de “viajantes”, porém com o tempo resolveu ir até os locais onde são comprados itens de vestuário para serem revendidos.

Seus clientes são moradores do bairro, além de pessoas da igreja que ela frequenta e familiares. Segundo R., ela vende para todo perfil de cliente. De forma geral, os clientes com menor poder aquisitivo compram roupas voltadas para o público infante-juvenil. Ela procura facilitar as compras para essa parcela mais humilde. Ela não faz promissória e aceita receber aos poucos, em parcelas quinzenais ou mensais, com os nomes e valores anotados em um caderno. Segundo a entrevistada, esse público mais humilde “são os melhores pagadores”, por isso em sua viagem sempre traz roupas e acessórios para um público infante juvenil. O público de seu estabelecimento é majoritariamente feminino (95%). O público masculino, quando compra, é constituído por seus familiares, como sobrinhos, irmão ou genros. Ela vende peças masculinas em seu comércio, mas esses produtos também são comprados por mulheres para seus companheiros. Segundo R., “os homens não ligam para roupa. Se não fosse por suas mulheres, andariam todos rasgados”.

Quanto ao fato de ela ter conhecimento se pessoas que recebem benefícios assistenciais compram com ela, ela disse que algumas mulheres da sua igreja, a respeito

das quais tem conhecimento de que recebem o Bolsa Família, acabam comprando algumas peças em sua loja, que ela parcela e aponta em uma “caderneta”. As roupas compradas são para os filhos usarem no dia a dia e na escola. Sua clientela é formada por pessoas do bairro e conhecidos desde os princípios de sua atividade de vendas. Sua loja fica na parte da frente da sua casa, em uma construção feita especificamente para essa atividade, como demonstra a Figura 63.

Figura 63 - Loja de vestuário localizada no bairro Nova Corumbá



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

A sua mercadoria vem de Goiânia, para onde uma vez ao mês ou a cada dois meses ela vai em um ônibus que faz essa rota semanalmente. Existe uma empresa de turismo em Corumbá que toda quinta-feira sai com um grupo de pessoas que trabalham com vendas de roupas e acessórios. Segundo R., semanalmente vão nessa viagem por volta de 20 a 40 pessoas, entre brasileiros e bolivianos. Do bairro onde ela reside vão aproximadamente 18 pessoas que ela conhece. Dessas, 5 possuem uma loja física. O restante faz vendas em casa ou sai para venda diretas com seu carro ou outro veículo. Também já realizou viagem para São Paulo para compra de bolsas, mochilas e tênis que, para ela, é o que mais compensa comprar para revender em Corumbá.

As compras são feitas por atacado. Ela e suas companheiras de viagem, quando gostam de algum produto e veem a possibilidade de se vender em Corumbá e Ladário, acabam comprando juntas, com isso conseguindo descontos maiores, pois de acordo com o volume de compras o desconto pode ser maior. De forma geral, nessas viagens ela investe em produtos uma média de dois mil até três mil reais. Sempre pedem a nota fiscal para conseguir passar pela fiscalização ao voltar para ao estado do Mato Grosso do Sul.

A forma de calcular o lucro é de 200% sobre os produtos que ela traz de Goiânia. Como exemplo, ela citou uma blusa feminina, que no atacado se compra por 15 reais e é revendida por 45 reais em sua loja. Com isso, ela consegue tirar uma renda mensal por volta de 1.500 até 2.700 reais. Ela pretende continuar trabalhando com a venda de roupas e acessórios, pois acredita que com sua idade não conseguiria trabalho de carteira assinada e não valeria ficar de pé o dia todo em uma loja para ganhar o valor que ela recebe em seu comércio. Com esse valor, ela consegue contribuir com o orçamento familiar. R. faz parte do MEI, com isso ela consegue contribuir para o INSS e ter acesso a crédito com menos burocracia, podendo, inclusive, emitir nota fiscal. Para ela, essas são as vantagens.

### **3.5 Brechós**

Os brechós são outra forma que os beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda usam como alternativa para se conseguir comprar roupas. Cerca de 21% relataram fazer compra nessa forma de comércio. Apresentam uma dinâmica própria, diferente quando comparamos com as lojas que se localizam nos bairros. Em sua maioria, localizam-se em bairros periféricos e apresentam preços menores quando comparados com as lojas da parte central e com as que se localizam nos bairros. De forma geral, revendem roupas usadas, além de acessórios, mochilas, bolsas etc. Como forma de se conhecer essa dinâmica, entrevistou-se uma dona de brechó no bairro Maria Leite. Aqui a chamaremos de L. Ela tem esse comércio há três anos

L. mora com dois filhos, o companheiro e sua mãe. Seu esposo trabalha em uma empresa de serviços gerais, seus filhos estudam no ensino fundamental e sua mãe recebe o Benefício de Prestação Continuada. Seu brechó ajuda a manter a casa, pois o salário do esposo não é suficiente para manter a casa e o benefício da mãe é usado para comprar medicação e pagar custos médicos, pois já está em idade avançada, com 88 anos, e necessita de cuidados especiais. Os filhos estudam, não realizando atividade remunerada, pois ambos recebem o Bolsa Família.

Ela começou a trabalhar com vendas influenciada pela irmã, que vende cosméticos. L. começou vendendo salgados na rua e, segundo relata, tinha boas vendas. Porém, como a mãe começou a ter problemas de saúde e passou a necessitar de maiores cuidados, ela precisou fazer algum tipo de atividade comercial no próprio domicílio. No início, começou vendendo cosméticos como sua irmã, porém não tinha um bom retorno

financeiro e então passou a trabalhar com roupas de segunda mão, os brechós, uma vez que sempre foi cliente dessa forma de comércio, por não ter condições de comprar roupas para ela e seu esposo nas lojas. L. deixava para comprar roupas nas lojas somente para os filhos.

Posteriormente, ela conheceu uma loja de brechó que se localiza na parte central de Corumbá. Essa loja fornece para ela roupas para revender. São 200 peças por 300 reais, com roupas para jovens e adultos. Já roupas como calça *jeans* e vestidos longos, que são mais vendidos, o preço de 100 peças é de 300 reais. Essa loja da Figura 64, que tem por nome Bazar, fornece roupas para L. e outros brechós que se localizam tanto em Ladário como em Corumbá.

Figura 64 - Brechó que vende por atacado localizado no bairro Centro de Corumbá



Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Com isso, ela consegue um bom lucro revendendo, por exemplo, uma blusa feminina que custou 2 reais por 10 ou 15 reais. Desde que começou a trabalhar com brechó, sempre tem algum dinheiro para comprar alimentos, pagar alguma dívida, ou trocar algum móvel da casa.

Seu brechó fica em frente da sua casa, na varanda, ficando todas as peças expostas para caso alguém veja alguma que lhe interessa. Essa forma de exposição dos brechós é comum de ocorrer pela cidade de Corumbá e Ladário, como observado na Figura 65.

Figura 65 - Exposição de roupas em brechós



Fonte: Arquivo pessoal, 2021.

As pessoas que compram em seu comércio moram no bairro onde ela reside, são da igreja que ela frequenta, ou vão até sua loja depois de ver suas postagens nas redes sociais. Perguntada se ela conhece beneficiários do Bolsa Família que compram em seu estabelecimento, L. disse que sim, pois ela mesmo convidava as pessoas nas reuniões que ocorrem no CRAS I, já que conhecia as dificuldades de quem recebia esse benefício. Muitas dessas famílias compravam roupas com ela e parcelavam em três, quatro ou até cinco vezes. Por serem pessoas que ela conhece há muito tempo, raramente deixam de pagar o que compram.

Para o futuro, L. deseja construir uma loja na frente da sua casa, de forma separada. Para ela é difícil conciliar cuidados com a casa, com os filhos, com a mãe e com o comércio, que é praticamente dentro de casa. Por vezes, ela disse se sentir “incapaz”, pois não consegue cuidar da sua família e de seu comércio ao mesmo tempo. Ela precisa separar essas duas funções. L. já tentou trabalhar com roupas compradas em Goiânia, mas por ser proprietária de um brechó, percebe um preconceito quando ela oferece roupas novas. Acabam desconfiando da origem desse vestuário.

Existem brechós em Corumbá e Ladário, na área central, chamados de Bazar, mas essa forma de comércio se torna mais comum nos bairros periféricos, apresentando estruturas diferentes, como observado na Figura 66. Um brechó está localizado no bairro Centro e o outro, no bairro Padre Ernesto Sassida, que foi construído pelo programa Minha Casa Minha Vida.

Figura 66 - Brechó na área central e outro no bairro Padre Ernesto Sassida



Fonte: Arquivo pessoal 2021.

### 3.6 Feiras Livres

As feiras nessas fronteiras representam locais de trocas e de encontro de culturas e identidades. São canais de comércio dos produtos locais tanto de brasileiros como de bolivianos. Além disso, essas feiras livres fazem parte do cotidiano dessas populações fronteiriças, que usam o local como ponto de encontro, logo as feiras já fazem parte da dinâmica dessas cidades. No contexto dessa pesquisa, as feiras livres foram citadas por 96,75% por parte dos beneficiados do Bolsa Família e do Vale Renda para realizar suas compras, em especial para a compra de frutas, legumes e verduras. Essa escolha ocorre pelo preço, pela variedade de produtos oferecidos e pela especialização que essas feiras possuem, tanto em Ladário como em Corumbá.

No município de Corumbá, existem nove locais onde ocorrem as feiras livres. De forma geral, são realizadas em bairros e ocorrem de segunda a domingo, atendendo a todas as regiões da cidade de Corumbá e Ladário. De acordo com Silva (2003), as primeiras feiras se localizavam na parte central da cidade, com posterior expansão para os bairros afastados do centro da cidade de Corumbá.

Em Ladário, as feiras ocorrem em cinco dias da semana, somente nas segundas e sextas-feiras não há ocorrências de feiras livres na cidade. Elas são realizadas tanto na parte central, na quarta-feira e no sábado, quanto na parte alta da cidade, nos demais dias (Ver na Figura 67).

Figura 67 - Distribuição das feiras livres nos municípios de Corumbá e Ladário



Fonte: Imagem Google Earth (2019).

Observa-se forte presença dos feirantes bolivianos em todas as feiras que ocorrem tanto na cidade de Corumbá como na cidade de Ladário. São maioria quando comparamos com os feirantes brasileiros, oferecendo uma vasta gama de produtos.

Em relação à comercialização dos produtos naturais, há uma quantidade significativa de bancas de hortaliças, frutas e legumes oriundos de feirantes moradores dos assentamentos localizados em Corumbá e Ladário. Vende-se o que é produzido em suas propriedades, com destaque para produtos como a mandioca, o tomate, o tomate-cereja, a abóbora, a melancia e o limão. Já entre as hortaliças, observamos a oferta de alface, couve, rúcula e agrião. Também se destacam produtos como ovos de galinha e a oferta de carne de animais oriundos de criação própria, como a carne de galinha caipira, porco e carneiro (Ver Figura 68).

Quando comparados com o quantitativo de feirantes bolivianos, os feirantes brasileiros são em números bem inferiores e vendem apenas o que produzem, vivem nos assentamentos locais e frequentam a cidade para comercializar seus produtos.



Figura 68 - Produtos comercializados pelos feirantes dos assentamentos locais



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2019.

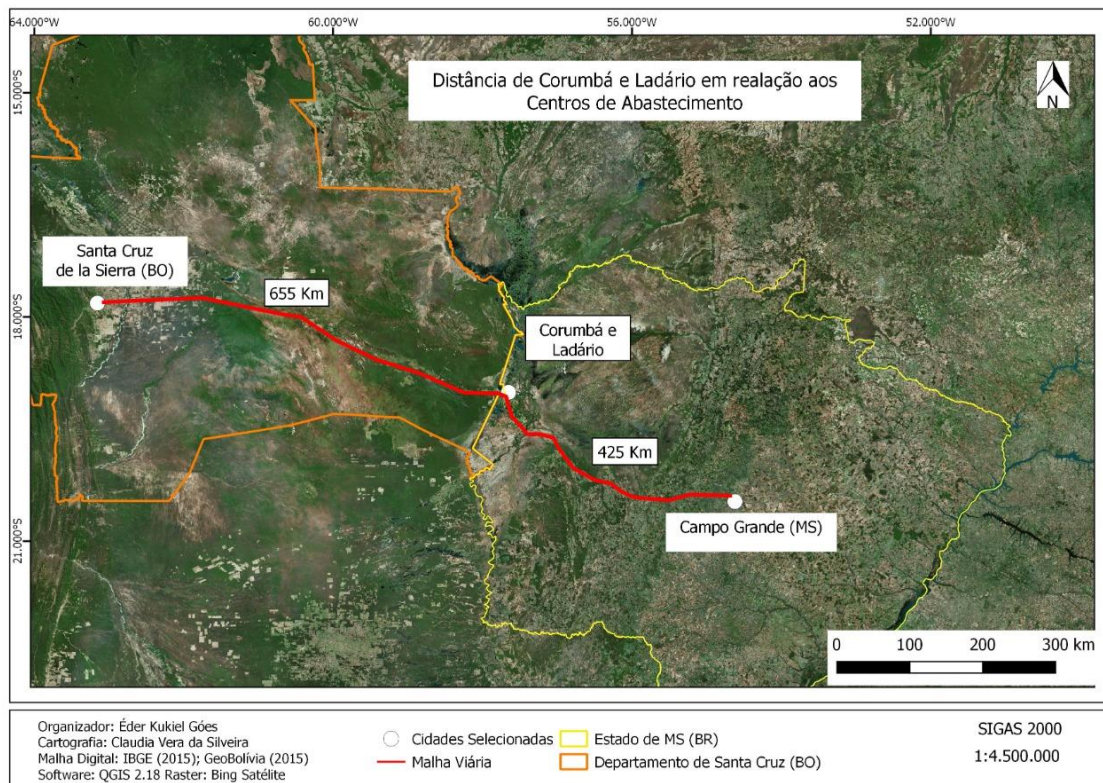
Já os feirantes bolivianos comercializam produtos tanto dos assentamentos rurais brasileiros, como produtos advindos do lado boliviano da fronteira, onde também se produz hortaliças e verduras. Nos dias de feiras, transportam os produtos das cidades bolivianas próximas à fronteira até o local da feira livre.

Outro aspecto a se analisar e que impacta no comércio local são as hortas presentes no lado boliviano da fronteira, que acabam por abastecer tanto as feiras locais como os mercadinhos de brasileiros e bolivianos. A distância entre Corumbá/Ladário (lado brasileiro) e Arroyo Conception/ Puerto Quijarro/Puerto Suarez das demais cidades, propicia uma “vantagem logística” para os agricultores familiares que produzem na região, qual seja, a vantagem da distância de outros mercados produtores de mercadorias.

As cidades mais próximas dessa região de fronteira do lado brasileiro é Miranda, que fica à 222 quilômetros de distância de Corumbá; do lado boliviano, a cidade mais próxima é Roboré, que se localiza a 231 quilômetros de distância de Puerto Suarez.

Essa distância de Corumbá e Ladário dos centros de produção e comercialização de alimentos, no caso do Brasil (Campo Grande-MS e São Paulo) e da Bolívia (Santa Cruz de La Sierra), acaba por criar dificuldades no abastecimento dessa região fronteira (Ver Figura 69). Eventos como a greve dos caminhoneiros, que ocorreu em maio de 2018, afetam o abastecimento dessa região. Naquela ocasião, as feiras livres, que são em parte abastecidas por produtos oriundos da Bolívia, não permitiram um desabastecimento por completo no que se refere a alimentos como legumes, verduras, dentre outros.

Figura 69 - Distância de Corumbá e Ladário dos centros de abastecimento Santa Cruz de La Sierra (BO) e Campo Grande (BR)



Fonte: Silveira, C. V. Organizador: Éder Kukiel

De forma geral, é perceptível a quantidade maior de produtos ofertados pelos bolivianos em comparação com os oferecidos nas bancas de feirantes brasileiros, como é o caso dos vindos dos assentamentos rurais (Ver Figura 70). Como apontado por Feiden e Costa (2017), os feirantes bolivianos se caracterizam por serem comerciantes. Não são produtores como os feirantes brasileiros.

Figura 70 - Barraca de verduras e legumes de um feirante boliviano



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019.

Na Figura 71, observamos uma feirante brasileira, vinda de um assentamento rural de Corumbá, dividindo espaço com produtos comercializados por uma feirante boliviana.

Figura 71 - Feirante brasileira e boliviana vendendo seus produtos na feira de domingo em Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de campo, junho de 2019

Observamos, por meio da pesquisa de campo, que as bancas bolivianas apresentam uma maior variedade de produtos. Podemos observar, também, uma diferença considerável no tamanho e na estrutura das bancas dos feirantes bolivianos em comparação às bancas dos feirantes brasileiros. Isso ocorre porque os bolivianos, em sua maioria, são revendedores e não produtores como os brasileiros, pois comercializam não somente o que eles produzem, mas também os produtos dos outros fornecedores. Tais fornecedores podem ser locais ou mesmo de outras regiões, como Campo Grande, Capital do estado do Mato Grosso do Sul; podem também ser originários de outros estados, como no caso dos produtos da Ceasa, localizada em São Paulo, ou ainda frutas advindas do estado do Paraná.

A importância das feiras livres para os beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda está na possibilidade de serem oferecidas verduras, hortaliças e frutas por vezes com menores preços, quando comparados com os supermercados locais. Os feirantes bolivianos compram seus produtos em locais onde conseguem obter menores preços e tendem a revender com pouca margem de lucro. Outro fator que comprova sua importância é sua distribuição por basicamente todas as localidades de Corumbá e

Ladário, em especial nas áreas com maior carência, onde se localizam as famílias que recebem tanto o Bolsa Família quanto o Vale Renda.

Como exemplo, podemos usar a alta nos preços do tomate e da cenoura no primeiro trimestre de 2022. Segundo a Ceasa-MS, fatores climáticos e a alta dos combustíveis, que impacta o preço do frete, são os responsáveis por esse aumento. Há, ainda, o fato de que 85% do que é distribuído por essa central de alimentos vem de fora do estado do Mato Grosso do Sul.

Segundo dados da Ceasa-MS, em dezembro de 2021, a caixa de 25 quilos do tomate estava sendo vendida a 80 reais. Já no mês de abril, passou a ser vendida por 140 reais. Em Corumbá, observou-se esse aumento de preço do tomate nos supermercados, porém como se trata de um município de fronteira, por vezes um produto que pode estar sendo afetado por questões climáticas ou mesmo logísticas, como é o caso do tomate no Brasil, pode não estar tendo esse tipo de problema do outro lado da fronteira, como é o caso da Bolívia.

O que se observamos foi que o preço do tomate nas feiras livres de Corumbá e Ladário não acompanhou esse aumento que ocorreu em Campo Grande ou demais cidades do MS e Brasil. Para efeito de comparação, foi tirada uma foto na feira livre de domingo em Corumbá e em um supermercado que fica a poucos metros dessa feira. Para efeito de comparação de preços, observe a Figura 72.

Figura 72 - Diferença de preço do tomate no supermercado (esquerda) e na feira livre (direita)



Fonte: Arquivo pessoal, abril de 2022.

Essa diferença ocorre pelo fato de que o tomate vendido nas feiras é de origem boliviana e sua produção não sofreu com problemas climáticos e/ou de logística. Com

isso, são oferecidos com preços menores nas feiras livres de Corumbá e Ladário, atendendo essa população mais vulnerável que não teria condições de comprar nos supermercados.

Outro exemplo que pode ser dado de como essa fluidez afeta os beneficiados tanto do Bolsa Família quanto do Vale Renda de Corumbá e Ladário, foi o aumento do preço da cenoura, que se deu, de acordo com a Ceasa-MS, por questões climáticas e fatores ligados a logísticas de transporte. Nas feiras livre de Corumbá e Ladário, esse produto é comprado por um valor menor quando comparado aos valores praticados nos supermercados e atacadões da região (Ver Figura 73).

Figura 73 - Preços de cenouras de origem boliviana (feiras livres) e brasileira (supermercados)



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Esses produtos passam pela fronteira, no caso dos feirantes, por vezes trazidos por eles mesmos.

Além dos hortifrúti, outros produtos são ofertados nas feiras livres, como brinquedos, alguns eletrônicos, acessórios de informática, além de grande variedade de roupas (Ver Figura 74).

Figura 74 - Barraca de eletrônicos, cobertores e guarda-chuvas



Fonte: Trabalho de campo, junho de 2019

Além dos hortifrutis, outro aspecto importante das feiras livres de Corumbá e Ladário é a compra de vestuário. Esse tipo de consumo foi citado por 67% dos beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda. Essa opção ocorre para a compra de roupas para as crianças e roupa para frio. Essas roupas de segunda mão, que localmente são conhecidas como “roupas do monte” ou “montão”, são chamadas assim pela forma como são organizadas.

De acordo com Ferreira (2015), essas roupas usadas são advindas de doações dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos. Esses produtos são transportados em *containers* e chegam até o Chile pelos portos de Arica e Iquique.

Segundo Ferreira (2015), esse comércio chegou na Bolívia em 1994, iniciando-se em Oruro, posteriormente chegando até Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento de Santa Cruz, onde o comércio dessas roupas se encontra em suas feiras livres, as de Cumavi e de Santos Dumont. Com isso, os comerciantes que revendem essas roupas nas feiras livres de Corumbá e Ladário-MS viajam até Santa Cruz de La Sierra, compram engradados dessas roupas usadas e trazem-nas para serem revendidas no lado brasileiro da fronteira (Ver Figura 75).

Figura 75 - Venda de roupas usadas na feira livre de domingo em Corumbá-MS



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2019.

As feiras livres representam para as famílias que recebem os benefícios sociais uma importante forma de se ter acesso a frutas, legumes e verduras. Por conhecerem a dinâmica comercial de uma fronteira, conseguem oferecer produtos com menores preços. A sua espacialização é outro elemento que contribui para a preferência dada a elas, pois basicamente estão presentes em todos os bairros, em Corumbá e Ladário, semanalmente. Essa espacialização, juntamente com os menores preços praticados, permite que as famílias de baixa renda tenham acesso a esses hortifrutis e roupas, pois não precisam se deslocar para realizar essas compras.

### **3.7 Os “puxadinhos bolivianos” ou “mercadinhos bolivianos” em Corumbá e Ladário**

A fronteira se apresenta de várias formas, através do limite, que separa os países, ou mesmo através de elementos materiais e imateriais. No contexto desse estudo, a fronteira pode ser observada em sua relação com as características do comércio, o qual se manifesta nas feiras livres, nos mercadinhos bolivianos e nas barraquinhas localizadas nas calçadas, onde os bolivianos vendem suas mercadorias. Quanto a sua importância para os beneficiários do Bolsa Família e do Vale Renda, destacam-se a possibilidade de se conseguir produtos com menor valor e a sua espacialização pelos bairros de ambas as cidades. Dentre os que fazem parte dos dois programas sociais, para 96,5% não existe uma preferência em relação a estabelecimentos comerciais de brasileiros ou de bolivianos. Compram onde são praticados os menores preços.

Assim como já apontado por Dias (2010) em sua pesquisa sobre moradias bolivianas em Corumbá-MS, os bolivianos que fixaram sua residência na cidade vieram em busca de trabalho e uma renda melhor. Ademais, em sua maioria vieram para o Brasil no período de sua juventude. O impulso para essa vinda para o lado brasileiro da fronteira revela as dificuldades familiares que eles viviam.

Para Dias (2010), o processo migratório dos bolivianos para Corumbá, no Brasil, está diretamente vinculado ao contexto dessa fronteira, que permitiu fluxos na direção de momentos de lazer, para as transações comerciais de seus negócios ou do consumo pessoal. Nesse processo de migração, o local de destino acaba por passar por alterações na chegada desse imigrante, como apontado por Oliveira e Campos (2014), onde os imigrantes são elementos de transformação, de forma principal para o lugar de destino, pois suas motivações de ordem política, econômica, religiosa ou até mesmo estritamente particular, são trazidas juntamente com eles, impregnando as relações que se formarão no local de chegada. Esse pensamento é corroborado por Costa (2009), segundo o qual uma ação individual carrega consigo uma herança histórico-cultural da sociedade da qual o indivíduo fez parte, como religião, ideologias e crenças. O indivíduo é sempre múltiplo em sua formação.

Quanto às razões de sua migração, para Dias (2010, p.39) “as duas principais motivações dos imigrantes para se mudarem para Corumbá são a busca por melhorias da condição de vida e a influência de outro imigrantes já instalados em Corumbá”. Outro ponto ressaltado por Dias (2010) é o uso da moradia para atividades comerciais. Geralmente a parte da frente da casa é deixada para esse fim, tornando-se uma renda a mais para a família.

Um dos nossos entrevistados (ver entrevista no Anexo A) iniciou essa atividade após dicas do seu irmão que já trabalhava há mais tempo com comércio e já era dono de um mercadinho e o ensinou como calcular o lucro; e o apresentou aos representantes comerciais que ajudaram a aumentar a oferta de produtos e a melhorar os lucros feitos no momento das vendas.

Um fator importante apontado como elemento que dinamiza essa passagem de produtos na fronteira entre Brasil e Bolívia é a taxa de câmbio. De acordo com P., no início do seu comércio, boa parte dos produtos oferecidos em sua venda eram trazidos de Puerto Quijarro, como bebidas, legumes, feijão e outros alimentos como batata roxa. Porém, no período atual, a taxa de câmbio entre o peso boliviano e o Real, moeda



brasileira, está mais favorável à compra de produtos por bolivianos aqui no Brasil. Boa parte dos produtos ofertados no comércio do entrevistado são adquiridos no Brasil, por meio dos representantes comerciais ou mesmo no atacadão local. Porém alguns produtos como alho, banana, feijão e hortaliças, refrigerantes e cervejas são comprados na Bolívia, mesmo com a taxa de câmbio desfavorável, pois, por questão de logística, fica mais barato comprar na Bolívia. Por vezes ele busca esses produtos na Bolívia com seu carro, ou mesmo encomenda com outros comerciantes bolivianos que trazem esses produtos até a sua casa, criando, com isso, uma rede de abastecimento no comércio local dos dois municípios. Esses comerciantes que vão até o país fronteiriço para comprar esses produtos de forma geral fazem uso de *vans* de origem boliviana e abastecem não somente o comércio dos bolivianos como também o comércio de brasileiros. É comum um mercado de boliviano de grande porte abastecer o seu mercado como também os pequenos comércios próximos ao seu, tanto estabelecimento de brasileiros como de bolivianos.

Quanto à fiscalização na aduana brasileira, ele disse que nunca foram impedidos de passar. De forma geral, quando são parados, os fiscais olham e, tratando-se de verduras e legumes, ou mesmo feijão e banana, deixam passar para o lado brasileiro.

Segundo o entrevistado, atualmente, por questão cambial, boa parte do comércio que fica em Puerto Quijarro é abastecido com produtos vindo do Brasil. Os mercadinhos compram seus produtos nos supermercados e atacados que se localizam em Corumbá. Como exemplo, ele usou a compra de cortes de aves e carne suína que são adquiridos juntos a esses estabelecimentos. Esses produtos, transportados em *vans*, são comprados nos atacados e supermercados locais e abastecem seus comércios que se localizam em Arroyo Conception e Puerto Quijarro e não pagam impostos ao passarem pelas alfândegas, no limite da fronteira Brasil-Bolívia.

A percepção de nosso entrevistado é a de que há aumento na venda de seus produtos no período de pagamento do programa Bolsa Família e do Vale Renda. A partir do dia 15, existe um aumento no fluxo de pessoas que compram em seu mercadinho. Essas pessoas tendem a comprar verduras, legumes, arroz, macarrão, leite, fralda e material escolar como cola, caderno, lápis e folhas de sulfite ou ofício.

Essa realidade apontada por P. está presente em ambos os municípios. Muitos bairros apresentam esses comércios bolivianos, como apontados pelas entrevistas, pois são locais onde os preços dos imóveis são menores quando comparados com os que se localizam na parte central de corumbá. Como apontado por Santos (2008 [1979]), Cataia

e Silva (2010) e Silveira (2009), essa forma de comércio faz parte do circuito inferior, que se caracteriza pela dificuldade de se conseguir lugares para instalar sua atividade comercial. Quando os bolivianos conseguem alugar um ponto comercial nas áreas centrais de Corumbá e Ladário, são espaços reduzidos, onde, por vezes, parte de sua mercadoria fica exposta nas calçadas, conforme apresentado na Figura 76.

Figura 76 - Estabelecimento comercial localizado em Ladário e Corumbá



Fonte: Acervo pessoal, 2021

O estágio em que seus estabelecimentos se encontram quanto a sua estrutura está por vezes relacionado ao tempo em que estão morando no lado brasileiro da fronteira. Durante o trabalho de campo, encontramos comerciantes bolivianos morando e trabalhando nessa atividade há mais de 10 anos que já conseguem se comunicar na língua portuguesa, mesmo as pessoas de idade mais avançada. Já os jovens é bem comum serem bilíngues (espanhol, português) ou mesmo falarem em mais de dois idiomas (espanhol, português, quéchua). Como apontado por Dias (2010), é comum o uso da moradia como ponto comercial, como pudemos observar durante o trabalho de campo. Em alguns casos, essas moradias apresentam múltiplas funções e têm a função de moradia, de ponto comercial e de depósito de produtos.

Na Figura 77, observamos um estabelecimento comercial que vende produtos de vestuário. Na parte de cima, fica sua residência e na parte de baixo, seu ponto comercial. Além da venda nesse local, também participam de três feiras livres: uma em Ladário e duas em Corumbá, como forma de atingir um público maior. Já no fundo da loja fica seu depósito. Na segunda imagem, temos um mercadinho, sendo a parte de cima a residência da família e na parte de baixo, o ponto comercial. Seu mercadinho vende produtos de

alimentos e bebidas e se localiza em um bairro periférico de Corumbá. Possuem, ainda, um ponto comercial em Puerto Quijarro. Nesse caso, a mãe do proprietário fica responsável por esse ponto que fica do lado boliviano da fronteira.

Figura 77 - Estabelecimentos comerciais de bolivianos de vestuário e alimentos e bebidas



Fonte: Acervo Pessoal 2022.

Os produtos ofertados em ambos os estabelecimentos têm origem variada. As roupas são de origem tanto brasileira quanto boliviana, pois encontramos marcas nacionais. Além dos produtos importados, de forma principal comercializam roupas voltadas para o público infantil. Já os produtos oferecidos no mercadinho também apresentam origens variadas, dependendo do lado da fronteira em que esse produto tem um valor mais baixo.

Nesse mercadinho boliviano, eles conseguem oferecer produtos com menores valores em relação aos supermercados locais, como exemplo o óleo de cozinha. No mês de abril de 2022, esse produto teve um aumento considerável no Brasil. Em consequência, também nos mercados, supermercados e atacados locais. Esse mercadinho consegue trazer esse produto da Bolívia e o oferece no seu estabelecimento por um valor menor que o praticado localmente. Um ponto importante de se analisar é que esse óleo de cozinha, que é trazido para ser vendido em Corumbá e Ladário, é produzido na Argentina, ou seja, esse produto passou pela fronteira entre Argentina e Bolívia até chegar nos comércios bolivianos, como observado na Figura 78. No mês de abril de 2022, era vendido por 7 reais e 50 a garrafa de 900 ml do produto, enquanto nos demais locais eram vendidos entre 9,90 e 11 reais. Essa possibilidade de se comprar um produto essencial com menor

valor tem levado as famílias que fazem parte dos programas sociais a realizarem suas compras nos comércios bolivianos. Como conhecem a fluidez dessa fronteira, conseguem praticar preços menores que os comerciantes brasileiros.

Figura 78 - Óleo de cozinha produzido na Argentina vendido em Corumbá e Ladário



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Segundo o proprietário do mercadinho boliviano, ele busca esse produto uma vez na semana no estabelecimento de que sua mãe cuida em Puerto Quijarro. Há restaurantes, padarias e lanchonetes de Corumbá que costumam deixar caixas de óleo encomendados com ele. Tem sido um dos produtos mais buscados em seu estabelecimento. O público do seu comércio é formado por pessoas do bairro e de outros locais próximos. Um ponto que notamos nos estabelecimentos comerciais de bolivianos é que eles não colocam preços na maioria de seus produtos. Isso ocorre tanto nos pontos comerciais de vestuário, alimentos e bebidas, como nas feiras livres e acontece tanto no lado brasileiro da fronteira como em Puerto Quijarro. Sempre que se queira saber o preço de algum produto, deve se perguntar ao proprietário, que geralmente fica atendendo na loja. Nesse mercadinho pesquisado, havia um brasileiro trabalhando na organização dos produtos.

Na evolução dos estabelecimentos desde o estudo apresentado por Dias (2010), observamos que atacados bolivianos que ficam em Corumbá não apresentam a mesma estrutura que os atacados brasileiros, como observado na Figura 79, mas possuem o mesmo sistema de vendas. Quanto maior a quantidade de produtos comprados, maior será o desconto aplicado no produto.

Figura 79 - Atacados bolivianos localizados em Corumbá



Fonte: Acervo pessoal, 2022

Esses atacados, durante a pesquisa de campo, foram mencionados por comerciantes brasileiros como os locais onde suas compras são efetuadas, assim como o atacado da Safira (Figura 61). Os produtos mais procurados são as bebidas, as rações para cães e gatos, além de alimentos. Mesmo com um poder econômico menor que os atacados brasileiros, em muitos produtos conseguem oferecer preços menores, como é o caso do óleo de cozinha sendo oferecido por 9,98 preços por unidade e 9,85 preços por atacado, e no estabelecimento boliviano saindo por 9,75 preço por unidade e 9,15 preço por atacado, como observado na Figura 80.

Figura 80 - Óleo de cozinha sendo oferecido em um atacado brasileiro e em um boliviano em Corumbá



Fonte: Acervo pessoal 2022

A importância desses estabelecimentos comerciais bolivianos está na sua distribuição espacial. Estão presentes em todos os bairros de Corumbá e Ladário e conseguem oferecer produtos por vezes mais baratos que os dos comerciantes brasileiros e são buscados pela população com menor poder aquisitivo para efetuar suas compras.

Esses preços são oferecidos com valores menores por diversos fatores, entre eles está o fato de buscarem um lucro baixo na venda do produto e criam entre eles uma rede que possibilita a realização de compras coletivas direto na empresa produtora, como é o caso das bebidas, vestuário e alguns produtos alimentícios. Fazem compras coletivas nos atacados locais, com isso conseguindo um maior desconto. A fronteira para eles não é um fator limitador, mas sim uma possibilidade para se conseguir produtos e serviços com menor valor.

Fazem, também, uso de mão de obra familiar e trabalho pendular, trazendo familiares ou conhecidos da Bolívia para trabalharem em seu comércio em Corumbá e Ladário, pagando de forma semanal ou quinzenal um valor menor que o salário-mínimo quando somados esses valores em um mês. Além da compra no lado fronteiriço que ofereça menor preço, que pode ser por questões cambiais e fatores ligados à oferta de determinado produto, como observamos no caso do tomate e cenoura, ou por questões de legislação como apontado por Oliveira (1998), onde a legislação ambiental em vigor na Bolívia facilita a exploração de madeira e posteriormente esse produto passa para o Brasil.

Um das dificuldades encontradas em relação ao comércio boliviano é a sua quantificação, pois segundo dados levantado junto à Secretária de Tributos, tanto de Corumbá como de Ladário, ao abrirem seu ponto comercial, de forma geral, apresentam CPF ou mesmo identidade ou, ainda, abrem seu comércio em nome dos filhos que nasceram no Brasil, por isso possuidores de documentação brasileira. Mesmo os sistemas de cadastros da Secretária de Fazenda, Secretária de Tributos de Corumbá e Ladário não conseguem identificar os comerciantes bolivianos. Tanto é assim que um supermercado pode pertencer a um boliviano e dentro do sistema da Secretária de Tributos de Ladário esse comerciante aparecer como participante do Empresa de Pequeno Porte (EPP) e como brasileiro. A explicação para esse fato dado pelos representantes dessas instituições é a de que o sistema de cadastro não foi pensado para um município de fronteira. Com isso, nos sistemas de cadastros presentes tanto em Corumbá como em Ladário não há essa distinção em relação a nacionalidade. Essa condição, por vezes, serve de proteção contra preconceito por parte dos demais comerciantes brasileiros.

O fato de conseguirem a documentação no Brasil permite que tenha acesso a serviços como o sistema de saúde, como já mencionado, além de conseguirem ter acesso ao sistema bancário local. Como forma de se conhecer essa relação entre os comerciantes bolivianos com a rede bancária, realizou-se uma entrevista com a gerente de contas do banco Santander, localizado na cidade de Corumbá.

Questionada se existem bolivianos que abrem conta no banco que ela representa, a gerente disse que sim, comprovando que, se têm residência em Corumbá ou Ladário e apresentando-se a documentação necessária, como RG e CPF, a abertura de conta é efetuada. Essas aberturas de conta estão sendo facilitadas pelo uso da tecnologia, por meio do site do banco, de aplicativos ou, no caso dos bancos públicos, como Caixa Econômica e Banco do Brasil, sendo possível abrir contas por lotéricas e representantes bancários. O cliente recebe o cartão do banco em sua residência. A tecnologia tem permitido a abertura de contas sem a necessidade de se ir pessoalmente ao banco, bastando ter a documentação.

De acordo com a gerente, a partir de 2018 tem ocorrido aumento no número de clientes estrangeiros. Essa percepção se dá pelo fato de que cada novo cliente passa por uma análise de crédito. Em relação a financiamento de imóveis ou mesmo empréstimo, existe essa possibilidade dependendo da movimentação financeira desse cliente estrangeiro dentro da instituição.

De acordo com a gerente, tem se tornado comum os bolivianos darem entrada com sua conta no banco na categoria de MEI. Dessa forma, já possuem um crédito de até 2 mil reais pré-aprovado como forma de estímulo à melhoria de sua atividade comercial, além das facilidades que uma conta comercial possibilita, com máquinas de cartão para receber tanto no débito como no crédito e uma conta corrente especial.

Os clientes estrangeiros que abrem contam no banco em sua maioria apresentam como comprovante de renda endereços do bairro Aeroporto, Popular Nova e bairros próximos ao bairro Centro.

A importância de se fazer parte do sistema bancário é poder variar nas formas de se receber na venda de seus produtos. Participando desse sistema, os comerciantes bolivianos conseguem ampliar sua clientela e até mesmo parcelar seus produtos. Nos mercadinhos e lojas de roupas, o uso das máquinas de pagamento já é comum. Com a ampliação na forma de pagamento, conseguem fazer parcelamento das compras mesmo nas barracas das feiras livres. O uso do Pix, uma forma de pagamento instituído a partir

de novembro de 2020, passa também a ser usado nas feiras livres, como observado na Figura 81.

Figura 81 - As feiras livres e as novas formas de pagamento



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Essa inclusão dos comerciantes bolivianos dentro sistema bancário aumenta a possibilidade de formas de pagamento e amplia as possibilidades para eles fazerem compras nos atacados ou com representantes comerciais das demais localidades, conseguindo, assim, ampliar sua oferta de produtos.

Dados levantados junto a Associação Comercial e Empresarial de Corumbá apontam que a importância do turista boliviano está na sua participação na compra de produtos nos estabelecimentos locais. Que está em média de 35 a 40% do que é vendido, em especial nas lojas que se localizam na área central, que são voltadas para a venda de roupas, móveis e eletrodomésticos. Também apresentam importante participação nos supermercados e atacados do município. Toda essa dinâmica está relacionada com a variação cambial, que no momento tem favorecido o comércio local. Existe um fluxo maior de bolivianos fazendo suas compras nas lojas da cidade de Corumbá-MS.

Outro setor que tem se beneficiado com a vinda dos bolivianos são os restaurantes, bares e lanchonetes. Ao virem fazer compras em Corumbá, acabam por consumir os serviços, o que acaba por movimentar a economia local.

A fronteira é espaço de complementaridade, onde os bolivianos são peças fundamentais dessa dinâmica comercial, tanto no consumo, na forma de turismo no município e de forma principal para atender a população com seu comércio.

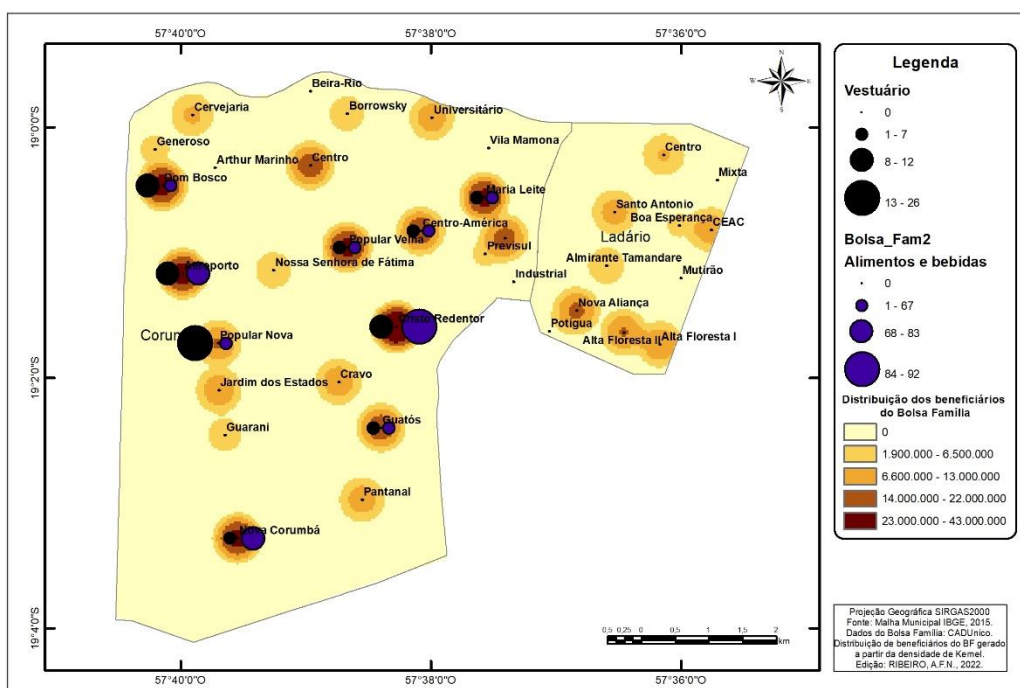
O comércio tem se fixado nos bairros periféricos em Corumbá, atendendo a população que residem nesses locais. Observamos uma relação entre a necessidade das



famílias que recebem o PBF e VR que habitam esses locais em usarem comércio próximos a suas residências por não possuírem meio de transporte próprio, e não fazem uso do transporte público para se locomoverem até a parte central de Corumbá e efetuarem suas compras nos mercados e supermercados e lojas nesses locais.

No Mapa 4, apresentamos uma cartografia que cruza a localização dos beneficiários com a localização dos estabelecimentos comerciais de produtos alimentícios e vestuário.

Mapa 4 - CIDADES DE CORUMBÁ E LADÁRIO – Distribuição espacial dos beneficiários, dos estabelecimentos de vestuário e bens alimentícios – 2019



Fonte: Ribeiro, A.F.N. 2021. Organizador: Éder Kukiel

Comparando os dados coletados em trabalho de campo, observamos uma relação entre bairros com mais beneficiários do Bolsa Família e a quantidade de estabelecimentos comerciais de alimentos, bebidas e vestuário. A correspondência confirma que os recursos do programa são consumidos no comércio de proximidade e que este comércio sofreu os efeitos positivos da política pública, principalmente do Programa Bolsa Família, que foi o maior volume distribuído.

O encerramento do programa ou a redução dos recursos, além de afetar diretamente as famílias, também afetará atividades econômicas que são realizadas no sustento das pessoas, mesmo que na condição de informalidade.

## CONCLUSÃO

As políticas públicas de distribuição de renda são importantes instrumentos de combate à desigualdade social e foram fundamentais nos municípios de Corumbá e Ladário. Comprovamos que o Programa Bolsa Família se demonstrou um elemento que ajuda nesse processo de melhoria na condição de vida, em especial na compra de alimentos básicos e vestuários para o público que ele atende.

Em todos os bairros, existem beneficiários do Bolsa Família. A concentração ocorre nos bairros periféricos em Corumbá, com exceção do Aeroporto. Em Ladário, essa distribuição ocorre de forma semelhante, tendo maior concentração nos bairros periféricos. Este padrão é muito semelhante a outras localidades já pesquisadas.

O gasto do benefício com o consumo de vestuário e bens ocorre nas proximidades da moradia, pois, além de evitar a precariedade do transporte público das duas cidades, evita também o gasto com o pagamento da passagem de ônibus. As feiras livres que ocorrem de forma periódica nos bairros, tanto em Corumbá como em Ladário, confirmaram-se como importante espaço de consumo. Nesses locais, ocorre a compra de legumes, frutas e verduras, pois esses produtos apresentam preços menores quando comparados com os mercados, supermercados e atacados, dependendo da relação cambial ou por questão de custo de produção e oferta. Quando há pequena diferença de preço em favor de estabelecimentos que estão mais distantes, a opção é pelo bairro, por causa dos custos e da dificuldade de transporte.

Para a aquisição de vestuário, as feiras livres constaram como opção, de forma especial para o público infantil. Uma modalidade particular é a que ocorre na oferta das roupas do “montão”, cujas peças custam em média entre cinco e dez reais, um preço atrativo para os beneficiários do programa. As lojas localizadas nos bairros, por existir uma proximidade entre os clientes e o proprietário da loja, pela relação de proximidade entre cliente e dono da loja de longa data, facilitam o pagamento ao parcelar para pagamento mensal, quinzenal ou semanal. De acordo com o período são roupas usadas, mais baratas. As feiras e as roupas “de montão” são estratégias com presença das particularidades da fronteira, pelas condições dos comerciantes, resultado das interações espaciais desta conturbação. Os custos são mais favoráveis aos beneficiários.

A forma de consumo muda quando comparamos os beneficiários que moram na cidade e nos assentamentos. Os que residem na área urbana de Corumbá e Ladário fazem

uso dos mercadinhos, supermercados e feiras livres. Compram alimentos como arroz, feijão, óleo, proteína animal etc. Os que residem nos assentamentos rurais, por possuírem uma produção própria de verduras, legumes, frutas e proteína animal, não necessitam comprar esses produtos na área urbana. Buscam alimentos como arroz, feijão, açúcar etc. Buscam roupas nas lojas e agasalhos e calças nas feiras livres ou mesmo indo até Puerto Quijarro, pois existem caminhos conhecidos como “cabriteiras” que facilitam acesso até o lado boliviano da fronteira. Usufruir dos preços do outro país é uma condição particular que foi constatada na análise dos efeitos do Programa, embora tenhamos nos restringido ao comércio no Brasil, sem avaliar as condições no comércio do país vizinho.

Quando analisamos os beneficiários que moram nas sub-regiões do Pantanal, apresentam especificidades dadas pelas condições do meio. Algumas dessas famílias, como as que moram em Porto Índio, no Pantanal de Cáceres, quando precisam fazer compras nos supermercados de Corumbá, têm que viajar por dois dias de ida, mais dois para voltar e ter pelo menos um dia de estada na cidade. Com isso, uma ida ao mercado, para os moradores dessa região, tem que ser pensada com pelo menos uma semana de antecedência. Os moradores dessas sub-regiões apresentam semelhanças com os que vivem nos assentamentos rurais, por não necessitarem comprar proteína animal, pois conseguem ter acesso a ela graças à criação de animais, pela pesca ou caça.

Essa condição de moradia os leva a criar uma outra forma de economia, que se baseia na “permuta”. Pela distância das áreas urbanas, realizam um comércio local que por muitas vezes se baseia na troca, pois o dinheiro não teria um uso imediato. Com isso, o uso do Bolsa Família fica reservado para as compras de alguns alimentos nos supermercados na cidade de Corumbá e artigos de vestuário. Além das trocas no interior da comunidade, também trocam alguns produtos do seu interesse com os turistas ou nas comunidades indígenas. O circuito inferior é muito diferente do descrito para economias exclusivamente urbanas. Há um hibridismo entre o funcionamento dos mecanismos de abastecimento.

Nas cidades, quando analisamos os elementos dos dois circuitos, temos a presença da rede bancária, lotéricas, supermercados, atacados e lojas de departamento no circuito superior. O circuito inferior é constituído por atividades econômicas de pequena dimensão. No contexto desta pesquisa, é representado pelas feiras livres e mercadinhos localizados nos bairros, mercearias, bares, lojas de roupas de menor porte e “puxadinhos” bolivianos. Os beneficiários consomem mais nos estabelecimentos do circuito inferior,

tanto pela proximidade com o local onde residem quanto pela facilidade na forma de pagamento das compras e preços mais baixos. Em lugares como as lojas de roupas localizadas nos bairros, pode se comprar na “confiança”, com a certeza de que o pagamento vai ocorrer, porque compartilham os mesmos espaços. Isso explica a expansão do comércio dos bolivianos, que associam a moradia ao comércio em vários exemplos demonstrados nesta tese. O dinamismo desse comércio varejista está relacionado à injeção de recursos pelos programas, principalmente o Bolsa Família. Isso acaba gerando atividades econômicas, mesmo que não formalizadas, que são importantes para a vida dessas pessoas, tanto para vendedores quanto para beneficiários.

O circuito superior se manifesta na forma de pagamento presente nos mercadinhos, nas lojas de vestuários presente nos bairros e em algumas barracas das feiras livres, que passaram a aceitar pagamento na forma de cartão ou na modalidade Pix. Para se abastecerem, tanto os mercadinhos brasileiros como os dos bolivianos compram nos atacados e supermercados e fazem a revenda. Isso também é um efeito dos recursos do programa, que não fica limitado ao pequeno comércio, mas, sim, chega ao ponto comercial de maior porte.

Outro fator destacado na pesquisa foi a fronteira, que permeia todas as relações de comércio. A fronteira é um espaço de oportunidades onde questões cambiais ou mesmo a busca por trabalho podem direcionar o fluxo de pessoas e mercadorias ora para um lado ora para o outro. Na pesquisa, constatamos que existe uma relação intrínseca entre o comércio boliviano e os beneficiários do Bolsa Família. Os comerciantes bolivianos estão presentes por todos os bairros tanto em Corumbá como em Ladário. Como conhecem a dinâmica da fronteira, conseguem traçar estratégias para oferecer produtos com preços menores em comparação com os preços praticados pelos comerciantes brasileiros e isso favorece o beneficiário, pois este consegue ter uma redução dos custos, mesmo que pequena, relevante para seu orçamento.

As estratégias que permitem oferecer produtos mais baratos são a menor margem de lucro na venda de suas mercadorias. Conseguem se organizar para fazer compras coletivas nos atacados ou diretamente nas empresas que ofertam produtos do interesse deles. A compra no atacado reduz o custo unitário da mercadoria. Outra forma é o uso de mão de obra familiar ou o uso do trabalho pendular, que se dá quando trazem familiares ou conhecidos que moram no lado boliviano para trabalhar em seu ponto comercial no Brasil, pagando valores inferiores ao salário-mínimo.

A relação de comércio na fronteira se utiliza da relação cambial ou do fato de ocorrerem problemas específicos de desabastecimento em algum produto. O trânsito entre um país e outro é possível porque os interessados conhecerem a forma de atuação das instituições de controle que ficam próximas ao limite internacional e/ou porque usam estradas vicinais nos assentamentos que atravessam essa fronteira. Com isso, conseguem trazer produtos para serem revendidos a preços mais competitivos (da mesma forma, fazem o caminho de volta levando mercadorias do Brasil para serem vendidas em Puerto Quijarro ou Puerto Suarez).

Essas estratégias ajudam a disponibilizar produtos com menores preços nos mercadinhos, lojas de roupas ou feiras livres. Isso permite que quem faz parte do Programa Bolsa Família consiga comprar alimentos mais baratos, pois de certa forma são levados até próximo a sua moradia. Esses beneficiários não têm condições de fazerem pesquisa de preços e têm dificuldade para ir até os supermercados por não possuírem veículos ou não poderem gastar com a despesa de locomoção.

Durante a pesquisa constatamos que os comerciantes bolivianos conseguem levar produtos para todos os bairros via “puxadinhos” ou feira livre, ajudando na segurança alimentar da população de baixa renda, beneficiários dos programas aí incluídos.

No contexto dos circuitos da economia urbana, os comerciantes bolivianos estão no circuito inferior com os mercadinhos, “puxadinhos”, feiras livres, localizando-se em sua maioria nos bairros periféricos de Corumbá. Acabam vindo para essa região fronteira em busca de trabalho e renda, buscando esses bairros por possuírem preços de terrenos e imóveis menores quando comparados aos praticados na parte central. Mesmo quando conseguem abrir pontos comerciais na área central, o fazem em espaços confinados, sem o mínimo de estrutura para exercer tal atividade. Eles acessam os estabelecimentos do circuito superior usando o sistema bancário no Brasil.

A concentração dos beneficiários nas áreas periféricas estimulou a atividade do comércio formal e informal e os recursos movimentaram a economia dos municípios, gerando emprego e renda. Estar na fronteira também possibilitou acessarem mercadorias a um custo comparativamente menor, pelas estratégias criadas.

Como não encontramos trabalhos semelhantes na literatura, esperamos que a pesquisa possa subsidiar a compreensão sobre os programas e suas repercussões.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 233-247.
- ANDERY, M. A. P. A. et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 9. ed. Rio de Janeiro: **Espaço e Tempo**; São Paulo: EDUC, 2000.
- ANDRADE, S. Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá. *Jornal Correio do Estado*. Disponível em: <<https://correiodoestado.com.br/economia/consumidores-da-bolivia-%E2%80%9Csalvam%E2%80%9D-comercio-de-corumba/358028>> Acesso em: 20/05/2022
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: **base de dados**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/corumba\\_ms#trabalho](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/corumba_ms#trabalho)>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2020
- BAUERMANN, C. L.; CURY, Mauro José Ferreira. Políticas Públicas De Saúde: O caso da fronteira entre Brasil/Paraguai. **XI – Encontro Nacional da Anpege – A Diversidade da Geografia Brasileira: Escalas e dimensões**. De 9 a 12 de outubro de 2015. Anais do XI-ENANPEGE. Disponível em: <[www.enanpege.ggf.br/2015](http://www.enanpege.ggf.br/2015)>. Acesso em: 29/10/2020.
- BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. PORTARIA Nº 3.227, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020. Dispõem sobre Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-3.227-de-28-de-dezembro-de-2020-296802020>. Acesso em: 10/02/2022
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em maio de 2019.
- BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.transparencia.ms.gov.br>>. Acesso em: 11 de maio de 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa Ilumina Pantanal**. Disponível em; < [180](https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/programa-ilumina-pantanal-leva-energia-a-ribeirinhos-e-produtores-rurais-do-pantanal#:~:text=Programa%20Ilumina%20Pantanal%20leva%20energia%20a%20ribeirinhos%20e%20produtores%20rurais,-O%20programa%20beneficiou&text=Comunidades%20ind%C3%ADgenas%20est%C3%A3o%20recebendo%20energia,de%20Energia%20El%C3%A9trica%20(Aneel) >. Acesso em 22/10/2021.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Câmara de Comércio Exterior**. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externior/pt-br/search?SearchableText=corumb%C3%A1>. Acesso em 20/09/2021

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Programa Criança Feliz**. A intersectorialidade na visita domiciliar. Edição, 2017 - Brasília/DF.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Orientações Técnicas Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ACESSUAS. **Plano Brasil sem Miséria**, 2018.

BRAUW, A; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The Impact of Bolsa Família on Schooling. World Development Vol. 70, pp. 303–316, 20150305-750X/2015 The Authors. **Published by Elsevier Ltd**. This is an open access article under the CC BY-NC-ND. Disponível em: (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>).

BRUERA, H. “Impacto de las instituciones y políticas públicas en el derecho a la alimentación”, In: FAO (org), **Estudio de caso sobre el derecho a la alimentación en Brasil** (Documento de Trabajo), p. 44, 2004.

CÁCERES, E. GOMES, A. Tomate dispara em Campo Grande e chega a R\$ 21,99 o quilo nos supermercados. **Midiamax**. Economia. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/economia/2022/tomate-dispara-em-campo-grande-e-chega-a-r-2199-o-quilo-nos-supermercados/>. Acesso em: 17/04/2022.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília: Ipea, 2013.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. RIBAS, A. D.; Sposito, E. S.; Saquet, M. A. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, p. 67-86.

CARNEIRO, C. P.; CAMARA, L.B. Políticas públicas na faixa de fronteira do Brasil: PDFF, CDIF e as políticas de segurança e defesa. Confins [online], 41 | 2019, posto online no dia 17 setembro 2019, consultado o 06 maio 2022. URL: <http://journals.openedition.org/confins/22262> Acesso em: 10/02/2022

CASTRO, M. **A fronteira Portugal/ Espanha, 18 anos depois de Schengen**. O caso de Portalegre/Elvas – Valência de Alcântara/Badajoz. Tese. (doutorado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2013.

CEASA MS. **Variação de Preço nos Hortifrutis**. Disponível em: [easa.ms.gov.br/variacao-de-precos-no-hortifruti-38a-semana-19-09-a-25-03-2022](https://easa.ms.gov.br/variacao-de-precos-no-hortifruti-38a-semana-19-09-a-25-03-2022) Acesso em: 17/04/2022.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: **resultados preliminares do universo**. In: IBGE. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/panorama>. Acesso em: jul. 2019



CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 9ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

CORUMBÁ. **Secretária de Assistência Social de Corumbá**. Disponível em:<<https://www.corumba.ms.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. 2019.

CORUMBÁ. **Em ação social, Município prepara população para ingresso no mundo do trabalho**. Disponível em: <<https://www.corumba.ms.gov.br/2018/03/em-acao-social-municipio-prepara-populacao-para-ingresso-no-mundo-do-trabalho/>>. Acesso em março de 2020.

COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento Territorial em Áreas de Fronteira. In: COSTA, Edgar Aparecido da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **Seminário de Estudos Fronteiriços**. Corumbá: UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009. p. 61-78.

COSTA, G. V. L. da. Conflitos e Disputas na Fronteira Brasil-Bolívia: A Interdição da Feira Bras-Bol em Corumbá-MS. **Antropolítica**. Niterói, n. 35, p. 175–196, 2. sem. 2013

COTTA, R.M.M.; MACHADO, J.C.; Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panam Salud Publica**. 2013;33(1): 54–60.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. de A. Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília: Ipea, 2013, p.

CUYATE, R. **Fronteira e territorialidade dos camponeses do Assentamento 72, Ladário-MS**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Câmpus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: 2015.

DI FABIO, E.; NASCIMENTO, D. F.; CAVASANA, Emmanuel A.; COSTA, Edgar Aparecido da; FEIDEN, Alberto. Sazonalidades na comercialização de hortaliças da agricultura familiar na fronteira Brasil-Bolívia. **Cadernos de Agroecologia**. V. 13, Ed. 2, 2018, p. 1-10.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003.

FAO. **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Disponível em <<http://www.fao.org/brasil/pt/>>. Acesso em fev. de 2020.

FAZCOMEX. **Exportações do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-do-mato-grosso-do-sul/>> Acesso em 20/09/2021.

FEIDEN, E.A da C. Diagnóstico da produção e comercialização transfronteiriça de hortaliças na fronteira entre os municípios de Corumbá e Ladário no Brasil e Puerto Quijarro e Puerto Suarez na Bolívia. Embrapa Pantanal-Artigo em anais de congresso (ALICE) In: **Seminário Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural**

**Sustentável; Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**, 4., 2017, Marechal Cândido Rondon, PR. Interdisciplinaridade e desenvolvimento rural sustentável:[anais]. Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, 2017.

FERREIRA, F. L. **“Brechó fronteiriço”: a comercialização de roupas usadas nas feiras livres de Corumbá (BR)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá: 2015.

FLAMIA, C. M. N. e M. **O acesso de estrangeiros ao SUS**. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

GADELHA, C.; COSTA, L.S. A saúde na política nacional de desenvolvimento: um novo olhar sobre os desafios da saúde. In **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013.

GANSTER, P. et al (eds.). **Borders and Border Regions in Europe and North America. San Diego: San Diego**. State University and Institute for Regional studies of the California, 1997.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: **Atlas**, 1999.

GOMES, A. de T. **Do Colapso à Reconstrução: Estados Falidos, Operações de Nation-Building e o Caso do Afeganistão no Pós-Guerra Fria USP**, 2008. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde28082008-152755/publico/DISSERTACAO\\_AUREO\\_DE\\_TOLEDO\\_GOMES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde28082008-152755/publico/DISSERTACAO_AUREO_DE_TOLEDO_GOMES.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GONÇALVES, A. Isolados no Pantanal, militares guardam a região de fronteira. **Jornal Acrítica**. Disponível em: < <https://www.acritica.net/editorias/geral/isolados-no-pantanal-militares-guardam-a-regiao-de-fronteira/285188/>> Acesso em março de 2020.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p.30-41.

HOUSE, J. W. The Frontier Zone. A Conceptual Problem for Policy Makers. **International Political Science Review**, 4(1), p. 456-477, 1980.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Repercussões do programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001**. Rio de Janeiro
- IPEA - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Dados do Clima em Corumbá-MS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpe/pt-br>> Acesso em janeiro de 2022.
- IPEA. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central**. Organizadores: Bolívar Pêgo (Coordenador) ... [et al.] - Rio de Janeiro :Ipea, MDR, 2019.Volume 4
- ISABELA, D’L. S. L.; TITO, Belchior S. M.; CUNHA, G. Impactos do Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade no Nordeste. **Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro**. Brasília, número 20, janeiro-junho de 2016, p. 120-147.
- KERSTENETZKY, C. L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, nº 42, p. 113-122, fev. 2009.
- LADÁRIO. **Secretária de Assistência Social de Corumbá**. Disponível em:<<https://www.ladario.ms.gov.br>>. Acesso em: 10 de out. 2019.
- LAMOSO, Lisandra Pereira. Salário mínimo e preços como determinantes de complementaridade em conurbações binacionais - DOI 10.5216/bgg.v36i1.40379. **Boletim Goiano de Geografia**, [s.l.], v. 36, n. 1, p.177-196, 21 mar. 2016. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v36i1.40379>.
- MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. P. 243-284. In: **Continente em Chamas: Globalização e território na América Latina**. Org. Maria Laura Silveira. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.2005.
- MACHADO, L.; HAESBAERT, R.; RIBEIRO, L. P.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. O desenvolvimento da faixa de fronteira uma proposta conceitual-metodológica. In: **Território sem limites: estudos sobre fronteiras** / Tito Carlos Machado de Oliveira, organizador. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005, p. 87-113
- MATO GROSSO DO SUL. **Portal da Transparência do Governo de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.transparencia.ms.gov.br>>. Acesso em 10 de maio de 2020.
- MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. Resultados e recomendações da CST Faixa de Fronteira. Disponível em:< <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/avallone-apresenta-resultados-e-recomendacoes-da-cst-faixa-de-fronteira/visualizar>> Acesso em 13/10/2021.
- MAX, C. Z.; OLIVEIRA, T.C.de. **As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista**. Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 47, p 7-27, jan./jun. 2009
- MEAD, L. M. **Public Policy: Vision, Potential, Limits**, Policy Currents, Fevereiro:1-4. 1995.

- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: **Vozes**, 2001.
- MONDARDO, M. Fronteira, conflitos e Estado de exceção. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 64-84, jul./dez. 2018
- MOREIRA, R. **Empreendedorismo e Inclusão Produtiva: uma análise de perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família**. Ipea, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5648>>
- NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 195-206.
- NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**. n. 2, v. 1, Goiânia-GO, p. 27-41, 2007.
- NUNES, R. Fechamento da Fronteira. **Portal Diário Corumbaense**. Disponível em: <<https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=116203>> Acesso em janeiro de 2022.
- OLIVEIRA, T.C.M. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: OLIVEIRA, M.A.M.; COSTA, E.A. **Seminário de estudos fronteiriços**. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.p. 25-44.
- OLIVEIRA, T.C.M. **Uma Fronteira para o pôr do sol**. Um estudo geoeconômico sobre uma região de fronteira. Campo Grande -MS. Editora da UFMS, 1998.
- OLIVEIRA, M. A. M.; CAMPOS, D. L. Imigrações e instituições de fronteira: bolivianos em Corumbá, MS. **Direitos Culturais**, v. 10, p. 47-58, 2015.
- PAIVA, T. No Pantanal, Escolas das Águas se adaptam ao regime das cheias. **Carta Capital**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/no-pantanal-escolas-das-aguas-se-adaptam-ao-regime-das-cheias>>. Acesso em 10 de maio de 2020.
- PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- PINTO, I. V. **Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida. Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009**. /Isabella Vitral Pinto. Rio de Janeiro: s.n., 2010. (Dissertação Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010
- PRADO, H. S. de A. **Inserção dos atores subnacionais no processo de integração regional: o caso do Mercosul / Henrique Sartori de Almeida Prado**. – 2010. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Ática. São Paulo. 1993.
- RAMOS, N.B.; ICHIHARA, M.Y.; FIACCONE, R.L.; ALMEIDA, S. S. Conditional cash transfer program and child mortality: A cross-sectional analysis nested within the

100 Million Brazilian Cohort. **PLoS Med.:** **Zulfiqar A. Bhutta**, The Hospital for Sick Children, CANADA, September, 2021.

REGO, W. L.; PIANZANI, A. **Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania**. 2. Ed- São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROLLI, C. A. Escalada do Contrabando: mercado ilegal cresce no país em plena crise de segurança. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1-10. 21 mar. 2018. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/contrabando-no-brasil/uma-muralha-da-china-por-ano/mercado-ilegal-cresce-no-pais-em-plena-crise-de-seguranca.shtml>. Acesso em: 12/10/2021.

SABATEL, V. de O. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2013.

SANTOS, M.P.S.; GUANAIS, F.; PORTO, D.L.; NETO, O.L, de M.; STEVENS, A.; CORTEZ-ESCALANTE, J.J.; MODESTO, L. Menor ocorrência de baixo peso ao nascer entre crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. –Brasília: Ipea, 2013, p. 263-271

SANTOS, R. C. O.; OLIVEIRA, M. A. M. **Trabalhadores Bolivianos em Feiras Livres na Cidade de Corumbá, MS**. Relatório Final PIBIC do projeto de Iniciação Científica do CNPq 2011/2012. UFMS/CPAN, 2012.

SANTOS, T. M.; SILVA, S. S. da C. Avaliação de Beneficiárias Ribeirinhas da Amazônia sobre o Programa Bolsa Família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 33, pp. 1-8. Disponível em: doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3341>

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2003.

SCHERMA, M. A. Políticas de Defesa e Segurança para as Fronteiras nos Governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**. Brasília, n. 22, jan./abr. 2016.

SEBRAE. **Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras. Características e interações territoriais Bolívia, Brasil e Paraguai**. 1ª edição Campo Grande: Mato Grosso do Sul Editora Visão, 2010.

SEMAGRO. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar**. Disponível em: <<https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Setor-Externo-Outubro-2020.pdf>>. Acesso em: 18/10/2021

SILVA, C. B. **Economia Informal em Corumbá/MS: A chamada “Feirinha Boliviana” e pequenos comerciantes ambulantes – realidade e cotidiano**. Monografia de Graduação. UFMS/CPAN, 2003.

SILVA, M. O. da S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.6, p.1429-1439, 2007.

SILVA, N. B. P. R. **Escola de fronteira: proposta para alfabetização de alunos residentes na Bolívia que estudam na escola CAIC, em Corumbá/MS.** (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2016.

SILVEIRA, M. L. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os dois circuitos da economia urbana. **X Simpurb**, Florianópolis. 2007.

SILVEIRA, M.L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole.** São Paulo: Contexto, 2004.

SILVEIRA, G. S. da. **O Programa Bolsa Família na Faixa de Fronteira Brasil - Paraguai: Compreendendo dificuldades e particularidades dos beneficiários no município de Ponta Porã – MS.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência de renda de outros países. **IPC Evaluation Note**, Brasília, v. 1, nº 1, p. 2-12, dezembro. 2007.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, J. B. A.; **De Existir e Resistir: as geografias das comunidades quilombolas no município de Corumbá - MS** [recurso eletrônico] / Joao Batista Alves De Souza. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES; Sergei. Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Ipea**, Brasília. Rio de Janeiro, 2019.

SPERANDIO, N., PRIORE, S.E, FRANCESCHINI, S. do C. de C.; RODRIGUES, C. T. Impacto do Programa Bolsa Família no consumo de alimentos: estudo comparativo das regiões Sudeste e Nordeste. **Cien Saude Colet [periódico na internet]** (2016/Jun). [Citado em 03/05/2022]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/impacto-do-programa-bolsa-familia-no-consumo-de-alimentos-estudo-comparativo-das-regioes-sudeste-e-nordeste/15701>

SPÓSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou sua superação? **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n. 21, p. 43-51, 1999.

STEIMAN, R. Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas: uma tipologia das interações fronteiriças. **Taller Internacional Espacios Urbanos y Sociedades Fronterizas en la Amazonia**. Leticia, Colombia: Universidad Nacional de Colômbia, p.154-166, 2010.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

VALFRÉ, V. Após 18 anos, 69% acham a saída do Bolsa Família. **Jornal o Estado de São Paulo**. Disponível em; <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/10/20/apos-18-anos-69-acham-a-saida-do-bolsa-familia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 26/12/2021.

ZERLOTTI, P. H. **Os saberes locais dos alunos sobre o ambiente natural e suas implicações no currículo escolar: um estudo na Escola das Águas – Extensão São Lourenço, no Pantanal do Mato Grosso do Sul**. Dissertação de mestrado em educação, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2014.ampo Grande, 2014.

ZIMMERMANN, C.R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo lula no Brasil. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. Número 4, Vol., 3, São Paulo, 2003

## ANEXOS

### ANEXO 1 – ENTREVISTA COM COMERCIANTE BOLIVIANO

Para termos uma noção desse processo de imigração e sua relação com o comércio boliviano praticados em Corumbá e Ladário, realizamos uma entrevista com um comerciante boliviano que aqui chamaremos de P. Residente em Ladário, é formado em Ciências Sociais, atualmente professor em uma escola em Puerto Quijarro (BO). Essa entrevista representa esse movimento de pendularidade que existe nessa fronteira, além de se compreender como as redes comerciais e de solidariedade que se formam nesse processo de fixação no território.

P. é formado em Ciências Sociais na Bolívia, o que o possibilita a dar aulas de geografia e história nas escolas bolivianas. Nascido em Sucre, capital do departamento de Chuquisaca, sendo a quinta mais populosa cidade da Bolívia. Ele exerce a função de professor na cidade boliviana de Puerto Quijarro a aproximadamente oito anos. Mora em um bairro que se localiza na parte alta da cidade de Ladário, vai todos os dias para o Puerto Quijarro para dar aulas, quando necessário em dias de reunião ou qualquer outro evento, ele passa de dois ou mais dias no lado boliviano da fronteira para economizar com transporte.

Sua vinda para viver nessa fronteira foi em 1999, serviu as Forças Armadas Bolivianas, depois retornou para o interior da Bolívia para cursar a faculdade de Ciências Sociais, e em 2010, por não conseguir emprego em Sucre como professor, pois segundo o entrevistado tem muitos professores com a mesma formação que a sua, o que diminuía suas chances de conseguir trabalho optou por buscar trabalho na fronteira entre Brasil e Bolívia. Ele acabou se instalando em Ladário, pois já tinha um irmão que morava na cidade, que tinha vindo anos antes dele para trabalhar em uma empresa, e depois acabou servindo as forças armadas bolivianas, que possuem um núcleo próximo ao limite fronteiro. Posteriormente ele se casou e fixou residência na área central de Ladário.

Ele faz uso de um carro que comprou no Brasil e com esse carro faz a travessia diária para a Bolívia, com um tempo de percurso aproximado de 30 minutos. Outra vantagem do uso do veículo é o tempo de viagem, pois para chegar até a escola onde ele dá aula, seriam necessário dois ônibus para chegar até o limite fronteiro, depois teria que pegar um taxi boliviano, segundo o entrevistado quando ele fez esse percurso com transporte público, ele demorou aproximadamente uma hora e meia.



Para conseguir economizar nesse transporte diário, o entrevistado opta por colocar gasolina na cidade de Puerto Quijarro ou mesmo na área urbana de Arroyo Conception, onde o preço de combustível é menor do que o praticado no Brasil.

O salário que ele recebe como professor é de 3.300,00 pesos bolivianos por mês, segundo o entrevistado quando recebe sua remuneração é feita o câmbio para o real, moeda brasileira, em casas que realizam essa atividade em Puerto Quijarro, pois como ele mora no Brasil, todos os seus gastos são em moeda brasileira.

No início, quando chegou em Ladário, ele começou a trabalhar de forma autônoma no comércio, sua dificuldade estava em não falar a língua portuguesa e por não saber obter lucro dos produtos que conseguia vender. Somente após dois anos morando no Brasil passou a entender a língua local. Ele e a sua família não tiveram problemas com alimentação. Em relação aos filhos, que são dois, sendo que a filha de nove anos nasceu na Bolívia em Sucre e o mais novo, com cinco anos, nasceu no Brasil. A filha teve mais dificuldade em aprender o idioma e a escrita em português e de se adaptar a escola e aos novos amigos. Já o filho mais novo, por ter nascido no Brasil, teve uma adaptação melhor com o idioma e a cultura local. Porém, mesmo com essas dificuldades iniciais, não pensavam em voltar para o interior da Bolívia, pois a fronteira se apresentou com melhor oportunidades de renda. Para o entrevistado, voltar a viver na Bolívia sem ter conseguido “progredir” no Brasil não seria aceitável.

No início eles moravam com o irmão na área central de Ladário, posteriormente foram convidados para pegar terrenos no bairro Alta Floresta, localizado na periferia da cidade. Como possuíam documentação brasileira, não teriam problema caso algum fiscal da prefeitura fosse questionar o motivo deles estarem naquele terreno. Essa região é uma área de invasão, onde eles conseguiram comprar um terreno de forma parcelada com um valor fixo mensal, pagavam para a primeira dona do local, a pessoa que realizou a invasão. Tanto o entrevistado como sua esposa e filha mais velha possuem o documento “permanente” que possibilitou tirarem o CPF, cartão do SUS e demais documentos para permanecerem no Brasil, possibilitando a matrícula dos filhos na escola local, abrirem conta em banco, comprarem um carro para poderem trabalhar e adquirir o CNPJ, pois abriram um comércio na parte da frente da casa onde moram.

Após conseguirem a documentação permanente junto a Polícia Federal, conseguiram comprar um terreno nessa área de ocupação e logo construíram uma casa, e com iniciativa da esposa usaram a parte da frente da casa para ser um comércio. Por serem

bolivianos, achavam que não conseguiriam trabalhar em empresas locais, por motivos do idioma português que não falavam. Com a ajuda do irmão que já morava em Ladário abriram um comércio. No início vendiam refrigerante, cerveja em lata, cigarros e balas e doces, com esses produtos sendo trazidos do lado boliviano da fronteira. Pois nesse período em 2012 a relação cambial tornava mais favoráveis a compras na Bolívia para serem revendidas no Brasil. Chegavam a vender por dia 12 reais por dia o que era considerado uma quantia considerável, e por não saber calcular como tirar lucros de suas vendas, ficava sem capital de giro para adquirir novos produtos.

A principal renda da família do entrevistado vem do comércio praticado no bairro Alta Floresta, que ele tem na parte da frente da casa. Seu salário de professor ajuda a pagar um empréstimo feito no banco, ele usou esse empréstimo e que foi usado para investir na casa e para comprar o carro. Ele também usa parte do seu ordenado para comprar alguns produtos, abastecer seu carro com gasolina boliviana, que é mais barata que o preço praticado em Corumbá e Ladário. O restante do seu salário ele faz o câmbio do peso boliviano para o real, moeda brasileira e o usa com sua família em Ladário.

Em relação a sua vida em Ladário, o entrevistado disse que já se acostumou em morar no bairro onde está. Ele comprou o terreno que se localiza atrás do local onde ele mora, futuramente ele pretende construir um mercadinho e transferir o comércio que fica na frente de sua casa para esse terreno, com isso ampliando a oferta de produtos e melhorando o espaço de armazenamento e exposição dos produtos. Seu desejo futuro para vinte anos ou mais é voltar para Sucre, por gostar do clima, por causa dos amigos e família, por gostar do lugar onde nasceu e passou boa parte da sua infância e adolescência.

Atualmente eles abriram o CNPJ, e já pagam a previdência com autônomo para que a sua esposa possa futuramente se aposentar no Brasil.

Em relação a não possuírem a venda de carnes nos mercadinhos bolivianos aqui em Corumbá e Ladário, ele disse que a licença para a venda desses produtos aqui no Brasil é restrita, se exige alvará específico e a fiscalização feita pela Vigilância Sanitária é rigorosa, com muitas normas a serem seguidas e isso acaba por inibir a vontade dos comerciantes bolivianos fazerem um setor para padaria ou mesmo para a venda de carnes dentro de seus comércios.

O entrevistado possui dois irmãos morando em Ladário, ambos trabalham com comércio. Seu irmão mais velho que mora na área central de Ladário é o que está com a vida mais estruturada, pois já possui um mercadinho, duas casas na mesma quadra onde

seu mercado se localiza, os filhos já estudam em universidade, sendo o filho estuda na cidade do Rio de Janeiro e a filha cursa Medicina em Santa Cruz de La Sierra, centro comercial da Bolívia e capital do departamento de Santa Cruz. Possui veículos como carro e uma van que permite a ele abastecer seu comércio e por vezes dos de seus irmãos.

Sua irmã também possui um comércio na parte da frente de sua casa, localizada no mesmo bairro que o entrevistado.

O entrevistado se considera feliz por morar no Brasil, por ter conseguido se estabilizar, construir uma casa, ter uma renda graças ao seu comércio e seu trabalho de professor que ele tem em Puerto Quijarro na Bolívia. Seus filhos pretendem cursar universidade no Brasil, com isso pretendem guardar dinheiro para garantir esse desejo dos seus filhos. Eles já contribuem com a previdência. Porém quando se aposentar ele pretende voltar para Sucre, passando restante de sua vida nessa cidade.

## **ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – COMERCIANTE BOLIVIANO**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1) Qual província da Bolívia moravam? Cidade? Tinham casa própria? Como era a vida na Bolívia?
- 2) Como/Por que decidiram vir para o Brasil? Por que Corumbá?
- 3) Já falavam o idioma português?
- 4) Tiveram dificuldades em morar no Brasil? (idioma, cultura, alimentação etc.)
- 5) Como as crianças se adaptaram com o novo país? (escola, comida, idioma, cultura)
- 6) Como chegaram a morar nesse bairro?
- 7) Quais as dificuldades iniciais em morar nesse bairro?
- 8) De quem foi a ideia de trabalhar com comércio?
- 9) Quais foram os primeiros produtos que vocês começaram a vender?
- 10) De onde vem esses produtos? Brasil, Bolívia?
- 11) Como são as vendas no bairro onde residem?
- 12) O comércio é a principal renda da família?
- 13) Gostam de morar no bairro?
- 14) Pensam em ampliar o comércio?
- 15) Pensam em mudar de bairro?
- 16) Pensam em voltar para a Bolívia?
- 17) Por que comércio boliviano não trabalham como padaria e açougue?
- 18) Como seu comércio é abastecido?

19) Percebem aumento de compras no comércio no período do pagamento do PBF e VR?

20) Fazem compras para a família no lado brasileiro ou boliviano da fronteira?

21) São felizes morando aqui no Brasil?

**ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – BENEFICIÁRIOS  
DO BOLSA FAMÍLIA E VALE RENDA.**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1- A quanto tempo pega o benefício?
- 2- Como foi para receber o benefício? (Tempo)
- 3- Quantas crianças recebem o benefício? Valor?
- 4- Faz compras no débito ou saca o dinheiro?
- 5- Moram em casa própria ou alugada?
- 6- Idade da(s) criança(s)?
- 7- Fazem trabalho autônomo? Qual a principal renda da família?
- 8- A importância do benefício para a família e criança?
- 9- Já chegou a ser a única renda da família?
- 10- Onde o benefício é mais utilizado?
- 11- Quais comércio? Localização e nomes.
- 12- Feira livre ( ), Mercadinho( ), Corte de Cabelo ( ), Padaria ( ), Papelaria ( ),  
Roupa ( )
- 13- Tem preferência entre comércio entre comercio de brasileiro ou boliviano?  
Produtos? Mistura?
- 14- Qual sua ideia ou proposta para a melhoria do benefício?

## **ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1- Quantas feiras livres tem em Corumbá/Ladário?
- 2- Como se consegue uma vaga nessas feiras?
- 3- Número de brasileiros e estrangeiros? Quanto é cobrado por barraca?
- 4- Onde se consegue os dados sobre as feiras livres?
- 5- Dados do comércio de Corumbá/Ladário?
- 6- Dados sobre brasileiros e estrangeiros no comércio de Corumbá/Ladário?
- 7- Como são arrecadados esses impostos?
- 8- Quais documentos para se abrir um comércio em Corumbá/Ladário?
- 9- Dados sobre a construção civil de Corumbá/Ladário? Presença de estrangeiros?  
  
Como conseguem a documentação?

**ANEXO 5 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO –  
REPRESENTANTE DO SETOR BANCÁRIO**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1- Qual setor trabalha dentro do banco?
- 2- O que diferencia ser um banco em área de fronteira?
- 3- Existem estrangeiros com conta nesse banco?
- 4- Quais documentos um estrangeiro deve ter para abrir conta num banco em Corumbá?
- 5- Os estrangeiros fazem empréstimos no banco em que trabalha?
- 6- Fazem uso do MEI?
- 7- Tem aumentado o número de estrangeiros que vem a abrir contas no banco de Corumbá?
- 8- Estratégias para atrair novos clientes estrangeiros?



**ANEXO 6 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTA  
COM COMERCIANTE BRASILEIRO**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1- Quanto tempo tem o mercado?
- 2- Trabalha quantas pessoas no mercadinho?
- 3- Qual a principal renda da família?
- 4- O que acha da localização do seu ponto comercial?
- 5- Quais origem dos produtos comercializados no mercado? (Ex: Assentamentos rurais, Brasil, Bolívia).
- 6- Compra produtos dos “mercadinhos bolivianos” locais? Quais?
- 7- Como é a fiscalização por parte da prefeitura?
- 8- Como é o lucro é calculado?
- 9- Como é a concorrência com os demais comércios?
- 10- Como são as formas de pagamento?
- 11- Tem pessoas do Bolsa Família e Vale Renda que compram no mercado?

**ANEXO 7 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTA  
COM REPRESENTANTE DOS SUPERMERCADOS**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1- Quanto tempo trabalhou na empresa?
- 2- Qual a faixa de renda que o mercado trabalha?
- 3- Participação dos bolivianos que compram no mercado?
- 4- Faziam entregas de produtos na Bolívia?
- 5- Como veem esse crescimento do comércio de estrangeiros em Corumbá e Ladário?
- 6- Existiam estratégias para a concorrência com esse tipo de Comércio?
- 7- Por que acha que eles estão crescendo tanto?
- 8- O mercado comprava verduras, frutas etc., vinda da Bolívia?
- 9- Como o mercado via a fronteira?

**ANEXO 8 - QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTA  
COM REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL**

Tese de doutorado: Repercussões dos programas Bolsa Família e Vale Renda no comércio varejista dos municípios Corumbá e Ladário - Mato Grosso do Sul

Discente: Éder Damião Goes Kukiel

Docente Orientadora: Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso.

- 1) Importância da fronteira (bolivianos) para o comércio de Corumbá?
- 2) Número de estabelecimentos bolivianos e brasileiros em Corumbá?
- 3) Como eles aparecem nos dados de comércio de Corumbá e Ladário?
- 4) Número de comércio por bairro?
- 5) Importância da Associação Comercial em um espaço fronteiriço?
- 6) Eles participam da Associação Comercial?
- 7) Como os demais integrantes veem a presença dos comerciantes bolivianos na região?
- 8) Como ocorre a fiscalização?